OS PRESIDENTES

22º Presidente do Brasil 1967-1969

TRÊS

Edições ISTOÉ

Costa e Silva

Hélio Silva

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

S58p
v.1,
3-5,
14,
19-20,
22-23,
25-26

Silva, Hélio, 1904-
Os presidentes / Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro. – São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983-

1. Brasil – História – República, 1889-
2. Brasil – Presidentes I. Carneiro, Maria Cecília Ribas. II. Título.

83-1624

CDD-923.181
-981.05

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Presidentes: Biografia 923.181
2. República: Brasil: História 981.05

OS PRESIDENTES

Hélio Silva
Maria Cecília Ribas Carneiro

Costa e Silva

1967-1969
O AI-5

OS PRESIDENTES

ISBN da obra 85-7368-739-8
ISBN deste volume 85-7368-761-4

Editores: DOMINGO ALZUGARAY / CATIA ALZUGARAY

Coordenação Editorial: ARMANDO GONÇALVES

Arte: SANDRO BEZERRA DE CAMARGO

Capa:
Lay-out: PAULO ROBERTO ALOE
Ilustração: BRASÍLIO

OS PRESIDENTES é uma publicação da Editora Brasil 21 Ltda.
Redação e Administração: Rua William Speers, 1.000 – conj. 120
CEP 05067-900 – Fones: (11) 3618-4257/58
Fax: (11) 3618-4425 – **Comercialização:** Três Comércio de Publicações Ltda.
Rua William Speers, 1.000 – salas 4 e 111 – São Paulo – SP – Brasil

2004

Distribuição exclusiva em bancas para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.
Rua Teodoro da Silva, 907 – Fone: (21) 3879-7766
Fax: (21) 2577-6363 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Distribuição em Portugal:
VASP Distribuidora de Publicações
Rua da Tascoa, 16 – Ed. Bela
4.º Piso - Fone: (21) 439-8505 - Queluz – Portugal

Impressão:
EDITORA TRÊS LTDA.
Rodovia Anhangüera, km 32,5 – CEP 07750-000
Cajamar – SP – Brasil

Iconografia Histórica

Prensa três

Arthur da Costa e Silva, era gaúcho de Taquari, onde nasceu em 1902. Foi um dos líderes do movimento militar de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Foi ministro da Guerra no governo Castello Branco. O Congresso Nacional o elegeu em 1967 para a Presidência da República, assumiu no dia 15 de março de 1967. Foi o editor de vários atos institucionais, inclusive o famigerado AI-5. Em 1969, gravemente doente, deixou o governo. Em seu lugar deveria assumir o vice Pedro Aleixo, que era civil. Isso não aonteceu. Os três ministros militares do seu governo é que assumiram o poder até a posse do general Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro de 1969.

Prensa três

Antes de ser eleito, Costa e Silva, então ministro da Guerra, visitou vários países da Europa e da África. Nesta foto ele aparece cumprimentando o sr. Elias Aboujaude. Aparecem também o dr. Oswaldo Barreto, da Embaixada do Brasil no Líbano e o sr. Jean Aboujaude, diretor do Banco Libanês.

Prensa Três

Em Portugal, Costa e Silva condecora a bandeira do Regimento de Infantaria, n.º 15, com a insígnia do Mérito Militar, do Brasil.

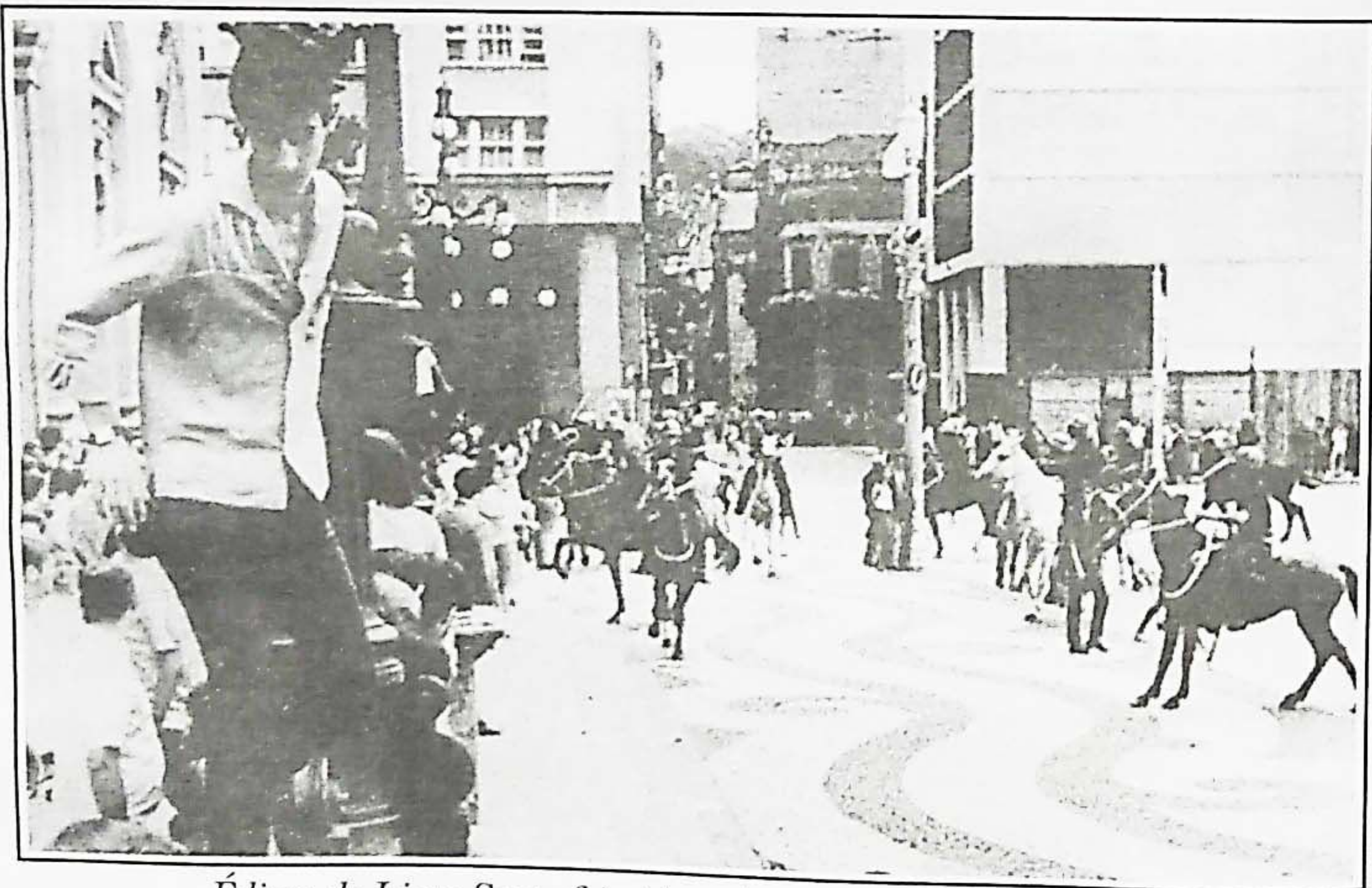
Prensa três

Costa e Silva, quando candidato à Presidência, afirmou que São Paulo mereceria um capítulo especial na longa peregrinação que pretendia empreender por todo o território nacional. Aqui, ele aparece ao lado do deputado Arnaldo Santos Cerdeira, presidente da ARENA - Aliança Renovadora Nacional, de São Paulo.

Prensa Três

Costa e Silva foi eleito com 295 votos no Congresso Nacional. Seu governo cobriria o quadriênio 1967/1971. Da esquerda para a direita, discursando, o presidente Costa e Silva, senador Auro Soares Moura Andrade, deputado Adauto Lúcio Cardoso e o vice-presidente Pedro Aleixo.

Arquivo Jornal do Brasil

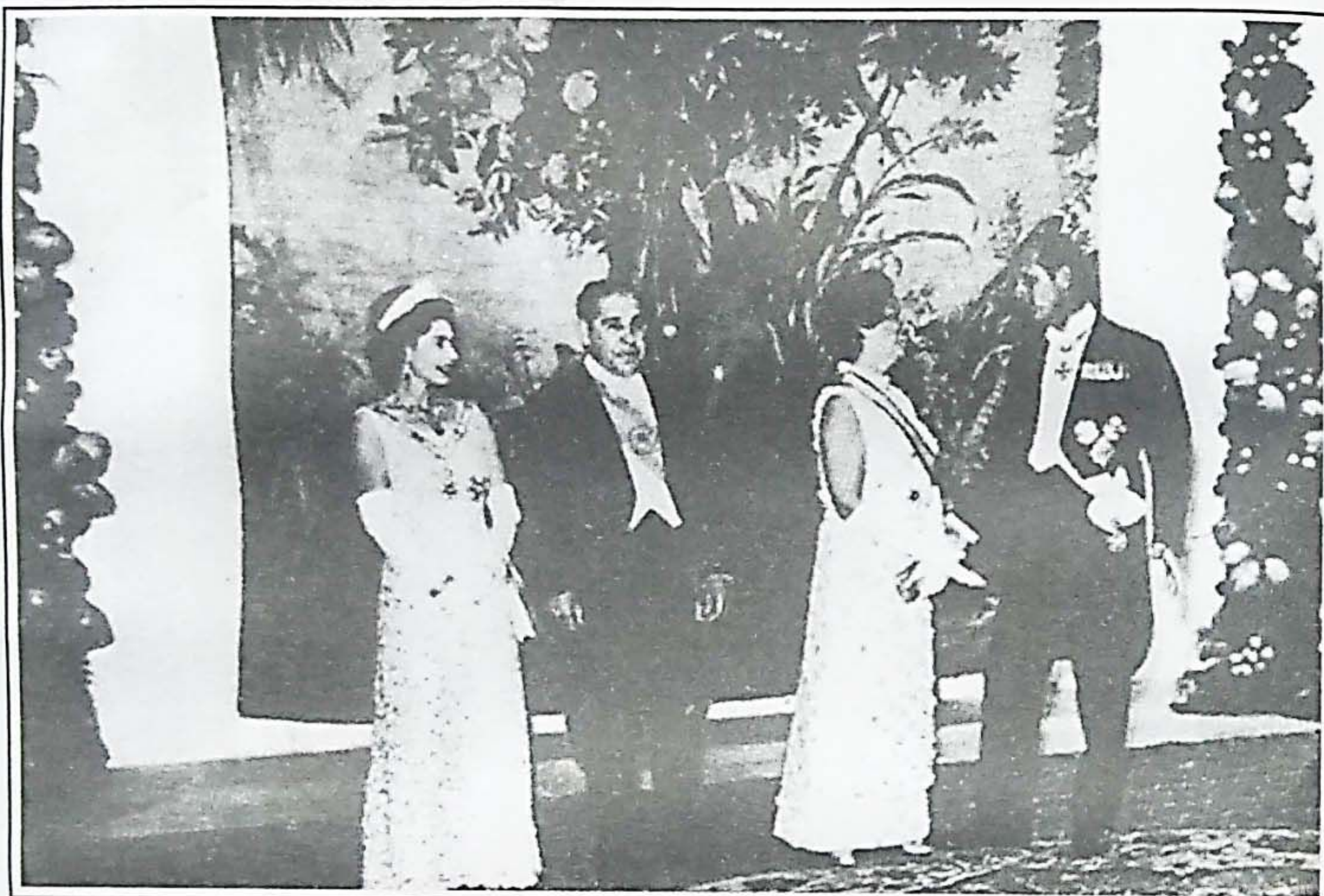
A primeira reunião do ministério do governo Costa e Silva.

Arquivo Agência Globo

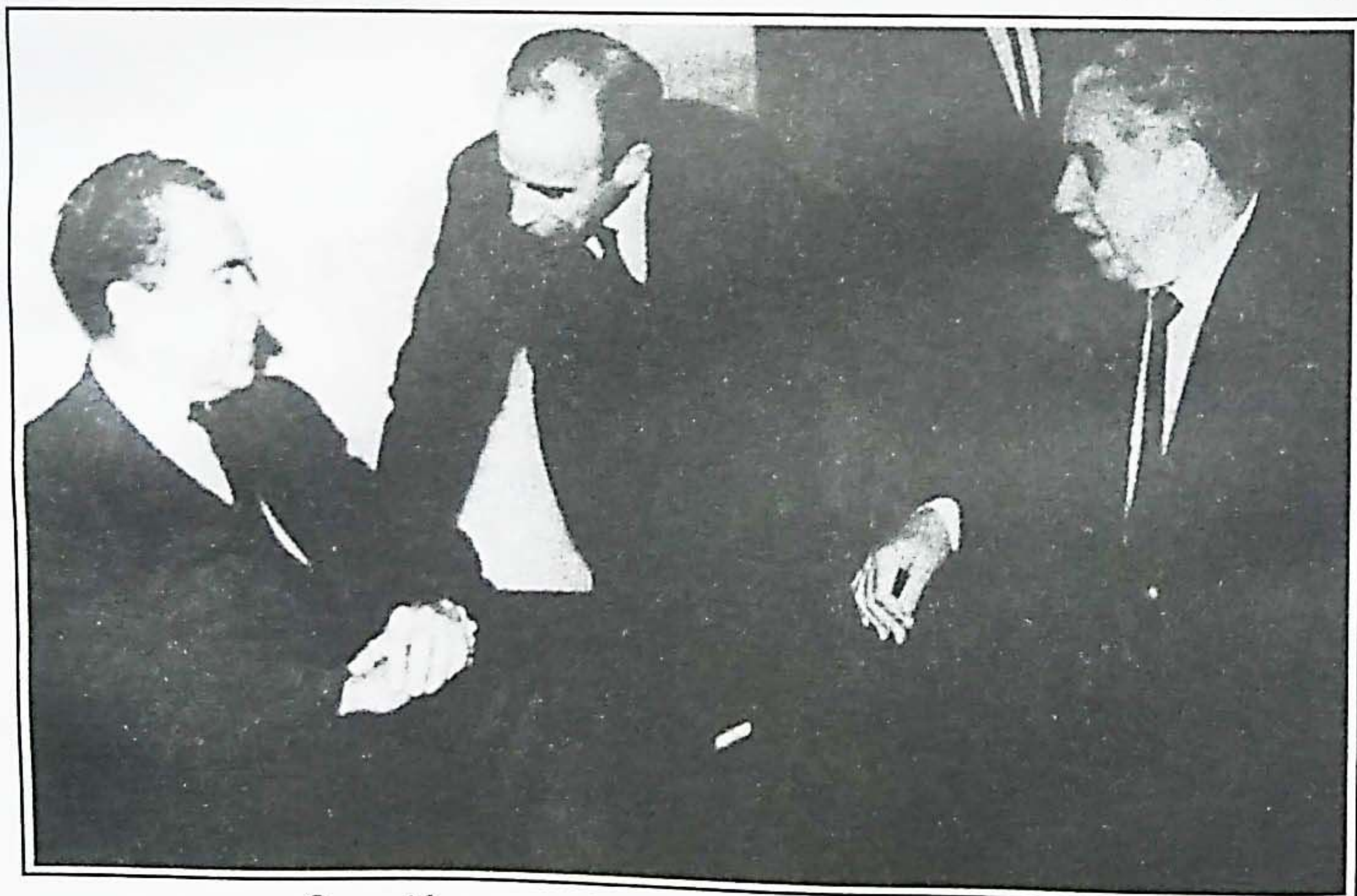
Édison de Lima Souto foi vítima da violência policial contra os estudantes. A missa de 7.º dia da sua morte foi celebrada na Candelária, no Rio de Janeiro. Após a missa, houve nova manifestação de estudantes e de populares, reprimida, como já era hábito, pela violência desenfreada da polícia.

Arquivo Jornal do Brasil

Por ocasião da visita que fizeram aos Estados Unidos, o presidente Costa e Silva e sua esposa dona Yolanda foram recebidos pelo presidente Lyndon Johnson.

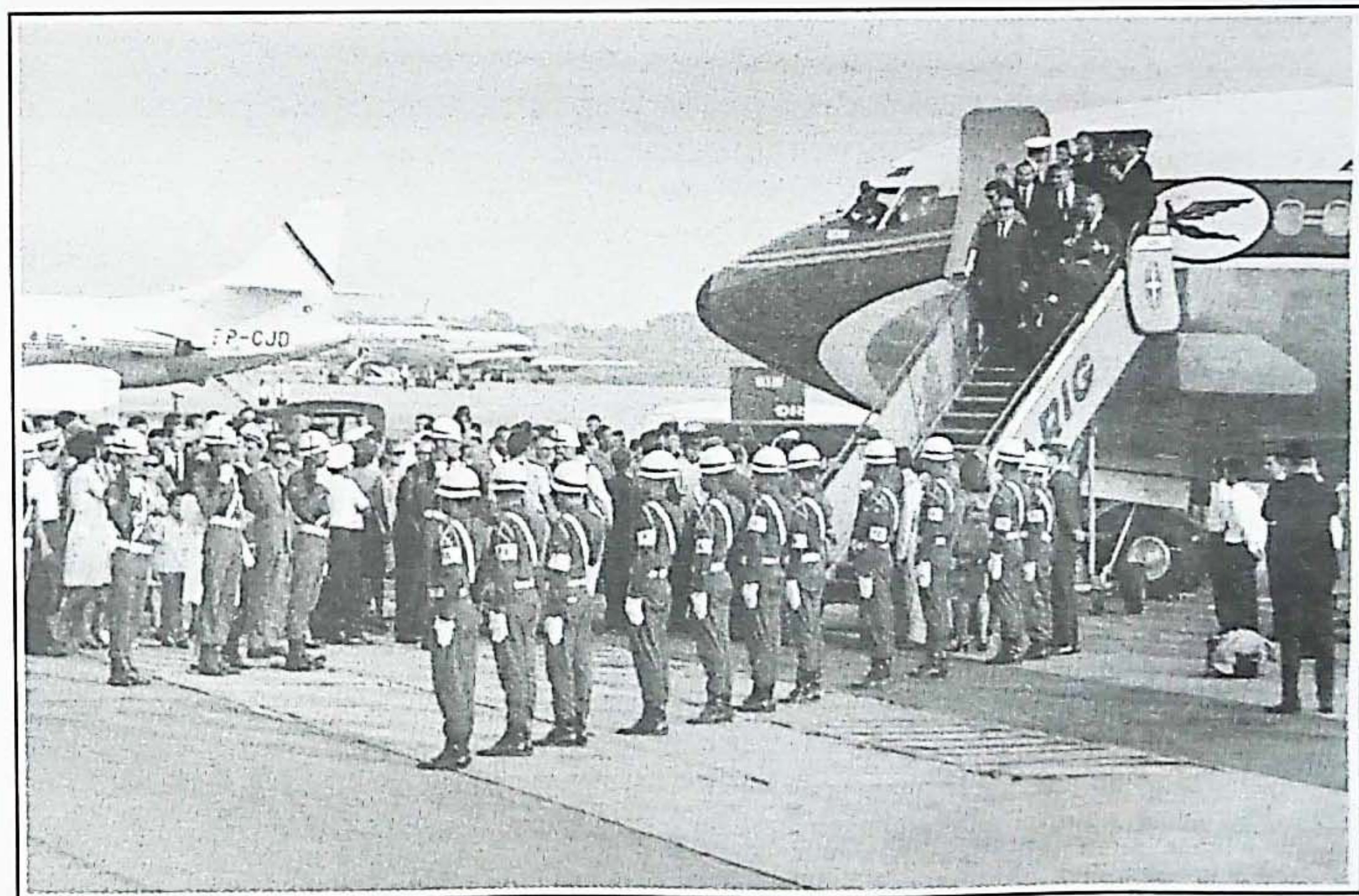
prensa três

Costa e Silva e dona Yolanda. quando visitaram os Estados Unidos em fevereiro de 1967, se hospedaram na Blair House. Ali receberam visitas de altas personalidades americanas, como Dean Rusk e Lincoln Gordon, que aparecem na foto.

Arquivo Agência Nacional

O presidente Costa e Silva e dona Yolanda recebem as visitas da rainha Elizabeth, da Inglaterra, e de seu marido, príncipe Philip.

Arquivo Agência Nacional

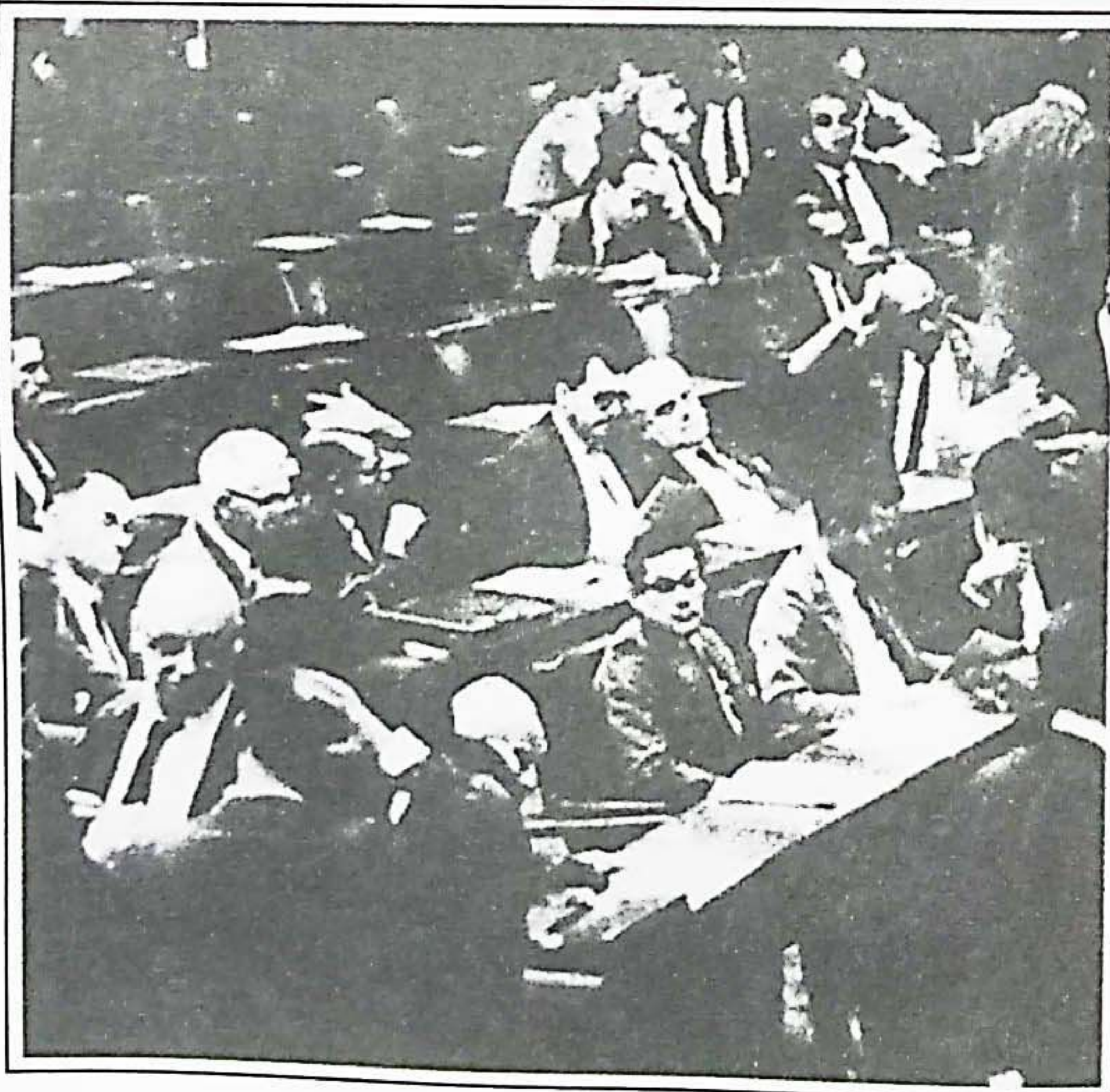
O presidente americano Richard Nixon visitou o Brasil e foi recebido pelo nosso presidente, Costa e Silva.

Prensa Três

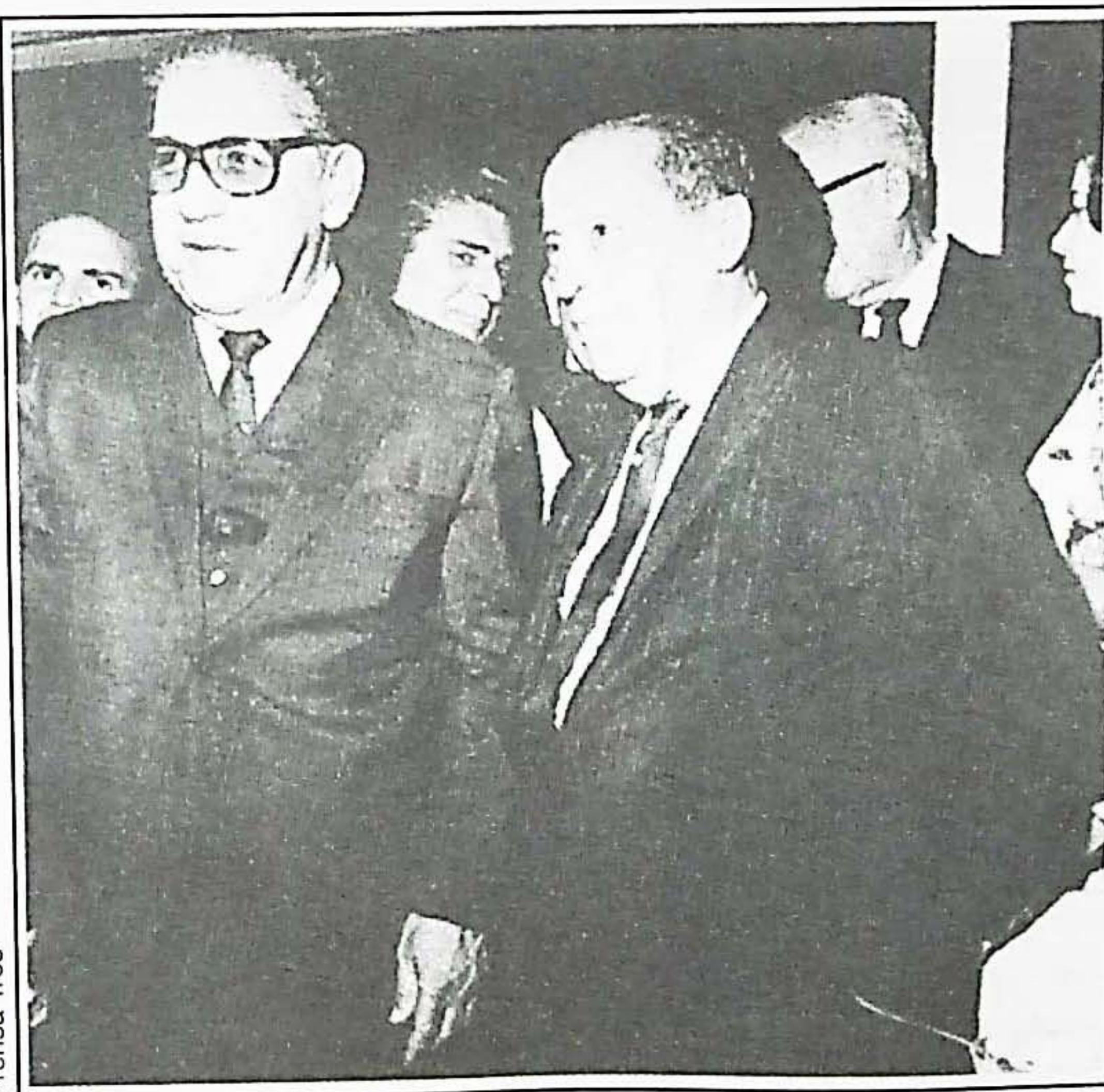
O presidentes Alfredo Stroessner, do Paraguai, e Costa e Silva, do Brasil, inauguraram, em 3 de maio de 1967, a 33.ª Exposição-Feira Agropecuária de Uberaba, em Minas Gerais.

Prensa Três

O casal Costa e Silva quando desembarcava no aeroporto do Galeão, após viagem ao exterior.

Prensa Três

O presidente Costa e Silva presta contas dos primeiros seis meses de seu governo. À sua esquerda, o ministro da Casa Civil, Rondon Pacheco.

Prensa Três

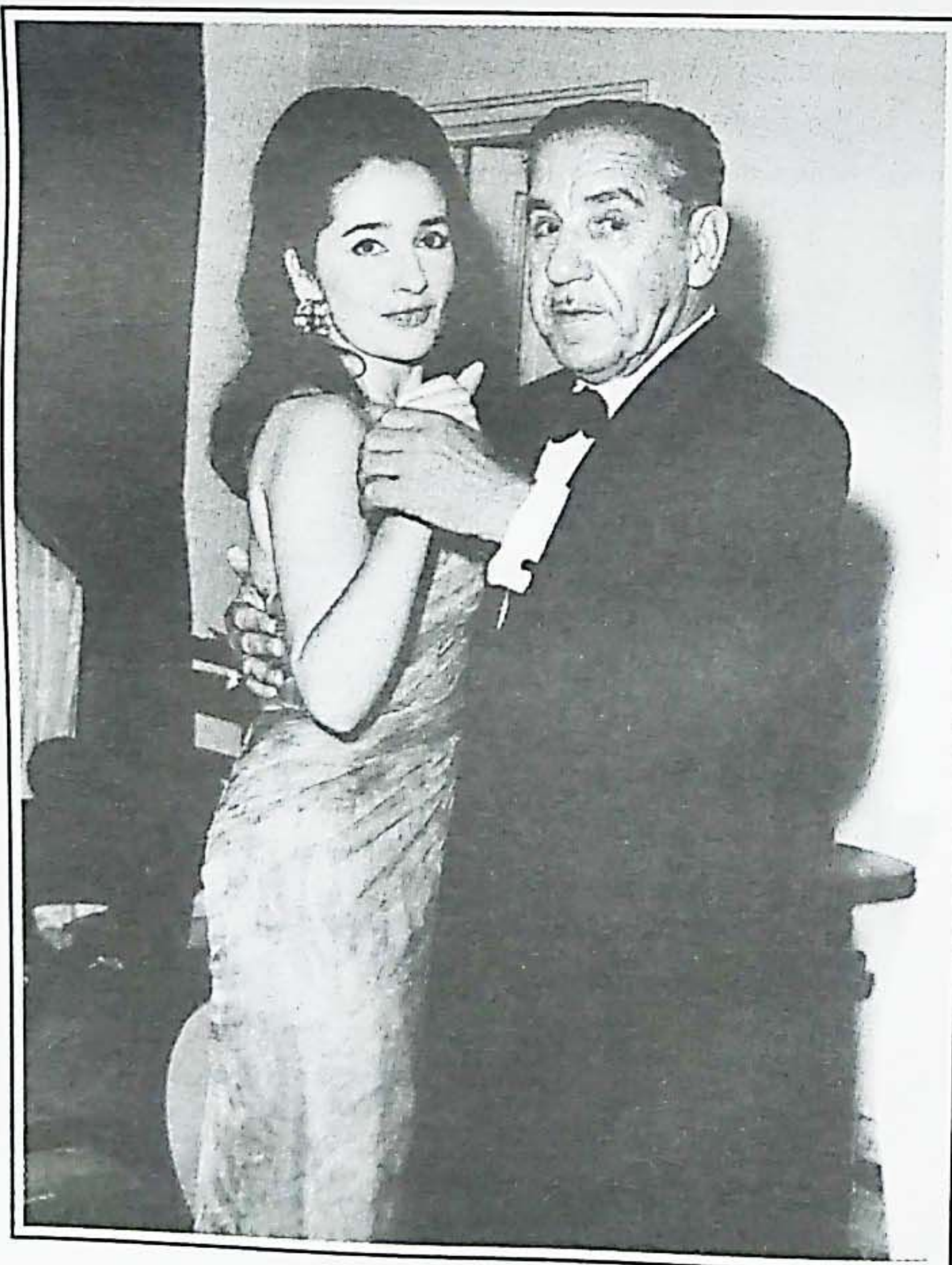
Ambiente de desolação no Congresso no dia da decretação do recesso e da supressão das prerrogativas do Poder Legislativo.

Prensa Três

O presidente Costa e Silva, no Planalto, com o ministro da Agricultura, Ivo Arzua Pereira. Na ocasião, o ministro pediu a intervenção federal no Instituto Brasileiro da Reforma Agrária.

Prensa Três

O presidente Costa e Silva e o vice-presidente Pedro Aleixo, que não assumiu a Presidência quando do afastamento do presidente.

Prensa Três

Dona Yolanda e o presidente Costa e Silva durante almoço oferecido por seus colegas de turma do Colégio Militar.

Prensa Três

Costa e Silva dança com a senhora Antônio Carlos de Almeida Braga, Sílvia Maria de Melo Franco Nabuco.

Arquivo Jornal do Brasil

Reunião do presidente Costa e Silva com os ministros Delfim Neto (Fazenda), Aurélio Lyra Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Jarbas Passarinho (trabalho).

Prensa Três

O presidente Costa e Silva cumprimenta o comandante do I Exército, general Sizeno Sarmento, durante almoço realizado na Vila Militar.

No dia 11 de abril de 1969 houve a posse no Estado Maior do Exército. Adalberto Pereira dos Santos, general Orlando Geisel (ministro da Guerra de 1969 a 1974), general Aurélio Lyra Tavares, general Ernesto Geisel, general Antônio Carlos da Silva Muricy (chefe do Estado-Maior do Exército).

Arquivo Antônio Carlos da Silva Muricy

Arquivo Jornal do Brasil

O general Emílio Garrastazu Médici que, com a crise criada pelo o afastamento do presidente Costa e Silva, foi eleito indiretamente para ocupar a Presidência. Nesta foto, ele aparece ao lado do chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu e de João Baptista Figueiredo, chefe da Casa Militar.

Prensa Três

O presidente Costa e Silva em 1969, vítima de grave doença, teve que se afastar da Presidência da República. Em seu lugar assumiu os três ministros militares. Costa e Silva veio a falecer no dia 17 de dezembro de 1969.

INTRODUÇÃO

Curiosa a vida dos ditadores . . . O general Arthur da Costa e Silva teve uma carreira, desde o Colégio Militar de Porto Alegre, sem maior evidência, mas pautada por um traço de humanismo e até bonomia que não indicavam o homem forte que assumiria o comando militar do movimento de março de 1964 e, perdida a primeira chance de se fazer eleger presidente, impôs-se como o candidato irrecusável sucedendo, com mão forte, o governo Castello Branco.

Costa e Silva era o chefe do poder militar. As últimas lideranças dos marechais Eurico Gaspar Dutra e Odílio Denys perderam-se no passado. As modificações feitas na estrutura militar, pelo general-presidente Castello Branco, impediram a criação de novas lideranças. O Exército tinha um chefe, seguindo a linha hierárquica – o ministro da Guerra. E o ministro da Guerra era o general Costa e Silva.

Já tendo imposto o seu nome, de forma irrevogável, Costa e Silva viajou. A um repórter que o interpelou, no embarque, respondeu: "Vou ministro e volto ministro". Assim aconteceu.

Em seu governo, iniciado a 15 de março de 1967, porém, a contestação se fez mais forte. Um dos pregoeiros da revolução, o governador Carlos Lacerda, que se indispusera com Costa e Silva nos primeiros dias de abril, organizou um movimento contra o que chamou "desvirtuamento da revolução", realizando contatos entre diversas correntes: cassados, emedebistas insatisfeitos com o seu partido e até alguns arenistas.

A Frente Ampla atraiu outras estrelas de primeira grandeza, mesmo no seu zênite político: Juscelino Kubitschek e João Goulart.

A agitação política exacerbava a reação militar.

Depois de uma longa ausência, Juscelino Kubitschek retorna ao Brasil, em 6 de abril de 1967. É recebido entusiasticamente, o que provoca novas reações no poder militar, detenções, inquéritos, humilhações.

Costa e Silva intentava governar em paz. Seu feitio pessoal era mais tolerante do que o de seu antecessor, Castello Branco. Mas o seu destino político mostrava-se mais implacável. Sua pessoa oscilava entre as influências contrárias do vice-presidente, Pedro Aleixo, e o do ministro da Justiça, Gama e Silva. Além do que pesava do lado do general Portela, chefe da sua Casa Militar.

O homem jovial, que mandava buscar os amigos no Rio para um jogo descontraído, era, a pouco e pouco, triturado nas engrenagens do sistema que ajudara a construir.

Na intriga política, que se formou em torno da Presidência, não lhe respeitaram nem os membros de sua família. Acusações veementes eram feitas abertamente ou em relatórios secretos dos serviços especializados das três Armas.

É possível que a doença de Costa e Silva se tenha desenvolvido nesse clima tensional nefasto. Talvez, sentindo o mal que lhe constringia o coração, tivesse querido apressar o sonho que fora, também, o de Castello Branco e tinha sido a promessa dos revolucionários antes da posse e gozo do poder: a restauração da democracia.

Com a ajuda valiosa do vice-presidente, Pedro Aleixo, Costa e Silva se empenha na elaboração de uma nova Constituição. O projeto era combatido, senão vetado pelos chefes militares, como confirmam os depoimentos do general Portela e do jornalista Carlos Chagas. Mas Costa e Silva insistia. O projeto chegou a transformar-se num texto de que foram impressos alguns exemplares, um dos quais me foi oferecido por Pedro Aleixo, pouco antes de morrer.

Agora a batalha se trava em duas frentes: uma física, do corpo combalido pela arteriosclerose progressiva, que o vai afastar primeiro do poder, depois da Presidência, finalmente, da vida; outra moral, na luta, dia a dia, com a tendência dominante nos círculos militares de endurecimento, de manter o País dividido entre vencedores e vencidos, assegurando aos primeiros a posse e o gozo do poder e exterminando política e, muitas vezes, fisicamente os segundos.

O último ato da tragédia passa-se no Palácio Laranjeiras, isolado no parque formado por Eduardo Guinle. Poucos personagens penetram na câmara, onde um velho embranquece os cabelos e a alma. Ao lado, a esposa e o filho. Os demais visitantes são médicos, enfermeiros, ministros que vão ali avaliar os dias que lhe restam de vida e simular que ele ainda é

o presidente. O drama transforma-se em comédia. Todos representam o seu papel. No futuro, discutir-se-á se ele assinou, com a mão paralisada, ou se assinaram por ele, decretos e cassações de direitos políticos. O homem bom foi, no governo, um homem mal. O homem mal, enfermo, causa pena.

Atè que, perdidas as últimas cerimônias, cassam-lhe o mandato, como ele havia cassado tantos outros. Preservam-lhe um título honorífico e a pensão vitalícia. Consentem em que permaneça nas dependências particulares do Palácio, evitando o espetáculo da mudança. Instala-se uma ditadura formada pelos ministros das três Pastas militares.

Em menos de dois meses, armam uma sucessão, escolhem um sucessor, cuja indicação é referendada pelo partido majoritário, que sustenta o governo e é por ele sustentado, a fim de que o Congresso proceda à farsa de uma eleição, sem opção.

Quando o general-presidente Arthur da Costa e Silva faleceu, a 17 de dezembro de 1969, vitimado por um enfarte, já deixara, politicamente, de existir fazia bastante tempo.

CAPÍTULO I

A candidatura Costa e Silva surge com o atraso de dois anos. Porque, quando a derrocada imprevista do governo Goulart precipitou a vitória do movimento de março de 64, um vazio se estabeleceu no Quartel-General da Praça da República. O ministro Jair Dantas Ribeiro, gravemente enfermo, não era mais, de fato, ministro. Seu substituto eventual, o general Âncora, também, não gozava de boa saúde. Diante da gravidade da situação, depois da retirada do presidente Goulart para Brasília, aconselhou-se com um dos chefes da revolução, exatamente o general Costa e Silva. E rumou para o Realengo, onde assinou a capitulação das forças legalistas, que lhe incumbia organizar, com o general Amauri Kruel, comandante do II Exército, cuja posição decidira a vitória do movimento. O general Assis Brasil, chefe da Casa Militar, apenas acompanhou o presidente a Brasília. Desmoralizava-se "o dispositivo militar", que ele devia ter organizado e não passava de uma farsa. O general Humberto Castello Branco, chefe do Estado-Maior, retirara-se do seu gabinete, no Palácio da Guerra, a tempo de não ser preso pelo general Ladário Teles e instalara o "quartel-general informal", em um apartamento da avenida Atlântica. Foi quando o general Arthur da Costa e Silva tomou posse do Palácio da Guerra, desocupado, e aí instalou o Comando Supremo da Revolução, atribuindo-se a chefia, sob a alegação de que era o general mais antigo da ativa. O que o general Oswaldo Cordeiro de Farias contestava, por ser o general mais antigo,

mas sem que essa alegação tivesse eficiência, pois se encontrava em São Paulo.

Foi na condição de chefe do Comando Revolucionário que Costa e Silva ditou as primeiras ordens ao deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, investido na Presidência interina da República, na ordem de sucessão constitucional.

Era esta a situação a 1º de abril. O comandante revolucionário, que desfechou a ação militar, general Olímpio Mourão Filho, deixara a sua tropa em Resende e, segundo o conselho do comandante de sua vanguarda, general Antônio Carlos Muricy, apresentara-se, no QG, ao general Costa e Silva. Eram duas estrelas contra quatro estrelas. O comando da ação revolucionária acabou. O marechal Odílio Denys, a mais alta patente envolvida nos acontecimentos, era um general da reserva. Os demais não faziam conta.

Houve, como era natural, iniciativas tendentes a escolher o futuro presidente. Porque o movimento de março fazia questão de guardar, principalmente para o Exterior, a aparência constitucional. Era mister, conseqüentemente, *eleger* um presidente. Os quatro candidatos à sucessão normal de João Goulart não queriam a prebenda de um final de governo tumultuado. Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros haviam participado da revolução somente quando se desiludiram da hipótese de Jango chegar ao fim de seu governo. Não lhes interessava terminar um mandato tumultuoso. Preferiam aguardar nova eleição para um qüinqüênio completo. Juscelino havia preparado todo o esquema de uma nova candidatura para 1966.

A solução de consenso foi a escolha de um presidente que ficasse o tempo necessário para completar o período inacabado, presidindo o pleito desejado pelos quatro candidatos.

O primeiro a agir foi, naturalmente, o mais afoito, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que enviou, na delicada incumbência, Juracy Magalhães. Dutra relutou, a princípio alegando a idade avançada. Juracy respondeu-lhe que seria por um período curto e ele podia escolher um vice-presidente moço, capaz de ajudá-lo. E, naturalmente, substituí-lo, o que não foi dito. O candidato seria o próprio Juracy. Ao mesmo tempo, o grupo da "Sorbonne" planejava tomar conta do poder. O general Bizarria Mamede encarregou-se das articulações em torno do nome do general Humberto de Alencar Castello Branco, atraindo para essa candidatura o general Juracy Magalhães.

Os governadores ainda pensavam que influíam no processo político. Por isso, reuniram-se no Palácio Guanabara, a convite do governador

Carlos Lacerda, que se comprometera com o marechal Dutra a coordenar o seu nome. Quando estão reunidos, a portas fechadas, entra no Palácio, por uma entrada reservada, o general Moniz de Aragão, que tinha como informante o coronel Gustavo Borges. Moniz de Aragão estava fardado, e com sua farda de general entrou no salão que precedia o gabinete da conferência, cheio de políticos interessados no que resultaria do conclave. A aparição surpreendeu, e, naqueles dias, um general era sempre uma aparição surpreendente. Moniz de Aragão sabia disso e aproveitou o momento angustiado e a expectativa tensa e proclamou:

– O futuro presidente será o gen. Humberto de Alencar Castello Branco.

Como esperava, uma salva de palmas secundou a proclamação. O alarido perturbou a reunião dos governadores. O anfitrião, Carlos Lacerda, abriu a porta para saber o que ocorria. Defrontou o general Moniz de Aragão, que aproveitou a abertura e entrou na sala repetindo, perante os governadores, a comunicação que já fizera na ante-sala. Desta vez, porém, foi de surpresa a reação daqueles que pensavam que iam escolher e recebiam a notícia de que a escolha já estava feita. A condição e a farda do comunicante davam um sentido inequívoco, que motivou a concordância geral: *Era o nome em que eles pensavam . . .*

A seqüência é conhecida de outros relatos. O que importa, desta vez, é o que houve quando os governadores se encontraram com Costa e Silva no Palácio da Guerra. O general não recebeu, satisfeito, a indicação de seu colega. Como havia manisfestado a mesma insatisfação ao general Moniz de Aragão, interpelando-o sobre o nome de quem havia feito a indicação. Moniz de Aragão respondeu-lhe, rudemente, que no seu próprio nome, como um dos responsáveis pela revolução. No encontro com os governadores, Costa e Silva chegou a atritar-se com Carlos Lacerda, originando-se um desentendimento que não foi reparado. Afinal, Costa e Silva concordou que os governadores fossem consultar Castello se aceitava a indicação, o que foi feito de forma satisfatória. Esta foi a primeira oportunidade perdida de Costa e Silva ser presidente da República.

Aguardaria a sua vez. O governo de Castello Branco enfrentou várias crises militares. Costa e Silva, detendo a Pasta da Guerra, falava em nome do Exército. Em um momento crucial, uma ala extremada, que constituía a associação *Líder*, considerou a hipótese da deposição de Castello. Ocasião esperada era um almoço, na Vila Militar, a que compareceram Castello e Costa e Silva. O ministro da Guerra, porém, preferiu manter Castello sob custódia. Assim, quando sua candidatura foi levantada não havia quem a ela se opusesse. Antes, pelo contrário, as duas maiores lideranças do Exército, os marechais Eurico Gaspar Dutra e

Odílio Denys endossaram, publicamente, a indicação. Ao representante da "Sorbonne" sucedia o *Croupier*, vindo da tropa, apresentado pela tropa.

Costa e Silva empreendeu uma viagem ao Exterior. Aos repórteres que o interrogavam respondeu: "Vou ministro e volto ministro." O sentido sibilino da frase continha uma advertência. A 15 de março de 1967, Costa e Silva era empossado na Presidência da República.

A FRENTE AMPLA

CAPÍTULO II

Carlos Lacerda nao se reconciliara, plenamente, com Costa e Silva. Nem estava satisfeito com o rumo que a revolução havia tomado, cassara o seu mandato de governador, suspendera seus direitos políticos e adiara, *sine die*, a realização de seu sonho de ser presidente da República.

Não era só ele. Outros políticos insatisfeitos se agrupavam, estabelecendo contatos entre as diversas correntes: cassados, críticos do "desvirtuamento da revolução", emedebistas insatisfeitos com seu partido e até mesmo alguns arenistas.

Todos eles sabiam que a sucessão presidencial não se realizava sem atritos dentro das próprias Forças Armadas, a quem, em última instância, atribuíam a responsabilidade dos "excessos" da revolução. As constantes promessas de "humanização" do futuro presidente pareciam indicar a intenção de maior liberação política.

Poucos dias antes da posse de Costa e Silva, Lacerda anunciava que os políticos insatisfeitos se congregariam numa "Frente Ampla", cujo programa seria divulgado a 13 de março. É claro, portanto, que esses políticos consideravam o novo período presidencial a ocasião oportuna para sua ação conjunta.

As tensões internas da Frente Ampla, entretanto, não eram muito menores que as existentes entre as correntes militares moderada e radical. O Programa Mínimo Inicial, da Frente Ampla, só foi apontado em 21 de março e teve sua divulgação retardada em alguns dias. Não havia con-

cordância total de Lacerda e do deputado Martins Rodrigues com o texto preparado. Alguns integrantes de "esquerda" ameaçavam abandonar a Frente Ampla para formar um movimento popular. Além disso, alguns emedebistas viam na Frente Ampla o embrião de um terceiro partido político, possibilidade expressamente excluída por outros "frentistas".

O Programa Mínimo Inicial pedia a restauração do poder civil, a preservação da soberania nacional, a retomada do desenvolvimento econômico e a realização de reformas nas estruturas econômica e social. Alguns objetivos imediatos eram colocados: 1) a anistia geral; 2) a elaboração de uma Constituição democrática, garantindo o direito de greve e pluralidade dos partidos; e 3) o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência e Vice-Presidência da República, para os governos dos Estados e prefeitos das Capitais. Esses três pontos entravam em choque frontal com medidas fundamentais tomadas em nome do Movimento de 1964.

O impacto da formação da Frente Ampla sobre a opinião pública foi considerável, pois coincidia com os meses iniciais de expectativa sobre o novo governo. No entanto, sua atuação não apresentava muita continuidade, talvez mesmo em razão de sua heterogeneidade. Do exílio, João Goulart recomendava aos seus partidários uma oposição radical ao governo, sem juntar forças com Lacerda. Ele acreditava que o trabalhismo devia e podia manter-se numa posição política autônoma. Isso desorientou os ex-petebistas comprometidos com a Frente Ampla.

A 6 de abril de 1967, os responsáveis pela Frente Ampla anunciam seu recesso temporariamente. A justificativa apresentada era que se tornava necessário aguardar a definição dos rumos do novo governo para uma atuação mais positiva. Era, na verdade, um recuo ditado pelas dissensões internas.

Depois de uma longa ausência, Juscelino Kubitschek retorna ao Brasil em 9 de abril. Tinha seus direitos políticos suspensos em decisão tomada no último dia do prazo estabelecido do AI-1, em 8 de junho de 1964. Apesar disso, passa a manter contatos com os integrantes da Frente Ampla. Depois de várias semanas de articulações, Lacerda e Kubitschek são obrigados a admitir publicamente que a Frente Ampla apresenta pouca penetração na área parlamentar do MDB.

Em agosto, a Frente retomava a ofensiva. No dia 3, é noticiado que João Goulart recomendou a seus partidários que integrassem a Frente Ampla, já que uma frente de ex-pessedistas e ex-trabalhistas era inviável. Era uma reformulação de sua posição anterior. A posição do ex-presidente, deposto pela revolução de 1964, causou grande impacto. A 28 de agosto, a Frente já se sentia suficientemente estruturada para nomear um secretário-geral: deputado federal Renato Archer. Carlos Lacerda,

por sua vez, mantinha uma polêmica ruidosa com o presidente do Clube Militar, o general Moniz de Aragão. A agitação em torno dos seus pronunciamentos de crítica ou de apoio à revolução e ao governo de Costa e Silva fez com que o governo intervisse na disputa. A 28 de agosto, Lacerda era proibido de falar na televisão; em seguida, o general Moniz de Aragão recebe ordens superiores de não responder aos pronunciamentos de Lacerda nos jornais. A Frente Ampla começava a incomodar o governo: em 11 de setembro, a Polícia Federal recebe ordens diretamente da Presidência da República no sentido de interrogar Juscelino Kubitschek a respeito de sua atividade política. Kubitschek recusara-se a prestar declarações e embarca no dia seguinte, prometendo retornar em breve.

Em 15 de setembro, durante uma entrevista no Clube dos Repórteres Políticos, Carlos Lacerda faz uma revelação sensacional: em poucos dias, seguiria para o Uruguai onde se encontraria com João Goulart. Em 24 de setembro realiza-se o encontro entre os dois antigos inimigos, consubstanciado num acordo político assinado por ambos, reafirmando os princípios básicos da Frente Ampla.

A reação ao Acordo de Montevidéu na área militar foi imediata. O grupo radical criticou abertamente o procedimento de Carlos Lacerda com quem tinha mantido até então relações satisfatórias. Os moderados, na voz do senador Ney Braga, advertiam que o governo iria enfrentar a Frente Ampla no campo político, partidário e parlamentar numa campanha de esclarecimento da opinião pública. A Frente Ampla, até então vacilante e amorfa, ganhara com a entrada de João Goulart a qualidade de uma entidade política oposta à revolução, e passou a ser alvo de maior atenção por parte do governo Costa e Silva.

A oposição congregada no MDB, através de sua liderança nacional, sentia a tensão criada pelo reaparecimento político ostensivo de João Goulart. A 27 de setembro, em nota oficial, dizia não apoiar a Frente Ampla, embora considerando positivo qualquer movimento visando à redemocratização do Brasil.

Nos altos escalões do governo e das Forças Armadas, circulavam informações reservadas sobre a Frente Ampla. Suspeitava-se que Juscelino Kubitschek, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, João Goulart e outros políticos cassados e insatisfeitos estavam planejando uma contrarevolução no Brasil. Essa conspiração teria sido articulada na França, onde vários cassados tinham recebido homenagens oficiais e oficiosas. Eles teriam, inclusive, apoio de setores governamentais franceses, empenhados em fustigar a expansão dos interesses norte-americanos no Brasil, dentro da posição internacional independente, pretendida pela França na época. Segundo essas suspeitas, a Frente Ampla, congregando Lacerda, Kubitschek e Jango, seria apenas a parte mais ostensiva da conspi-

ração. O governo tenderia a fixar neles a sua atenção, deixando campo livre para Adhemar de Barros. Este, como simples homem de negócios, estaria livre para articular um golpe contra o governo.

A igreja católica, por sua vez, estava sob suspeita de, através de alguns bispos, estar servindo de porta-voz dos integrantes da Frente Ampla. As críticas ao governo por parte de clérigos visariam à desmoralização do governo ou a provocar uma crise pelo confronto entre igreja e governo.

O movimento teria sido marcado para 27 de janeiro de 1968, com foco na cidade de São Paulo. As forças rebeldes seriam constituídas basicamente da poderosa Força Pública, milícia estadual. O dia marcado era um sábado, que vinha depois do aniversário da cidade, 25 de janeiro, numa quinta-feira. O feriado de quinta-feira seria aproveitado por muitos paulistas para um fim de semana prolongado fora da cidade, que assim estaria calma e sem movimento no sábado. Presas as autoridades civis e militares em São Paulo e consolidado o movimento nesse Estado, haveria a adesão de Minas e, talvez, do Rio Grande do Sul. Os políticos da Frente Ampla formariam uma "junta governativa" e declarariam o presidente Costa e Silva "fora da lei".

Não paravam aí as previsões dos órgãos de segurança: um país estrangeiro, a França ou a Rússia, interviria no Centro-Sul do Brasil, ficando os Estados Unidos obrigados a invadir o Nordeste. Seriam os EUA então acusados de invasores, e uma guerra civil destruiria o País. Sugeria-se a prisão dos líderes da Frente Ampla e de seus simpatizantes para desbaratar a conspiração.

Não foi necessária uma ação tão drástica contra a Frente Ampla, mesmo porque as suspeitas superestimavam sua harmonia interna. O mês de outubro mostrou que os antigos trabalhistas estavam divididos. Enquanto Lutero Vargas, ex-presidente do PTB, afirmava haver incompatibilidade total entre os trabalhistas e a Frente Ampla, a atitude de João Goulart era diferente. Chama a Montevidéu prefeitos, vereadores e políticos do Rio Grande do Sul, seus correligionários, para melhor articular a Frente Ampla naquele Estado. Os setores sindicais integrados na Frente Ampla, alguns dias depois, declaravam sua autonomia. Não é casual, pois, que Carlos Lacerda tenha, no dia 30 de outubro, declarado novo recesso temporário da Frente Ampla.

O Ministério da Justiça acompanhava de perto a ação da Frente Ampla. Ainda em outubro o ministro Gama e Silva ameaçava publicamente confinar o ex-presidente Kubitschek por 60 dias se ele insistisse em atividades políticas incompatíveis com a suspensão de seus direitos políticos.

A partir de meados de dezembro de 1967, Lacerda, Goulart e Kubitschek tomam a decisão pública de iniciar uma ação mais agressiva como oposição ao governo. A linha básica foi aquela preferida pelo polêmico Carlos Lacerda desde a década de 1950: conferência, debates públicos de

crítica ao governo federal. Em 16 de dezembro, paraninfando uma turma de universitários em Porto Alegre, Lacerda acusa os militares de terem "usurpado" o poder: "Ninguém é contra os militares, mas cada um deverá ser contra o militarismo, a começar pelos próprios militares (...) A corrupção militar ou a corrupção protegida pelos militares é a pior que pode existir, porque é armada." Antes do fim do ano de 1967, Lacerda renovava as críticas ao governo e ao militares, destacando as dificuldades criadas para a oposição e apontando falhas da política econômica e financeira.

A radicalização das críticas ao governo mais uma vez demonstrou a pouca coesão da Frente Ampla. Em fins de dezembro, emedebistas mineiros retiravam-se da Frente Ampla, temerosos da reação governamental às palavras violentas de Lacerda. O tempo mostrou que eles não estavam sem razão: em 26 de janeiro de 1968, depois de uma palestra em que Lacerda acusava alguns ministros de serem "vendidos aos interesses estrangeiros" e alguns militares de terem "esposado a oligarquia decadente", os I, II e III Exércitos foram colocados de prontidão, aparentemente para intimidar a oposição.

Em 15 de março, a tolerância militar à Frente Ampla chegou a seu limite. Lacerda acusava o chefe da Casa Militar, general Jaime Portela, de ter usurpado o poder em nome do Exército e de ser o verdadeiro chefe do Estado. Depois de alguma demora causada pela opção de como agir, o governo Costa e Silva fulminava a Frente Ampla: editou a Instrução 177 do Ministério da Justiça, datado de 5 de abril de 1968, proibindo qualquer manifestação política em nome da Frente Ampla. A solução, relativamente branda, adiou um confronto político mais sério entre políticos insatisfeitos ou oposicionistas e militares radicais. Adiou, mas não evitou. Nesse mesmo ano de 1968, em dezembro, uma séria crise político-militar levaria à afirmação do grupo militar radical e ao fim da tolerância com o jogo político-partidário.

O AI-5

CAPÍTULO III

O discurso de um jovem deputado, perante o recinto rarefeito do começo de uma sessão da Câmara, sem repercussão na imprensa, ia provocar reação nos meios militares, impacientes pela radicalização.

O primeiro semestre de 1968 esteve marcado por intensa mobilização estudantil, tanto no Brasil como nos países desenvolvidos da Europa Ocidental e da América Latina. Os estudantes brasileiros haviam conseguido rearticular, a partir de 1967, a UNE (União Nacional dos Estudantes). As reivindicações das diversas correntes que disputavam a liderança eram, precipuamente, de caráter universitário: aumento de verbas para as universidades; aproveitamento de alunos que, aprovados nos exames vestibulares, não encontravam vagas e eram classificados como "excedentes". No Rio de Janeiro, havia um restaurante universitário, no Calabouço, cujos preços eram objetos de reclamações. No dia 28 de março, a Polícia Militar do Rio de Janeiro foi chamada a intervir contra uma manifestação de estudantes, naquele restaurante, que o governo pretendia fechar. Do conflito resultou a morte do estudante Edson Luiz. O corpo foi carregado pelas ruas centrais da cidade e velado no saguão de entrada da Assembléia Estadual, na Cinelândia. O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas foram palcos de ressonância de exaltados debates políticos de repúdio à ação repressiva do governo.

No dia 31 de março, o deputado Mário Covas, líder do MDB, em entrevista à *Última Hora* disse: "Este sistema militar que decretou guerra ao

povo acabou criando uma atmosfera de absoluta incompatibilidade entre povo e Forças Armadas, o que é profundamente inconveniente, inclusive para a Nação. Mas isso é inevitável em face do governo militarista que declarou guerra a todo o povo brasileiro. E os festejos de hoje acabaram por ser um desfile para ninguém, para comemorar o nada."

Nesse contexto de efervescência política, o chefe do Gabinete Militar, na qualidade de secretário do Conselho de Segurança Nacional, diante da gravidade da situação e do partido tirado pela Frente Ampla, órgão político sem existência legal, a 30 de março, fez exposição de motivos, que tomou o nº 15 2R/68, ao presidente da República, pedindo o fechamento daquela organização. O presidente acolheu a proposição da secretaria do Conselho de Segurança Nacional, determinando ao ministro da Justiça que providenciasse o ato extinguindo a Frente Ampla.

O movimento contestatório ao regime teve sua expressão máxima na passeata de 100 mil pessoas, realizada dia 21 de junho no Rio de Janeiro. Greves foram deflagradas em várias universidades, os órgãos repressivos acionados para conter as mobilizações.

O Congresso foi convocado extraordinariamente, durante o mês de julho, por iniciativa do MDB e com a adesão de alguns arenistas.

O deputado Paulo Macovini "apresentou à Câmara um projeto de lei anistiando os agitadores que se haviam envolvido naquelas ameaças, a partir da morte do pseudo-estudante. Ele queria evitar que os agitadores fossem processados como incursos na Lei de Segurança Nacional, e, conseqüentemente, condenados. Houve da parte das Forças Armadas uma grande reação à aprovação do projeto (. . .) O projeto corria em tramitação tendo parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, mas na Comissão de Segurança Nacional, da qual participavam deputados militares da reserva, não logrou aprovação".

Dia 4 de julho houve reunião do Conselho de Segurança Nacional, quando foi abordado o problema da decretação do estado de sítio. O presidente da República não estava propenso a essa medida devido à repercussão negativa que externamente traria para o País. A reunião foi suspensa e continuaria na semana seguinte, no Rio de Janeiro. No dia 11 de julho o Conselho de Segurança Nacional se reuniu, tendo sido elaborado o decreto da instituição do estado de sítio. A Agenda dessa reunião foi publicada na imprensa, justamente para verificar se surtia algum efeito o clima de agitação. Houve o efeito esperado e aquela medida máxima não foi considerada necessária pela maioria dos membros do conselho.

No interior das Forças Armadas, o clima também era de grande inquietação. Alguns oficiais superiores, liderados pelo coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, eram partidários da Frente Ampla e consideravam que Lacerda, ascendendo a uma posição de liderança, poderia imprimir uma mudança nos acontecimentos.

Um debate estudantil, que se realizava no auditório da Universidade Federal, no antigo Hospício da Cruz Vermelha, foi interrompido pela Polícia. O quarteirão foi cercado, houve ameaças de invasão do *campus*. Após tensas negociações entre os comandantes das tropas e o reitor Clementino Fraga Filho, permitiu-se a saída dos estudantes. Rapazes e moças foram obrigados a passar por um "corredor polonês" de policiais, levando cacetadas até o campo de futebol do Botafogo, do outro lado da rua, onde eram alinhados no gramado, deitados como ordenadas fileiras de sardinhas a enlatar. Seguiram-se novas manifestações de protestos nas ruas. No decorrer de uma delas, a da chamada "Sexta-Feira Sangrenta", a Polícia Militar do Rio atirou sobre os estudantes e a população, com a qual se confundiam nas ruas do Centro.

O clima da época foi magnificamente descrito por um dos militantes juvenis, Alfredo Sirkis, que não perdeu com os anos passados no exílio o frescor do vocabulário e a linearidade da análise.

" Os PMs corriam e na fuga deixavam cair alguns capacetes, cassetetes e bombas de gás, não deflagradas, que viraram troféus nas mãos mais rápidas.

Chegou uma nova orientação de dispersão, mas decidimos permanecer, porque havia cada vez mais gente nas ruas, populares que desciam dos edifícios, saíam dos bares e lojas para se juntar. Na altura do velho Cineac, o precursor da pornochanchada dos anos 50, ergue-se uma tosca barricada com bancos de rua e tabuletas de obras da Sursan.

Nessa altura, voltavam os policiais. Ninguém se intimidou. Pedras à mão, esperávamos que chegassem mais perto. Eu combinava com um companheiro a conquista de um capacete. Já estavam a uns 30 metros, em duas filas compridas, sob as marquises para escapar do granizo dos edifícios. Não brandiam os cassetetes, nas mãos apenas os 38 reluzentes. Vinham acompanhados de dois grupos à paisana também devidamente apetrechados.

Numa fração de tempo perdido, pipocaram dezenas de armas. O foguetório ecoou pela Rio Branco, ao mesmo tempo em que estouravam, um jarro branco, as bombas de gás lacrimogêneo.

– É festim . . . é festim... ninguém corre.

Passaram uns segundos irreais nos quais joguei umas pedras. Aí vi várias pessoas no chão, feridas. Um rapaz com uniforme de estafeta da Western Telegraph atingido na cabeça a uns metros dali.

Caiu como um fardo de roupa, todo mole e ficou deitado numa poça estranha em cima do braço dobrado. Ajoelhado atrás de um hidrante, vi quando alguém o virou de barriga para cima. Um pequeno orifício no centro da testa, embaixo do quepe caído ao chão. Simétrico, anti-séptico, quase sem sangue...

Os homens, a meio quarteirão dali, não avançavam para além da barri-

cada abandonada. Dos edifícios desabava em cima deles o dilúvio. Agora já eram cadeiras, gavetas, lixeiras e tampas de privada, tudo debaixo de um escarcéu ensurdecedor:

– A-SSA-SSI-NOS. A-SSA-SSI-NOS...

Lá pelas cinco, chegaram companheiros da cidade. As histórias eram impressionantes: centenas de feridos, barricadas, carros incendiados. O Centro imerso numa gigantesca nuvem de gás visível lá de Niterói.

Só ao fim da tarde é que a repressão recuperou o controle da cidade. A PM sofrera mais de cem feridos, tinha as enfermarias lotadas. Um policial morto. Recebera um balde de cimento, do oitavo andar de uma construção.

As últimas escaramuças e corre-corres cessaram ao anoitecer, quando anunciaram a entrada de tropas do Exército em vários pontos do Centro. O saldo do dia: 14 mortos e centenas de feridos. Desta vez o protagonista fora o povão. Nós, os estudantes, apenas o rastilho. Voltei para casa a pé. ruminando as peripécias."

Os cariocas não estavam ainda acostumados a tão escancarada selvageria policial contra a classe média, os seus filhos e filhas. Muito rapidamente se mobilizaram os profissionais liberais, os intelectuais e grupos de Igreja para prestarem o seu apoio organizado aos estudantes. Convocou-se para a manhã de 26 de junho uma concentração na Cinelândia, em frente à Câmara dos Vereadores.

Cem mil pessoas atenderam ao chamado. Obedecendo ao comando dos líderes estudantis, desfilaram o dia inteiro pelas ruas da cidade, passando diante dos prédios do Superior Tribunal Militar e do Ministério da Educação. Wladimir Palmeira, presidente da UME, União Metropolitana de Estudantes, comandou a festa. Apesar de filho de um senador da Arena, chefe de uma família rica de Alagoas, Wladimir cultivava um jeito desmazelado de bóia-fria e uma rala barba tipo Cantinflas. Seu estilo de falar era didático e popularesco, martelando frases curtas e idéias simples. Substituindo o *"nós"* por *"a gente"*, incorporava os ouvintes ao seu discurso e era capaz de fazer-se entendido por qualquer um, estudante, mensageiro de escritório, intelectual ou operário de construção.

A multidão seguiu disciplinadamente os líderes estudantis durante horas e horas, braços dados, formando cordões em clima de festa. Como a polícia abandonara as ruas, a ordem foi mantida. O dia encerrou-se em paz.

A crise política assumiu proporções mais graves com os pronunciamentos do deputado Márcio Moreira Alves. O discurso, entre muitos outros proferidos no horário chamado "pinga-fogo", expressava o protesto contra a crescente violência policial e militar, cujo fato recente havia sido a invasão da Universidade de Brasília, com o espancamento de estudantes e tiroteio a esmo, sendo que um estudante foi atingido. Mas o que

motivou a exaltação de setores militares pela punição do deputado foi a proposta idealista, como reconhece o próprio autor, de boicotar o desfile militar de 7 de setembro, além de insinuar que o Exército se estaria tornando um abrigo de torturadores.

O discurso não teve nenhuma repercussão na imprensa, ao contrário do que afirma o general Jaime Portela: "O discurso daquele deputado havia sido publicado em toda a imprensa, servindo de manchete, o que mais irritou as Forças Armadas pelo destaque dado."

Na opinião do autor, a verdade é que "a invasão da Universidade de Brasília armou o campo para o confronto entre as correntes liberais e fascistas integrantes do governo militar de 1964". A extrema direita não encontrava ainda nenhuma base social para a sustentação de seu projeto, muito difícil também era obter adeptos dentro dos partidos e instituições políticas, como o Senado e a Câmara, onde havia forte influência do pensamento liberal e ideais democráticos, que inclusive eram predominantes dentro do próprio partido governamental, através de expoentes como os senadores Daniel Krieger e Milton Campos. O isolamento em relação à sociedade civil fez com que o grupo ditatorial restringisse a sua ação ao âmbito exclusivamente militar.

Nesse sentido, as questões políticas e jurídicas implicadas na representação do parlamentar significavam muito mais que uma simples medida reparadora. A violação dos direitos e imunidades parlamentares consagrados pela Constituição seria o primeiro passo para a institucionalização de um regime de força.

A propaganda nos setores militares consistiu na distribuição de texto mimeografado contendo o discurso, para suprir a falta de divulgação na imprensa. Pretendia-se sensibilizar a jovem oficialidade e forjar as bases para um novo golpe.

O desenvolvimento da crise aprofundou as divergências entre facções ideológicas dominantes e refletiu-se no Parlamento com a formação de dois grupos opostos: a) os parlamentares contrários à licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves conservavam-se alinhados ao bloco ideológico das classes dominantes que tradicionalmente partilhava da direção do Estado no Brasil; b) os parlamentares dispostos a cumprir as ordens de um novo bloco ideológico que se apossava do Executivo alicerçado no domínio das Forças Armadas.

Por outro lado, os motivos que levaram os deputados situacionistas à posição contrária ao governo podem ser assim classificados: 1 – Por fidelidade a princípios jurídicos constitucionais que haviam longamente defendido no decorrer das suas vidas públicas. Representava esse grupo algumas lideranças remanescentes da antiga UDN, como o senador Daniel Krieger e o deputado Djalma Marinho.

2 – "Por estarem comprometidos com candidatos potenciais à Presi-

dência da República, cujas aspirações passavam pela libertação do Legislativo da tutela do Executivo e, sobretudo, da alta hierarquia militar." Assim pensavam os seguidores dos ex-governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda.

3 – Por temerem que o precedente da ruptura das imunidades parlamentares pudesse um dia vir a atingi-los pessoalmente, retirando-lhes a proteção do mandato. Parlamentares desse tipo constituem um pequeno grupo de implicados em escândalos administrativos e financeiros. A oposição podia, silenciosamente, contar com seus votos.

A corrente parlamentar favorável à licença era composta sobretudo de deputados nordestinos ligados ao general Albuquerque Lima, ministro do Interior, que possuía pretensões de alcançar a Presidência da República, defendia o recrudescimento do processo revolucionário sobre as bases de um projeto nacionalista.

O processo consistiu, em uma primeira fase, na tentativa do governo de obter um parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, cuja decisão assume forte influência no plenário. Nesta instância o governo conseguiu impor seus objetivos à custa de constantes pressões e substituições de membros da comissão.

O general Jaime Portela de Melo, chefe do Gabinete Militar do governo Costa e Silva, dá em seu livro, *A Revolução e o Governo Costa e Silva,* a versão oficial: "Os ministros militares apresentaram uma Exposição de Motivos, solicitando providências quanto aos ataques dirigidos às Forças Armadas pelo deputado Márcio Moreira Alves."

O pedido de licença para punir o deputado trouxe divergências dentro do próprio partido do governo (Arena), que seriam os primeiros indícios da perda de apoio político, que levaria mais tarde à crise institucional com o recesso do Congresso e a supressão das prerrogativas do Poder Legislativo. O conflito de pensamentos entre setores do governo pode ser exemplificado nessa troca de cartas entre o senador Daniel Krieger, líder da Arena, e o presidente da República. A carta do senador, em 11/10/1968:

"Para melhor fixar o meu pensamento e expressar de maneira precisa a minha opinião sobre a iniciativa do governo, pretendendo promover a responsabilidade de dois deputados, resolvi escrever-lhe esta.

"Sendo advogado, creio meu dever iniciar a análise dessa medida sob o aspecto jurídico, para, afinal, abordar as suas conseqüências políticas.

"O deputado é, nos termos do Art. 34 da Constituição, inviolável no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos. A inviolabilidade exclui o caráter delituoso da ação que pratica na tribuna, pareceres e votos. Em face do texto claro da Constituição e do indiscutível conceito de inviolabilidade, não pode, portanto, o deputado ser responsabilizado por discursos proferidos da Tribuna da Câmara, votos e pareceres.

"Na outra hipótese, artigos de jornais, não se beneficia seu autor da inviolabilidade, mas este fica resguardado pela imunidade. O processo depende da liderança da Câmara.

"A tradição, o espírito de classe e a natureza secreta do voto nos levam à convicção da negação da licença. Criada essa situação, dela decorreria uma crise institucional, pondo em antagonismo a Câmara e as Forças Armadas do País.

"Será que essa situação favoreceria o seu governo, que constantemente se tem manifestado pela manutenção do regime?..."

A resposta do presidente ao senador Krieger:

"Meu prezado senador e amigo:

Recebendo sua carta, o seu teor não me causou surpresa, porque conhecia a sua opinião. Li-a com máxima atenção, como faço sempre com tudo quanto parte do líder do governo no Senado e presidente do nosso partido.

"Respondendo-a, faço inicialmente ligeiro reparo: o processo que mandei iniciar com fundamento no Artigo 151 da Constituição de 1967 visa apenas a um deputado.

"Observando, assim, este pormenor, saliento, desde logo, que, após análise de suas observações, não vi motivos para mudar a orientação por mim adotada e que foi fruto de longa reflexão.

"Não sou advogado, como o prezado amigo, mas me sinto em condições de comparar os textos da nova Constituição. E vi desde logo que seu ponto de vista se apóia, exclusivamente, no que dispõe o Artigo 34, pelo qual os deputados e senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos. E, não obstante o seu critério de dar a essa situação um caráter absoluto, a verdade é que, na própria Câmara, entre muitos que hoje nos combatem – nem sempre com lealdade –, essa teoria encontrou opositores. Azares das circunstâncias ou caprichos do destino!

"Confiando o estudo do problema, por parte do Poder Executivo, a quem competia fazê-lo, aceitei a proposta do meu ministro da Justiça.

"Ele também advogado, invocando o texto do Artigo 151, e seu parágrafo único da Constituição, concluiu pela responsabilidade de certos direitos individuais e dos direitos políticos. Atenta contra a ordem democrática. É a defesa do Estado, da Liberdade, do Regime e que não pode encontrar exceções privilegiadas – se assim o fosse estaríamos consentindo num delito maior do que o perpetrado pelo eventual infrator.

"Agi com ponderação e cautela, mas decididamente, ao acolher a Representação de meus ministros das Pastas militares, fundamentada pelo meu ministro da Justiça e, posteriormente, adotada pelo procurador geral da República, cuja representação se baseou, exclusivamente, nas razões do Poder Executivo. É o que autoriza e impõe a Constituição.

"Assim, sob o aspecto jurídico, tenho a certeza de que minha deliberação foi acertada e caberá aos demais poderes da União – o Legislativo, no exame do pedido de licença, e o Judiciário, na apreciação da denúncia – cumprirem com o seu dever constitucional.

"Quanto às conseqüências políticas desse ato, que põe em choque as relações existentes entre o Executivo e o Legislativo, nem pode criar embaraços à Arena, acredito que a solução eleita foi a melhor porque não poderia faltar ao dever de chefe do governo na preservação do regime (. . .) Estou, mais uma vez, atendendo o meu dever de chefe da Nação e comandante supremo das Forças Armadas . . ."

Nessa época ocorreu o episódio conhecido como caso Parasar. O Parasar era um órgão da Aeronáutica destinado a serviços de busca e salvamentos. "O brigadeiro Penido Burnier era o chefe do Serviço de Informações do Ministério da Aeronáutica e pretendeu dar àquele órgão algumas missões relativas a prisões de agitadores e transporte destes de um para outro local, onde teriam que ser custodiados." (Sabe-se que as missões iam além das descritas pelo autor; planos de sabotagem e assassinato de pessoas consideradas subversivas.) "O chefe do Parasar não acatou as novas missões que deveriam ser realizadas e levou o fato ao conhecimento do seu diretor, o brigadeiro Itamar Rocha, que dirigia as rotas aéreas, e também discordava dos propósitos do brigadeiro Burnier. (Obs.: o episódio desenvolveu-se com a exoneração do brigadeiro Itamar Rocha e afastamento de outros oficiais. Tempos depois o Cisa, órgão de segurança e informações da Aeronáutica, estaria envolvido em atividades de prisões e torturas, sendo fato denunciado a morte, nesse organismo, de Stuart Angel.)

Em fins de outubro de 1968, foi sancionada a lei de reforma universitária com base nos dados obtidos pelo relatório do coronel Meira Matos. Com as novas mudanças, esperava-se também conter as mobilizações estudantis.

Enquanto o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves era discutido nas comissões e plenário da Câmara, por fora se intensificavam as pressões por parte dos setores militares que exigiam uma solução urgente e positiva no sentido de reparar as ofensas dirigidas às Forças Armadas. Contudo, o governo enfrentava a dificuldade em fazer aprovar o pedido de licença, na medida em que o MDB praticava a obstrução dos trabalhos na Câmara, até mesmo com apoio de parlamentares arenistas. O processo não teria solução antes do recesso normal do Congresso, em dezembro. Porém, o Congresso foi convocado em caráter extraordinário para deliberar sobre o caso 'Márcio' e outros assuntos de interesse da Nação."

Entre o período da convocação extraordinária até à votação do pedido de licença, procedeu-se a articulação dos parlamentares com os setores

militares tendo em vista uma possível reação das Forças Armadas, caso o pedido fosse negado pelo Legislativo. O autor narra o seguinte fato:

"No Rio de Janeiro (na noite do dia 7 de dezembro), houve um encontro do deputado Mário Covas, que saiu de Brasília, à tarde, com o coronel Boaventura, juntamente com o deputado Renato Acher. O encontro foi propiciado pelos deputados Raul Brunini e Jorge Curi, sendo realizado na residência do coronel Boaventura (. . .).

O encontro foi detectado por um órgão de informações (. . .) Soube-se mais tarde que o assunto tratado foi com referência ao problema Márcio Alves, e que o coronel Boaventura dizia que uma facção do Exército não se interessava em que a Câmara concedesse a licença para processar o deputado, que o dep. Mário Covas com os seus companheiros poderiam trabalhar naquele sentido, que não haveria reação das Forças Armadas... O dep. Mário Covas confidenciou aos deputados amigos que a conversa com o cel. Boaventura fora proveitosa, mas era para uma ação junto aos militares do Rio de Janeiro e que, de um modo geral, não apresentou muita novidade em relação à conversa que tinha tido anteriormente."

A 10 de dezembro, o pedido de licença recebeu o parecer favorável da Comissão de Justiça da Câmara. Todavia, para que prevalecesse a posição do governo, aquela comissão teve substituído número significativo de seus membros. Após a decisão o presidente da comissão, deputado Djalma Marinho (Arena), apresentou a renúncia de seu cargo.

A votação em plenário decidiu contra o pedido de licença para punir o deputado Márcio Moreira Alves. O resultado indicou 216 votos contra a licença, 136 a favor e 12 brancos, sendo que 24 deputados da Arena não compareceram à sessão.

Aqueles momentos que precederam a edição do AI-5 são relatados pelo autor: "Na tarde daquele dia, realizava-se a votação, em plenário da Câmara, da licença para processar o deputado Márcio Alves. No avião, eu costumava viajar sentado à mesa de despachos, frente ao presidente (. . .) Conversamos sobre o fato que estava ocorrendo em Brasília, ele tirou de sua pasta um talão de memorando e passou a escrever. Percebi que o escrito se relacionava com o caso que estava em pauta no Congresso (. . .) (o presidente) leu o que estava escrito, que nada mais era do que os pontos principais de um ato institucional." Chegando ao Rio de Janeiro, o presidente recebeu os informes dos chefes militares sobre o descontentamento de grande parte da oficialidade das três Armas com o resultado da votação no Congresso, e exigiam uma solução imediata. Segundo o autor, o presidente decidiu não tomar nenhuma atitude sob pressão de seus assessores. A questão seria discutida, na manhã do dia seguinte (sexta-feira, 13 de dezembro), primeiramente numa reunião com a participação do presidente, ministros militares, chefe do SNI, chefe do

Gabinete Militar, ministro da Justiça e o chefe do Gabinete Civil. (À tarde seria realizada a reunião do Conselho de Segurança Nacional.) O ministro da Justiça apresentou, naquela reunião, a proposta de manifesto à Nação e a decretação de um ato adicional, cujos pontos foram considerados um tanto radicais pelos demais membros. O presidente então fez a proposta do ato institucional cujos itens havia enumerado anteriormente: "1) Manutenção da Constituição; 2) Suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos por dez anos; 3) Intervenção nos Estados e Municípios; 4) Suspensão das garantias constitucionais quanto a vitaliciedade e inamovibilidade, podendo demitir e reformar militares, aposentar funcionários e juízes; 5) Decretação de estado de sítio e sua prorrogação, estabelecendo prazo de vigência; 6) Confisco de bens resultantes de enriquecimento ilícito; 7) Suspensão de *habeas corpus*; 8) Recesso do Congresso e das Assembléias por prazo indeterminado."

Na reunião do Conselho de Segurança Nacional apenas o vice-presidente Pedro Aleixo se posicionava contrariamente ao Ato Institucional e recesso do Congresso: "Este defendeu a tese da decretação do estado de sítio, achando que era a solução para o caso, enquanto as paixões amainassem, sendo contrário ao recesso do Congresso. Fez um discurso de 30 minutos, defendendo a sua tese, com aquela firmeza e serenidade que lhes eram peculiares, sem, entretanto, considerar que o seu ponto de vista não reparava os insultos assacados contra as Forças Armadas; ao contrário, concorria para agravar a situação (...). Terminada a sua oração, disse que votaria contra a edição do ato.

Esqueceu-se o vice-presidente que naquele Conselho estavam presentes dez oficiais-generais (...) e três ministros que, não sendo generais da ativa, eram da reserva..."

A reunião do Conselho de Segurança Nacional, referente à votação do AI-5, teve o seguinte resultado:

1 – Vice-presidente, Pedro Aleixo: Estado de Sítio

2 – Ministro da Marinha, Augusto Rademaker: Representação do ato praticado pelo deputado Márcio Moreira Alves – SIM

3 – Ministro do Exército, Lyra Tavares – SIM

4 – Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto – SIM

5 – Ministro da Fazenda, Delfim Netto – SIM

6 – Ministro dos Transportes, Mário Andreazza – SIM

7 – Ministro da Agricultura, Ivo Arzzua – SIM

8 – Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho – SIM

9 – Ministro da Saúde, Leonel Miranda – SIM

10 – Ministro da Aeronáutica, Márcio Souza Mello – SIM

11 – Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra – SIM (c/modificações)

12 – Ministro das Minas e Energia, Costa Cavalcanti – SIM

13 – Ministro do Interior, Afonso Albuquerque Lima – SIM
14 – Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão – SIM
15 – Ministro das Comunicações, Carlos Furtado de Simas – SIM
16 – Chefe do SNI, Emílio Médici – SIM
17 – Chefe do EMFA, general Orlando Geisel – SIM
18 – Chefe do EM da Armada, Adalberto B. Nunes – SIM
19 – Chefe do EM do Exército, Adalberto Pereira dos Santos – SIM
20 – Chefe do EM da Aeronáutica, Carlos Huet Sampaio – SIM
21 – Ministro da Justiça, Gama e Silva – SIM
22 – Chefe do Gabinete Civil, Rondon Pacheco – SIM
23 – Chefe do Gabinete Militar, Jaime Portela – SIM

Essa mesma reunião aprovou o Ato Complementar nº 38, decretando o recesso do Congresso Nacional.

Após a edição do AI-5, iniciou-se a caça aos políticos e cidadãos considerados inimigos do regime. O comandante do I Exército, Syzeno Sarmento, mandou prender o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o sr. Hugo Gouthier. Do Gabinete Militar veio o pedido de prisão do ex-governador Carlos Lacerda. Os deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves foram presos; foi preso o deputado Davi Lerer.

Os processos passaram a ser examinados pelo Conselho de Segurança Nacional, que aplicava as representações com base no AI-5. O primeiro processo foi o do deputado Márcio Moreira Alves, seguiu-se a punição dos deputados Hermano Alves, José Lerer, Hélio Henrique Pereira Navarro, Gastone Righi Cuogli, Matheus José Schimidth, Henrique Henkin, Maurílio Filgueira Ferreira Lima, José Lutz Sabiá, Renato Bayna Archer, José Carlos Estelita Guerra. "O general Pery Constant Bevilacqua, ministro do Superior Tribunal Militar, recebeu a punição de aposentadoria do cargo." O juiz Joaquim de Souza Neto, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, acusado de corrupção.

Em janeiro, o AI-5 foi aplicado em processos contra dois senadores, 24 deputados do MDB, 11 deputados da Arena e contra a sra. Niomar M. S. Bittencourt, do *Correio da Manhã*; em fevereiro, foram cassados mais dois senadores e 18 deputados federais do MDB.

Ainda nesse período, assinou-se o Decreto-Lei nº 477, "definindo as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários dos estabelecimentos de ensino público ou particulares".

A CONSTITUIÇÃO QUE NÃO FOI PROMULGADA

CAPÍTULO IV

O jornalista Carlos Chagas interrompeu o seu trabalho nos jornais, atendendo ao convite do presidente Costa e Silva, de quem foi o assistente de divulgação. Isto lhe valeu um depoimento prestado, em livro de sucesso – *113 Dias de Angústia – Impedimento e Morte de um Presidente*. Graças a ele tivemos a versão jornalística de quem assistiu aos antecedentes da crise que levaria ao impedimento e, depois, à morte um presidente da República.

Carlos Chagas relaciona o trabalho que o presidente vinha fazendo na reforma da Constituição, que pretendia executar, com o levantamento do recesso do Congresso, a reorganização partidária e, mais tarde, o fim dos atos de exceção. Era seu colaborador principal o vice-presidente Pedro Aleixo. Ambos procuravam conciliar as duas grandes paralelas do governo revolucionário: a redemocratização – necessidade de abandonar o regime discricionário – e a não menos urgência premente de manter dinâmicos os princípios do movimento de março de 1964: "A terça-feira, 26 de agosto, foi dia decisivo para ambos os contextos. Pela manhã, às 10h30m, no Palácio da Alvorada, o presidente recebera, mais uma vez, Rondon Pacheco e Jaime Portela, chefes dos Gabinetes Civil e Militar, chegando às últimas definições que precederiam a uma decisão final sobre pontos ainda não controvertidos. Duas horas depois da reunião, entre Portela e Rondon, precisamente às 12h30m, o presidente determinou, pelo chefe do Gabinete Civil, que anunciasse à imprensa estar concluída a reforma da Constituição. Todas

as decisões tinham sido tomadas. Faltava apenas a redação final. Procurando unir os contrários, ele abrira mão de dois princípios que gostaria de ver estabelecidos, sugestão do dr. Pedro: as eleições diretas para os governos estaduais e a escolha do seu sucessor pelo futuro Congresso, a ser eleito em 1970.

Rondon Pacheco convoca Pedro Aleixo: o presidente pede-lhe que redija aquelas decisões. Chega então ao texto final, que irá entregar pessoalmente, no fim da tarde. E com muita dramaticidade, pois o vice-presidente, junto com o texto datilografado, dá ao marechal Costa e Silva uma carta manuscrita. Nela, afirma que ambos são os grandes derrotados de todo o trabalho. Trata-se de um documento íntimo, que Pedro Aleixo não pretende revelar nunca. O presidente lê. Emociona-se com as referências ao seu espírito democrático e à luta pelo restabelecimento da normalidade.

Quer demonstrar a Pedro Aleixo sua concordância. Procura um gesto ou uma expressão de afeto. Estão os dois, sozinhos, em seu gabinete do Planalto, à cabeceira da mesa de despachos. Súbito a solução:

'– Dr. Pedro, acrescente aí, a mão mesmo, que o número de senadores continuará de três por Estado.'

É a última alteração do presidente. E inesperada, pois Rondon Pacheco, defensor intransigente da permanência dos três senadores por Estado, já havia dado essa batalha como perdida. Pedro Aleixo sorri. Duplamente: havia assumido a paternidade da fórmula de redução de senadores (de três para dois) e todos os ônus daí decorrentes. Por isso queria que ele mesmo corrigisse o texto datilografado, com sua letra. Guardaria aquele exemplar como lembrança. Procuram uma Constituição velha para restabelecer o artigo original. O presidente vai à sua mesa, pega uma Constituição, mas, ao mesmo tempo, diz que ela não serve:

'– Esta é da Alemanha. Quem me deu foi o Capanema.'

Encontram outra. O artigo é modificado. O presidente leva o dr. Pedro até a porta:

"Enfim terminamos. Agora é publicar e abrir o Congresso.'

Estava acertado que a nova Constituição seria promulgada a 2 de setembro, no Rio, para entrar em vigor dia 7. E o Congresso, convocado a partir do dia 8. A nova Constituição vigoraria baixada por emenda constitucional, não por ato institucional – mais uma prevalência de opinião do dr. Pedro sobre o ministro Gama e Silva.

Prosseguindo na apreciação dos antecedentes da grande crise escreve Carlos Chagas:

"As grandes preocupações do presidente tinham outro centro polarizador, além da reforma constitucional: militarmente, e, em especial, desde a decretação do Ato Institucional nº 5, ele enfrentava sérios problemas. Embora ainda considerando sua condição de chefe supremo das

Forças Armadas, um grande número de importantes chefes marchava para o paralelismo de autoridade, sob o pretexto ou motivo da "revolução dinâmica". Muitos chegaram a contestar e opor reparos a atos e pessoas do governo, por palavras, letras e atos.

Dizem que por inabilidade do general Lyra Tavares explodira pouco antes um grave episódio: expulsara-se do Exército e condenara-se à execração pública, quase como traidor da Pátria, o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, de grandes serviços anteriores prestados à revolução, irmão do ministro Costa Cavalcanti. Um inquérito sigiloso dentro do Exército revelou ligações do oficial com Carlos Lacerda num movimento que visava à derrubada do marechal Costa e Silva e a ascensão ao poder do ex-governador carioca (será predestinação?).

Vários protestos chegaram ao ministro do Exército, um deles por carta do general Moniz de Aragão, chefe do Departamento de Provisão Geral, datada do dia 22 de maio de 1969. Em sua reclamação ou ponderação, ele investe contra "a publicidade consentida pelo governo das razões da pena aplicada ao coronel Boaventura, que, embora possam assentar-se sobre realidades, contêm apreciações e conceitos desprimorosos e hostis, impróprios à serenidade que deve revestir os atos de justiça, que, se feriram a honra daquele oficial, também respingaram o brio da classe, emocionando-a e revoltando-a".

Acentuou o general Moniz de Aragão que a difusão dos motivos da penalidade colidiu com o zelo com que o ministro procurou limitar o conhecimento do processo aos oficiais-generais. Disse que o pundonor é o timbre que mede o quilate e a integridade das instituições militares, e que, embora contido pelo espírito de disciplina, o ânimo do Exército excitou-se, "soprando de generoso repúdio a publicidade que acompanhou a sanção imposta ao coronel Boaventura".

Reuniões com seus subordinados e acusações ao governo e ao encaminhamento do processo revolucionário acabaram gerando novo documento do general Moniz de Aragão, e a anterior carta sobre o "caso Boaventura" renasceu mais forte e veemente: a 17 de junho ele se dirige ao ministro, citando Maritain. Refere-se ao exemplo dos governos que, devido à concentração e hipertrofia de poderes, derivam para a conduta peculiar às comunidades primitivas, tribais ou feudais. Fala de "notícias e fatos públicos, verdadeiros ou não, em todo e em parte não retificados ou desmentidos, que permitem a suposição de que o governo revolucionário se encaminha para condição semelhante àquela referida pelo filósofo". Cita alguns "exemplos": "o culto da personalidade através do artifício de homenagem indireta prestada publicamente à memória do pai do presidente..."

Outras acusações: nomeação do irmão do presidente, pelo governador Perachi Barcelos, para o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul; a re-

visão da reforma do general Severo Barbosa, sogro do presidente, que há mais de dez anos a pleiteava e que lhe representou alguns milhões de atrasados, revisão autorizada pelo ministro Lyra Tavares; a designação de um cunhado do presidente, Jair Rodrigues, para a direção da Legião Brasileira de Assistência.

Nova carta: "a desenvoltura do coronel R/1 Álcio Barbosa Costa e Silva nos meios empresariais e financeiros." A carta continuava com várias outras acusações. O episódio encerrou-se com a exoneração do general Moniz de Aragão da chefia do DPG, a 30 de julho. Costa e Silva, informa Carlos Chagas, entristecia-se com os ataques de seu antigo companheiro. Perdia o sono. Passava horas andando de um lado para o outro, em seus aposentos no Palácio da Alvorada. Mais de uma vez chegou a repetir que estava numa cadeia. Havia outras crises militares. A mais séria teria sido a do Parasar.

O episódio começa no dia 14 de julho de 1968, quando as manifestações estudantis no Rio de Janeiro estavam no seu apogeu. O brigadeiro Penido Burnier, chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Melo, convocou no próprio gabinete ministerial todo o pessoal de uma unidade de elite especializada em salvamentos, o Parasar. Após uma exposição sobre a situação política nacional, declarou que ela estaria a exigir dos verdadeiros militares o empenho em ações de tipo especial. Essas missões seriam de caráter terrorista. Os integrantes do Parasar teriam de acompanhar as manifestações à paisana, armados e sem portarem as suas verdadeiras identidades profissionais. Seriam incumbidos de vigiarem as janelas dos edifícios de onde fossem atirados objetos sobre a polícia, quando esta reprimisse os estudantes. Deveriam subir aos andares detectados e sumariamente fuzilar as pessoas que encontrassem. Além disso, seriam encarregados de seqüestrar políticos e líderes sindicais "considerados inconvenientes nas órbitas política e militar", segundo as palavras do brigadeiro Itamar Rocha, na denúncia que fez sobre o assunto. Uma vez aprisionadas essas pessoas, seriam transportadas em aviões a uma considerável distância da costa e lançadas ao mar. Finalmente, o esquema do brigadeiro Burnier previa a explosão do gasômetro do Rio de Janeiro, para que as mortes de civis inocentes dela decorrentes pudessem ser atribuídas aos comunistas. Três oficiais do Parasar recusaram-se a cumprir essas ordens e exigiram que fossem passadas por escrito, o que lhes foi recusado. Em conseqüência, foram transferidos e punidos. O capitão Sérgio Miranda de Carvalho, principal responsável pela presidência às determinações terroristas, acabou sendo afastado da Aeronáutica pelo AI-5 e, após a anistia, não conseguiu ser reintegrado à Arma que soube tão bem dignificar. A seu respeito escreveu o senador Daniel Krieger que "a punição, às vezes, é o prêmio conferido aos que observam a lei e respeitam a dignidade da pessoa humana".

Os oficiais que se recusaram a transformar uma equipe de elite, treinada para salvar vidas, em um Esquadrão da Morte não ficaram sozinhos. Para honra da Aeronáutica, encontraram um apoio decidido não só no seu superior imediato, brigadeiro Itamar Rocha, como no fundador da Arma e seu mais respeitado oficial-general, o brigadeiro Eduardo Gomes.

Itamar Rocha, que foi punido e teve o seu pedido de formação de um conselho de justificação recusado pelo ministro Márcio e Melo, decidiu recorrer da punição ao Tribunal Federal de Recursos "não pelo simples fato de anular as punições recebidas, mas para que os grupos radicais que operam na FAB sejam desbaratados". Escreveu ainda uma longa exposição dos acontecimentos, que fez distribuir aos três ministros militares, ao chefe do SNI, aos chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República e a todos os oficiais-generais da FAB. Como era de se esperar, um documento com tal número de cópias acabou por ser publicado pela imprensa, sendo que a *Folha de S. Paulo*, a 29 de outubro, publicou-o na íntegra.

A exposição do brigadeiro Itamar, além de relatar as medidas burocráticas que tomou para permitir que seu ministro coibisse a ilegalidade que havia sido praticada, conta que as declarações do capitão Sérgio, consideradas mentirosas pelo ministro, haviam sido confirmadas por todos os 36 membros do Parasar que participaram da reunião convocada pelo brigadeiro Burnier. Só foram contestadas pelo maior interessado em desmenti-las, ou seja, pelo próprio brigadeiro Burnier.

Em conseqüência das medidas acauteladoras que tomara, o brigadeiro Itamar Rocha foi destituído da chefia do Departamento Geral de Rotas e sofreu prisão domiciliar de dois dias.

O senador Daniel Krieger, no seu livro de lembranças, conta ter sido procurado em setembro pelo brigadeiro Eduardo Gomes para que desse conhecimento do caso ao presidente da República.

"Acentuou que interferira no sentido de que a ocorrência não fosse divulgada, tendo, nesse sentido, falado com o capitão Sérgio, pois julgava a sua difusão prejudicial à disciplina e às tradições da Força Aérea. Relembrou-me o atentado a Carlos Lacerda para demonstrar que um ato daquela natureza poderia ampliar-se e prejudicar a própria estrutura revolucionária. Não agir com o propósito de aluir a autoridade do ministro, mas com o objetivo de resguardar a instituição."

Nada foi feito. Quando Burnier voltou, pela segunda vez, a tratar do assunto com o marechal Costa e Silva, dele ouvia que "a insistência do Eduardo decorre de que ele, tal qual o Denys (marechal Odilo Denys, ex-ministro do Exército), não quer desencarnar."

É natural que o marechal Costa e Silva tenha tratado de um caso dessa importância com tão desconcertante leviandade. As informações que rece-

bia da fonte que considerava isenta vinham do seu mais íntimo colaborador, o general Jaime Portela, chefe da Casa Militar. Esse oficial não estava apenas comprometido com o projeto ditatorial: era um dos líderes.

O general Portela, nas suas memórias, relata os acontecimentos da seguinte maneira:

"O brigadeiro Penido Burnier era o chefe do Serviço de Informações do Ministério da Aeronátucia e pretendeu àquele órgão (Parasar) algumas missões relativas à prisão de agitadores e transporte destes de um para outro local, onde teriam de ser custodiados. Chamou, no seu gabinete, o chefe do órgão e deu-lhe a missão, a que ele se recusou a cumprir, alegando que a sua atribuição era outra e não aquela. Foi levar o fato ao conhecimento do seu diretor, o brigadeiro Itamar Rocha, que dirigiu as Rotas Aéreas.

O brigadeiro Burnier deu conhecimento do fato ao ministro da Pasta, desejoso de uma providência disciplinar contra o oficial que chefiava o Parasar. A esse tempo, o brigadeiro Itamar Rocha também informava o fato ao ministro, que procurou contornar o problema, evitando que se verificasse um choque entre os dois oficiais-generais. O brigadeiro Itamar não se conformou com a atitude do ministro e demitiu-se do cargo de diretor das Rotas Aéreas, ficando um clima de descontentamento na FAB.

O brigadeiro Márcio de Souza e Melo, ao levar o decreto de exoneração do brigadeiro Itamar ao presidente, explicou-lhe a razão da demissão. O presidente já estava por mim informado daquela ocorrência e o brigadeiro Eduardo Gomes também havia pedido ao brigadeiro da Reserva, Antônio Barbosa, amigo pessoal do presidente, para cientificá-lo.

O presidente não assinou logo o decreto de exoneração, pedindo ao ministro Márcio que procurasse uma solução conciliatória. O presidente instruiu-me para conversar com o ministro da Aeronáutica e o brigadeiro Itamar para que se pudesse chegar a uma solução harmoniosa. Mas ambos estavam extremados, não se chegando a um acordo, sendo, finalmente, o brigadeiro Itamar exonerado do cargo."

O primeiro sintoma, anotado por Carlos Chagas, foi durante uma audiência em que o presidente recebia um grupo de jovens agricultores. O presidente mantinha a mão direita no bolso, como se sentisse alguma dificuldade de movimento. A próxima audiência foi a do governador Otávio Lage. O presidente ouvia, mas já sem falar. Olhar atento, indicou com a mão o andar de cima, onde se localizava o escritório de Rondon Pacheco, com quem ele teria que discutir problema de natureza política. Afinal, tentou articular algumas palavras. Mas o governador, indo para a sala de Rondon Pacheco, transmitiu-lhe o temor de que o presidente não estava bem. Eram 17h30m. Em sala, sozinho, o presidente teve consciên-

cia da perda da voz. Sentou-se e esperou. Era uma interrogação que começava.

Um minuto depois, retornando à normalidade, tocou a campainha chamando um dos ajudantes-de-ordens. Veio o major Conrado. Pediu água com açúcar e perguntou se havia chegado o consultor geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa. À resposta afirmativa, mandou que seu tio entrasse. Apertou-lhe a mão e, ainda à porta, falou:

– Não sei que juízo este homem que acaba de sair daqui ficou fazendo de mim, porque eu não lhe disse coisa com coisa.

Adroaldo fita-o, surpreendido, e retruca:

– Então não vais despachar comigo.

– É falta de açúcar, apenas. Estou tomando um remédio que me priva dele.

Apontando para a pasta de despacho do consultor, sempre volumosa, perguntou:

– Você trazia muita coisa aí?

– Doze pareceres.

– De importância?

– Não. Apenas um merece detido exame. Os outros 11 são de fácil solução.

– Então vamos despachar esses 11.

Um a um, depois de lidos, o presidente aprovou os pareceres do consultor, e, ao final, pergunta:

– E esse que você disse merecer detido exame, de que se trata?

Esclarecido de pormenores – era um parecer relativo às Docas de Santos – inclusive porque o tio apresentava posição diversa da do ministro dos Transportes, o presidente concluiu:

– Você está com a razão.

E aprovou também o duodécimo parecer. Adroaldo pergunta se ele havia convidado para o cinema, àquela noite, um contraparente do Rio Grande do Sul, José Porfírio Costa Neto, que se encontrava em Brasília. Acentuou, mais, que o presidente não deveria comparecer, aproveitando para descansar. Ofereceu-se para fazer as honras da casa, em seu lugar.

– Não. Irei ao cinema. A indisposição que tive há pouco é conseqüência de falta de açúcar.

Despedindo-se do tio, chamou o ajudante-de-ordens, dizendo-lhe que iriam embora. Ao mesmo tempo, quis saber das audiências do dia seguinte.

Eram 18h15m, e, pela última vez, ele deixava seu gabinete de trabalho, no Planalto. Lá, não voltaria mais. Ao passar pela ante-sala, rumo ao elevador, tinha a fisionomia séria.

Não parou para falar com ninguém. Contristado, desceu ao subsolo e, de lá, para o Alvorada. No carro, nem uma palavra. A preocupação com

a reforma constitucional somava-se, a partir de agora, a preocupação com a própria saúde.

Dona Yolanda viajara terça-feira para o Rio, onde aguardaria o presidente, três dias depois. Aqui o governo passaria dez dias para a satisfação dos que, como eu, ainda não haviam transferido suas famílias para Brasília.

No Alvorada, ele esqueceu por algum tempo o incidente. Jantou bem, comentou de leve o acontecimento com o médico – que morava no palácio – e foi assistir à rotineira sessão de cinema. O filme, um *far west* italiano, que ele muito apreciava. Mas saiu dez minutos antes do fim, o que levou o dr. Hélcio a acompanhá-lo e a perguntar se tudo ia bem. Fez que sim com a cabeça e preparou-se para dormir. Mas sentia, de novo, dificuldades com a palavra.

Carlos Chagas pormenoriza os acontecimentos dos dias 28 e 29 de agosto, quando assinala um contato do chefe do Gabinete, Rondon Pacheco, com o vice-presidente Pedro Aleixo. Rondon Pacheco comentou: "O presidente está com problemas militares, muito aborrecido. É a respeito da reforma da Constituição. Os três militares estiveram com ele e discordaram."

Já o médico particular, dr. Hélcio Gomes, diagnosticara o processo de distúrbio neurológico-circulatório. Aconselhou o repouso, em Brasília, mas Costa e Silva queria vir para o Rio. Preparam a viagem, os cuidados especiais para o desembarque no Galeão e o deslocamento até o palácio. Propalariam que o presidente estava atacado de forte gripe. O avião desceria longe do local dos cumprimentos e o automóvel, entrando na pista, esperaria o presidente no sopé da escada.

O presidente já não conseguia articular senão alguns sons. A face direita estava paralisada. Usaram um cachecol, para disfarçar. Sentado durante a decolagem, o presidente foi, afinal, convencido, pelo médico, a viajar deitado. Tomou oxigênio. A palavra não veio mais. A mobilidade do braço direito às vezes começava a falhar. Com ele em seus aposentos, apenas, o dr. Hélcio, o general Portela, comandante Peixoto, o comandante Spala, além do comandante-aviador Waldir, subchefe da Aeronáutica.

Recebido, nas Laranjeiras, por sua mulher, pouco depois das 10h15m, já se encontravam à sua espera o ministro Leonel Miranda e dois especialistas, dr. Abrahão Akermann e Luiz Campinho. Fazendo um grande esforço o presidente pronunciou suas últimas palavras, com voz arrastada: "Você tinha razão."

(Referia-se à necessidade de descanso.) Nunca mais voltaria a falar.

O general Portela confirma que a doença do presidente surgiu às vésperas da tomada das decisões importantes que determinariam os rumos do País. No dia 30, às 20 horas, o general Portela dirigiu-se à residência oficial do ministro da Guerra.

Emerge a crise em função da substituição do presidente da República, cuja solução, seguindo o relato do autor, foi assim decidida: "Às 20 horas (dia 30/8/69), dirigi-me (o autor) à residência oficial do ministro do Exército para participar da reunião do Alto Comando das Forças Armadas. Lá, já se achavam o general Orlando Geisel, há pouco chegado de Brasília, e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Antônio Carlos Murici. O ministro Lyra Tavares já estava conversando sobre a doença do presidente e dizendo da razão da reunião. Pediram-me as últimas informações sobre o estado do governo, as quais passei a transmitir.

Chegaram os ministros da Marinha e da Aeronáutica e os chefes de Estado-Maior da Marinha, almirante Adalberto Nunes, e o da Aeronáutica ten.-brig. Carlos Alberto Huet Sampaio. A reunião processou-se na sala da biblioteca, tomando a presidência dos trabalhos o almirante Augusto Rademaker, pela precedência protocolar que tinha sobre os demais membros do Alto Comando. O ministro da Marinha abriu a sessão, dizendo que a finalidade da reunião se prendia à necessidade de se fazer uma análise da situação, em virtude da súbita enfermidade do presidente da República, e acentuou uma decisão sobre a substituição, durante o seu afastamento, o que a doença impunha.

Deu a palavra ao chefe do Gabinete Militar para relatar o estado de saúde do chefe do governo; como a junta médica que o assistia diagnosticou a doença; e o prazo que estimava para a sua recuperação útil. Relatei a enfermidade desde que se manifestou em Brasília, as providências tomadas, a viagem para o Rio de Janeiro, o primeiro diagnóstico do médico e a sua confirmação obtida dos exames realizados pela manhã e como se encontrava àquela hora. Informei-lhes que os médicos, em conseqüência, declaravam que ele não tinha condições físicas para permanecer no cargo. Vítima de trombose cerebral, não poderia praticar atos de governo ou realizar qualquer trabalho de ordem mental, pois estava sem poder comunicar-se. O prazo que estimavam para iniciar a recuperação era da ordem de seis semanas.

O almirante Rademaker, retomando a palavra, passou a analisar as formas legais de substituição. Disse que o normal, a da Constituição, isto é, o vice-presidente da República assumir o governo. Mas mostrou aos presentes a impossibilidade de solução porquanto o vice-presidente não merecia a confiança das Forças Armadas, em virtude da sua atitude, por ocasião da edição do AI-5, manifestando-se contrário ao ato, esquecendo-se que a sua proposição de decretação do estado de sítio não desagravava as Forças Armadas e não solucionava a crise criada pela Câmara dos Deputados (...) Lembrou que o vice-presidente Pedro Aleixo, como político, preocupou-se em dar proteção à classe política. Não poderia assumir o governo, pois que o cargo implicava o Comando Su-

premo das Forças Armadas e que ele dera pouca importância à agressão que elas sofreram no episódio de 12 de dezembro de 1968.

A substituição pelo vice-presidente foi afastada por todos os membros do Alto Comando. Examinou-se a possibilidade de se eleger um vice-presidente, mas aí ter-se-ia que impedir o vice-presidente Pedro Aleixo, o que não era aconselhável, mesmo porque restava os que lhe seguiam na linha de sucessão – o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado e o presidente do Supremo Tribunal Federal. Estando o Congresso em recesso, os presidentes das duas Casas legislativas não estavam em função, não podiam assumir o governo, mas mesmo assim caía no impedimento do vice-presidente, o mesmo ocorrendo com o presidente do Supremo Tribunal Federal, embora se encontrasse em pleno exercício do cargo. Preferiu-se uma forma que não implicasse o impedimento absoluto do vice-presidente, uma vez que o presidente Costa e Silva deveria voltar ao governo e não gostaria de ver aquele seu companheiro de chapa afastado de uma vez de seu cargo.

Todos os membros do Alto Comando concordaram com o raciocínio do ministro da Marinha. Este, então, aventou a forma de os ministros militares responderem pelo presidente, durante o seu afastamento. Era a forma que se usava nas substituições nos escalões militares e poder-se-ia adotar, pois o presidente da República era o chefe supremo das Forças Armadas. Ainda mais que o País estava num estado de exceção, sob a vigência do AI-5. Nessa altura, o general Orlando Geisel pediu a palavra para discordar da idéia, pois era uma forma de triunvirato e argumentou que ele jamais havia dado certo, e a história estava para atestar, porquanto, sempre terminava no desentendimento,dos seus membros, redundando no alijamento de dois membros, ficando o governo com o mais forte. Foi-lhe explicado que os ministros não assumiriam o poder: apenas praticariam os atos de governo como se fora uma regência, como já ocorrera na menoridade do imperador, pois o presidente era detentor do cargo e os ministros continuavam à testa de seus postos, no comando de suas respectivas forças. Houve discussão mais demorada. Repetia o general Orlando Geisel que não daria certo, que o substituto teria que ser um só, sem entretanto optar por qual, ministro ou por quem. O ministro Rademaker submeteu a forma de os ministros responderem pelo presidente à votação, sendo o general Geisel o único voto discordante. Estava aprovada a substituição pelos ministros militares.

Passou-se a examinar como se deveria proceder para se tornar efetiva a forma escolhida, chegando-se à conclusão de que deveria ser editado um ato institucional, no qual seriam estabelecidas as atribuições dos ministros militares para que pudessem responder pelo presidente, durante a sua enfermidade, diploma que levaria o referendo do ministério. O ato

precedido de um manifesto à Nação, expondo as razões da adoção das medidas."

O Ato Institucional nº 12:

"Art. 1º – Enquanto durar o impedimento temporário do presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, nos termos dos atos institucionais e complementares bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Art. 2º – Os ministros militares baixarão os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos direitos individuais e ao cumprimento dos compromissos de ordem internacional.

Art. 3º – Continuam em exercício os poderes e órgãos da administração federal, estadual e municipal que não foram atingidos pelos atos institucionais e complementares.

Art. 4º – Cessado o impedimento o presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, reassumirá as funções em toda a sua plenitude.

Art. 5º – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus complementares. bem como os respectivos efeitos.

Art. 6º – Este ato entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, Guanabara, 31 de agosto de 1969."

A OUTRA METADE DA VERDADE

Carlos Chagas deixou o depoimento, contando a outra metade da verdade:

"É mais do que provável que, àquela hora, os generais Lyra Tavares e Jaime Portela se tivessem fixado na tese de que, não havendo condições para o vice-presidente assumir, os três ministros deveriam, a exemplo de março de 1964, tornar-se a maior autoridade constituída (ainda que autoconstituída, incerta e informe); nascia a solução afinal adotada.

O ministro Costa Cavalcanti está em seu gabinete de trabalho na rua das Paineiras. Apesar de sábado, recebe dois membros da Assessoria Especial de Relações Públicas, planejando a divulgação de um programa de metas. Um deles, Wílson Pinho, comenta em tom reservado:

– Acabei de vir do Laranjeiras. O D'Aguiar me disse que o presidente não está bem. Pelo contrário, está muito doente!

– Não sei de nada.

Aproveitei para almoçar em casa de meu sogro. Penitencio-me agora, também eu não pude guardar o segredo, embora exigisse de minha esposa e seus pais que o fizessem (espero que o tenham feito).

À tarde, a grande expectativa dizia respeito ao dr. Pedro Aleixo. Quando chegaria para assumir?

(Depois que todos assinaram o Ato Institucional nº 5, Afonso Albuquerque vira-se para Lyra Tavares, apontando Pedro Aleixo, mais adiante, sozinho e cabisbaixo:

– Será que ele vai renunciar agora ou deixar para depois?)

No Palácio Laranjeiras, porém, ninguém falava no vice-presidente. Era febril a movimentação no Gabinete Militar, mas rotineira no Gabinete Civil. Ali, trabalhava-se muito, mas na correção das provas do novo texto constitucional que a Imprensa Nacional começava a nos mandar. Para o ministro Rondon Pacheco seria ainda possível a realização da solenidade marcada para o próximo dia 2 quando o presidente promulgaria a reforma e, ao mesmo tempo, convocaria o Congresso para o dia 8. Como se tratava de trabalho sigiloso, mas bastante demorado, o chefe da Casa Civil convocara três funcionários de Brasília. Também pedira que eu o ajudasse, da mesma forma com o ex-secretário de Imprensa Heráclito Sales e o ministro Abgar Renaut. Procedia-se à revisão finalíssima da tão revisada reforma, agora em termos de ortografia. O que saísse dali deveria estar, em seguida, incorporado para sempre aos destinos do País. O trabalho foi completado por volta de 8 horas da noite.

(No dia em que se instalou a Comissão de Juristas, em Brasília, o presidente tomou-me pelo braço, determinando que eu ficasse na sala onde trabalhariam apenas ele, os juristas e o assessor Paulo Vieira da Silva. Queria-me assistindo a tudo para, segundo me falou, um depoimento futuro daquelas horas. Alguma coisa além da transcrição fria das notas taquigráficas. Durante todo o tempo, bateu-se por um objetivo principal, a integração. A conciliação das diversas correntes. Muitas vezes cortou os ímpetos revolucionários do ministro da Justiça. Freqüentemente, inclinou-se por soluções de abertura, impedindo a adoção de fórmulas drásticas. Quando o ministro Gama e Silva contraditou o vice-presidente Pedro Aleixo, afirmando que a grande marca da reforma constitucional deveria ser revolucionária, ele atalhou, dizendo que não. A grande marca, em seu entender, era a integração. A Constituição aberta a todos os brasileiros, revolucionários ou não.

O presidente não era jurista, nem descia aos meandros da matéria jurídica. Mas em todas as reuniões da comissão demonstrou mais bom senso do que vários dos juristas presentes. Via a Constituição pelo que ela representava na vida prática de cada cidadão, no dia-a-dia do País, dos três Poderes e demais instituições. Os membros da Comissão de Juristas foram Pedro Aleixo, Gama e Silva, Carlos Medeiros e Silva, Temístocles Cavalcanti, Miguel Reale, Rondon Pacheco e Hélio Beltrão.)

Em Brasília, Pedro Aleixo passa o final do sábado atendendo ao telefone. As informações que amigos e jornalistas transmitem são que o pre-

sidente não está bem. Notícias tímidas e ainda nebulosas. Mas à noitinha elas mudam de figura. O ministro Jarbas Passarinho é o primeiro a dizer ao vice-presidente.

– Dr. Pedro, o marechal Costa e Silva está mal. E eu estou sabendo, também, de reuniões militares, no Rio.

Os boatos começam a crescer. O jornalista Evandro Carlos de Andrade também telefona:

– Dr. Pedro, de São Paulo informam que o presidente morreu.

– Não é verdade. Mas está doente.

– E então?

– Então o quê?

– O senhor?

– Estou muito triste e aguardando notícias. Deus queira que o presidente se recupere.

Dentro de pouco tempo está nas ruas a notícia da gravidade do estado de saúde do presidente. O bem-guardado segredo, com o passar das horas, tornou-se público. De noite, recebo o telefonema de um amigo advogado, reconhecidamente sem ligações militares, Cândido de Oliveira Bisneto:

– É verdade que o presidente teve um derrame?

– Como?

– Sim, um derrame, e encontra-se passando mal, no palácio.

– Não sei de nada.

– Mas é verdade! Soube de fonte médica.

– Falaremos amanhã. Peço-lhe encarecidamente não transmitir a informação.

Mais tarde, outro amigo, o jornalista William Prado, quer confirmação para o derrame. E o telefone não pára mais, a noite toda, como não pararia por muitos dias. Todos querem notícias, e a minha função é fornecê-las, quando posso e as tenho.

Às primeiras horas da noite cada ministro militar já havia colocado seus principais auxiliares a par da situação. Pouco depois, no Palácio Laguna, começaria a reunião secreta do Alto Comando das Forças Armadas, órgão constituicional desde 1967, e integrado pelos três ministros militares, os três chefes do Estado-Maior de cada ministério militar e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Cabe ao chefe do Gabinete Militar da Presidência da República secretariar as sessões, sem direito a voto. O Alto Comando das Forças Armadas, constituído pelos sete maiores, na peculiar linguagem da caserna é tido como grupo dos "Sete Homens de Ouro", que raramente se reúne a não ser nos momentos de grande crise. Tirante o general Portela que secretariava mas não votava, eram seus integrantes: general Lyra Tavares, marechal do Ar Márcio e Melo e almirante Rademaker (ministros militares), general Antônio Carlos Murici, brigadeiro

Oliveira Sampaio, almirante Barros Nunes (chefes dos Estados-Maiores do Exército, Aeronáutica e Marinha) e general Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

O general Antônio Carlos Murici, chefe do Estado-Maior do Exército, fora chamado à tarde, pelo general Lyra Tavares. Indagou dele se o assunto era urgente, pois preparava-se para, às 16 horas, comparecer à Sala de Concertos Cecília Meireles. Apreciador da música clássica, assistiria a uma audição de Guiomar Novaes. O ministro disse-lhe, então, que viesse logo que encerrada a sessão, por volta das 18 horas, o que aconteceu.

O general Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, recebeu chamado do general Portela. Quase todos presentes, à paisana, a reunião começou com algumas palavras de introdução do ministro Lyra Tavares e uma explanação do general Portela sobre o estado de saúde do presidente. Em seguida, considerações sobre a situação revolucionária à luz do fato novo. Concordavam todos num ponto: discordavam da abertura democrática próxima, de seus resultados e conseqüências. E exprimiam, assim, parte do que pensavam seus comandados.

Não demorou muito a conclusão: nos setores militares em geral seria muito difícil que se aceitasse a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, ainda mais na perspectiva de que sua interinidade se prolongaria por um ano e sete meses. Um dos presentes, se não opôs resistência tônica majoritária, ao menos argumentou as conseqüências de uma decisão que romperia o frágil quadro institucional. As reações foram unânimes e imediatas: a Revolução e a segurança nacional deveriam estar acima das atuais instituições, à mercê de um processo dinâmico de atualização. Ainda mais porque nos encontrávamos em plena vigência do estado de exceção, sob a égide do Ato Institucional nº 5. Passou-se à mecânica. Os três ministros militares estavam de acordo e, em pouco tempo, cristalizava-se a fórmula: os titulares do Exército, Marinha e Aeronáutica deveriam responder pelo presidente Costa e Silva, ao menos enquanto não se aclarasse a situação. O caráter de temporariedade da solução era marcante para a maioria dos presentes. A junta militar se constituiria para que se aguardasse o futuro: o retorno do presidente Costa e Silva ou outra solução revolucionária a longo prazo. Não se tratava de escolher ninguém para completar o mandato do presidente, ou muito menos de se considerar extinto o seu período do governo, procurando-se então um substituto permanente. Naquele momento a junta militar era uma solução conjuntural destinada a resolver um problema imediato: o preenchimento da Presidência da República por quem dispusesse de condições revolucionárias para isso. Mas não fixou qualquer prazo."

Oito horas da manhã. Apesar do sol, o ex-ministro Carlos Medeiros da Silva não se sente disposto à corrida matinal pela praia do Leblon. Decide-se a ficar em casa, lendo. O telefone toca:

– É o ministro Carlos Medeiros?

– É.

– Aqui fala o general Portela. Preciso vê-lo a respeito de um assunto do presidente. O senhor poderá me receber às 9 horas? É urgente.

– Pois não. Espero-o daqui a uma hora.

O antigo ministro da Justiça do governo Castello Branco co-autor do Ato Institucional nº 1, não lamentou ter perdido a praia. Mas resmungou um pouco por deixar o pijama, logo no domingo. De calça e camisa esporte, aguardou o general Portela na varanda de sua casa. Pensou tratar-se de assunto ligado à reforma da Constituição, já que integrara a Comissão de Juristas.

Portela, enviado especial da junta, chegou pontualmente acompanhado do coronel Covas (a Rádio de Havana vai dizer dois dias depois, "que os gorilas brasileiros mataram o presidente Costa e Silva, e quem disparou os tiros foi o general Covas"...) Indo direto ao assunto, o general falou da doença do presidente e da decisão da véspera, do Alto Comando das Forças Armadas. Queria do ministro a elaboração de um Ato Institucional e uma proclamação ao País, justificando-o.

– Para quando o senhor quer?

– O mais cedo possível. Gostaria de contar com sua presença numa reunião com os três ministros militares, às 15 horas. Mandarei buscá-lo.

– Ótimo. Então até logo." ..... "Não foi tranqüila a noite do general Afonso Albuquerque Lima. Por diversas vezes atendeu o telefone, informando-se e informando amigos. Por volta das três da madrugada soube que importante reunião se havia realizado no Palácio Laguna, entre os integrantes do Alto Comando das Forças Armadas. Não conseguiu conciliar o sono, e breve estava configurado para ele um quadro de crise, não mais fundamentado em boatos. Inteirou-se, por vários telefonemas, da doença grave do presidente e da disposição dos três ministros militares de não cumprirem a Constituição.

A manhã o encontra em sua sala de trabalho, já fardado, redigindo um pequeno roteiro da crise e, mais que isso, algumas normas básicas de ação revolucionária que deveriam pautar o seu comportamento se o procurassem para pedir conselhos. Antes das nove horas vai para o seu gabinete, no Ministério do Exército, a Diretoria de Material Bélico, onde se encontra desde que deixou o Ministério do Interior. Pede a um ajudante-de-ordens que bata o roteiro a máquina, com várias cópias, que servirão para dezenas de companheiros que já começam a chegar, buscando orientação.

O primeiro item é básico: "O presidente Costa e Silva encontra-se gravemente enfermo, sem condições para continuar na chefia do governo." Depois, uma conclusão revolucionária, acorde com o que decidiram os

três ministros militares e demais membros do Alto Comando: "Não existem condições revolucionárias para que assuma o vice-presidente da República. Impõe-se o estabelecimento provisório de uma Junta Militar ou um Comando Revolucionário." E mais: "Impõe-se, também, que esse Comando Revolucionário conduza os acontecimentos para a escolha do sucessor do presidente Costa e Silva. O novo presidente deverá contar com o respaldo das Forças Armadas, e o Comando Revolucionário (ou Junta Militar) deve definir um prazo para a normalização da situação." Uma realidade: "Deve-se adiar imediatamente a reabertura do Congresso e a edição de nova Constituição. Deve também o novo governo, ou novo Ministério, ser escolhido com o respaldo das Forças Armadas. Os três ministros militares, se forem integrar o Comando Revolucionário ou a Junta Militar, deverão ser substituídos em suas Pastas."

Enganam-se os que supõem tenha Carlos Medeiros da Silva trabalhado das 9h30m às 15 horas, na redação do Ato 12. Logo depois do general Portela, ele recebeu dois clientes, conversou com eles boa meia hora e, então, subiu ao escritório, no segundo andar. Antes das 11 horas estava pronto o ato, graças à prática do autor, e, com mais algum tempo, também a proclamação. Por volta das 13 horas prepara-se para almoçar com a família. Seu filho Marcelo, pouco antes, trouxe da rua os rumores sobre o estado do presidente, e estranhou quando o pai desconversou, dizendo apenas "que não era bem assim como ele falava". Procurando um livro de Direito na biblioteca, Marcelo deparou com uma inocente folha de papel solta ao vento. Era um rascunho com a letra do pai. onde se lia a primeira palavra: "À Nação." A chave do mistério aparecia.

No almoço, já de terno, contrariando mais uma vez os costumes dominicais, o ministro não quis muita conversa com o jornalista Elio Gaspari, amigo de seu filho, que freqüentemente almoçava com eles. Justificando a gravata, disse que iria ao Jockey Club, assistir ao Grande Prêmio Brasil, à tarde, mas não pôde conter ao mesmo tempo o riso e a frase ríspida:

– Mas Jockey Club com essa pasta preta?

Quando chegou o coronel Lair, nada mais precisava ser dito, ao menos para quem é jornalista ou filho do ministro Carlos Medeiros da Silva.

Pela manhã, centralizadas nos ministérios militares, começam a chegar os resultados das poucas comunicações sobre a fórmula encontrada na noite anteior, de entrega do poder aos três ministros.

Pela primeira vez no governo Costa e Silva tomava corpo e forma uma prática nitidamente não-ortodoxa, em termos institucionais, da qual o presidente não tivesse conhecimento. Os participados ou consultados, alguns comandantes de Exército, mas não todos, dos distritos navais e das zonas aéreas não respondem de *per si*. Alguns descem a participação aos escalões inferiores, ainda que de forma não ordenada. O raciocínio, em síntese, é um só, e condiciona a resposta: deverá a revolução ser entregue

ao dr. Pedro Aleixo, no caso de ficar configurado o impedimento do presidente Costa e Silva? Não devem os três ministros militares, em nome da revolução, responder temporariamente pelas funções e obrigações do presidente? ” ....“ – O partido está unido” – disse-me o coronel Massa, do Gabinete Militar, ao mesmo tempo em que mostrava o verde-oliva de sua túnica.

“O partido está unido” quer dizer que as Forças Armadas, pelos seus chefes, concordaram com a solução revolucionária que alijaria Pedro Aleixo e o resto da Constituição, ainda que estivesse sendo apresentada a todos como um fato consumado e uma decisão já tomada. Se continuaria unido depois, só o futuro diria, mas o coronel Massa, oficial de grande tirocínio e cultura, engenheiro, não dispunha de qualquer bola de cristal que lhe pudesse roubar o sorriso e a certeza da unidade, naquela hora.

Afonso chega em casa para almoçar. Mais telefonemas, gente que entra e sai e, dentro do desenrolar tradiconal das crises, começam a parecer também os civis. Amigos, jornalistas, admiradores. A sala cheia, e os mais afoitos já celebram a posse do novo presidente, general Afonso Albuquerque Lima. Ele não permite. É ríspido, até. Sua palavra de ordem é aguardar, embora com vigilância redobrada.

O coronel Massa, a mando do general Portela, embarca pouco depois para Brasília, no BAC presidencial estacionado no Galeão. Sua missão é procurar o vice-presidente Pedro Aleixo, em nome dos ministros militares, em sua residência, e conduzi-lo para o Rio. Nada deverá adiantar, a não ser que os três necessitam vê-lo com urgência. Nem ele sabe, àquela hora, onde se dará o encontro aqui no Rio. Mais tarde será avisado da hora da liberação do avião (e de seu passageiro) para a volta.

O telefone do dr. Pedro continua dando expediente integral. E as pessoas começam a chegar ao seu apartamento, naquela manhã de domingo. O vice-presidente da República é um ponto de referência, na crise que se desenrola – a única referência, aliás, em toda Brasília.

Bem cedo, o primeiro telefonema de José Maria Alkmin, de Belo Horizonte:

– Pedro, conta com Minas.

– Obrigado. Vamos esperar que o presidente se recupere. Mas, pelas notícias que recebo, parece óbvio que ele não poderá exercer as suas funções, por alguns dias.

Israel Pinheiro vem ao telefone. Todos tratam o vice-presidente como futuro chefe do governo, redobrando mesuras e gentilezas. Todos são solícitos.

Ainda pela manhã, procura-o o coronel Venturelli, do gabinete do ministro do Exército. Quer avisá-lo de que um emissário dos três ministros militares virá do Rio para conversar com ele.

Na Capital, Massa vai direto à Superquadra onde o vice-presidente,

até hoje, possui seu apartamento. (Durante seu período no cargo, sistematicamente, recusou pleitear uma residência do governo.) O oficial encontra o dr. Pedro no *hall* de entrada, na portaria do edifício, despedindo-se do ministro Jarbas Passarinho, que o fora visitar e a quem levava até ao automóvel.

(Massa, depois, irá almoçar em companhia de Passarinho. Mais tarde se tentará uma intriga com o ministro do Trabalho, forjada por um dos políticos que visitaram o dr. Pedro. Dir-se-á que, naqueles instantes, Passarinho procurava insinuar-se diante do substituto legal do marechal Costa e Silva, chamando-o de "meu presidente".

Dou testemunho: desde a posse do governo que Passarinho tratava Pedro Aleixo de presidente, forma carinhosa que denotava, acima de tudo, admiração e respeito pela sua cultura, o seu passado e a sua ética.

Sobem. Lá em cima, deputados e amigos. Ministros do Supremo Tribunal Federal. Um clima de semi-euforia. Não passa pela cabeça de ninguém outra solução que a da posse do dr. Pedro. No entanto, ele é dos mais calados. Constantemente fala na saúde do presidente Costa e Silva, pedindo notícias frescas. Mas, amigos e interesseiros, futuros candidatos a postos ou pessoas preocupadas com seu estado de espírito, todos querem dar-lhe uma palavra. Discretamente, ele parece inclinar-se para a realidade do texto constitucional.

Voltando ao Ministério do Exército, à tarde, o general Afonso Albuquerque Lima recebe chamado do general Sizeno Sarmento, pelo telefone interno. São 14 horas, e em sua companhia vai o general Euler Bentes, um de seus braços direitos. Sizeno é incisivo:

– Correm rumores de que, na reunião de ontem à noite, os três ministros militares decidiram assumir o poder, como integrantes de uma junta militar. Querem apresesentar o fato consumado. Mas eu lhe digo que não fui consultado e que, até o momento, ninguém me disse nada.

A temperatura andava alta. Sizeno muito irritado com o que chamava de decisão *en petit comité*. Afonso mostra o roteiro que traçou. Discutem os principais fatos e verificam que, neste momento, pensam a mesma coisa. Suas opiniões convergem para uma identidade. Acabando de examinar o roteiro, Sizeno acrescenta.

– É exatamente este o pensamento do I Exército. Concordo com tudo e apenas não havia escrito, como você.

A pedido de Sizeno, Afonso deixa aquela cópia com ele e retorna ao seu gabinete. Pouco depois encontra-se com o general Moniz de Aragão, também bastante excitado. Revoltado, mesmo, dizendo que a junta militar pretende dar um golpe, sem o conhecimento do Exército, e que logo após o jogo de futebol eles leriam a proclamação ao País. "Era aceitar ou não aceitar" – repetia a todo momento.

Na sala de visitas do vice-presidente o coronel é apresentado e abra-

çado por muitos políticos, um deles é o deputado Raimundo Padilha. Ambos são do Estado do Rio (o parlamentar, por adoção) e a conversa é alegre. Mas o oficial esta inquieto. Chama o dr. Pedro a um canto.

Diz que lhe precisa falar. Vem em missão dos três ministros militares, que pedem sua presença no Rio, àquela tarde. Está com o avião à sua disposição. O presidente continuava mal, dificilmente em consições de governar.

Pedro Aleixo fixa bem os olhos do coronel Massa. Aquele é um instante decisivo . Já ocorreu um sem-número de vezes, história adentro. A última, entre nós, quando se defrontaram o deputado Adauto Lúcio Cardoso e o coronel Meira Matos, por ocasião do fechamento do Congresso pelo governo Castello Branco. Agora, é de novo um instante decisivo, não para a vida do País, que as decisões institucionais se tomaram desde a véspera, mas um instante decisivo para a vida de um homem marcado pela vida.

– Não vejo necessidade de ir ao Rio. Posso falar com o general Lyra agora mesmo, pelo telefone. O que ele tem a me dizer poderá fazê-lo sem a minha presença.

– Devo insistir, dr. Pedro. Os ministros militares pedem sua presença no Rio. Poderemos partir mais tarde, quando o senhor quiser. Eu o avisarei assim que o avião estiver pronto.

– Então está combinado.

Pedro Aleixo não teve mais dúvida. Não assumiria o governo, soube-o plenamente. Do contrário, os três ministros militares é que viriam a Brasília, jamais convocando-o para o Rio. Comenta sua previsão com Adauto Lúcio Cardoso.

Logo depois do almoço, o telefone de novo. É ainda uma voz de Belo Horizonte, José Maria Alkimim.

– E então Pedro? Correm rumores de que surgiram dificuldades militares para sua posse.

– Vou para o Rio daqui a pouco, chamado pelos três ministros militares.

– Passe primeiro aqui em Belo Horizonte. Poderemos conversar melhor e proceder a um exame da situação. Conte com Minas, Pedro, devemos tentar a solução constitucional.

– Não, Alkimin. Agradeço muito, mas vou para o Rio mesmo. De nada adiantaria descer em Minas.

(Adiantaria? Até hoje existe quem garanta: se Pedro Aleixo desce em Minas e deita proclamação ao País, dizendo-se investido nas funções de presidente, dificilmente a tese da junta militar alcançaria unanimidade nas Forças Armadas. Levantar-se-iam setores militares e civis, em nova campanha semelhante à que levou João Goulart ao poder, depois da renúncia de Jânio Quadros. De novo, responda quem tiver bola de cristal,

mas o fato é que Pedro Aleixo não foi para Minas, mas para o Rio. Por quê? Talvez por sua formação antibelicista. Quem sabe por receio de provocar derramamento de sangue. Possivelmente por supor que não adiantaria. Mas, com toda certeza, por ser um homem de 68 anos.)

No mesmo avião viajam os ministros Tarso Dutra, Jarbas Passarinho e Carlos Simas, convocados pelo general Portela para virem aomRio participar de importante reunião ministerial à noite, no Ministério do Exército. Aviões especiais da FAB, durante todo o dia, recolheram ministros em várias capitais.

Com Tarso Dutra e Passarinho, o vice-presidente comenta os acontecimentos. Acentua não alimentar esperanças de uma solução normal e constitucional. Mas está disposto a encarar os fatos, a não tornar-se incômodo. Para Tarso Dutra tudo que Pedro Aleixo disse representou um choque. Ele não recebera qualquer outra informação, e durante a viagem ainda procura convencer o vice-presidente de que acabará prevalecendo a solução constitucional.

Aquele 31 de agosto o poderia ser consagrado como o "Dia Nacional do Telefone". Nunca se usou tanto a invenção de Graham Bell. Na Secretaria de Imprensa, as campainhas não param. Peço ao melhor auxiliar que já tive, Renato Pinheiro de Carvalho, que se encarregue das respostas. Ao final do dia, teremos atendido 408 telefonemas de jornais, rádios, televisões, revistas e agências noticiosas do País e do Exterior. A todo o momento desejam confirmação para boatos e versões sobre a "morte do presidente", a sua condição de "prisioneiro de um grupo de coronéis" e demais implicações do panorama institucional.

Por enquanto, as respostas deviam ser evasivas: o presidente estava doente, sim, mas nada podíamos informar, a não ser que, às 20 horas, reunir-se-ia o ministério. Depois, sairia uma proclamação ao País.

Por um amigo do gabinete militar, fico sabendo, de manhã, da solução dos três ministros militares para o poder, temporariamente. Pouco depois recebo, do general Portela, o laudo médico, onde pela primeira vez se afirma algo de concreto à opinião pública, sobre a saúde do presidente. A ordem para divulgação, porém, virá apenas à noite, decidindo o chefe do Gabinete Militar que apenas junto com o Ato Institucional nº 12 é que a matéria deverá ser anunciada. Enquanto isso, a cidade derrama-se em boatos cada vez mais incríveis. Assinam o laudo do drs. Abraão Akerman, Paulo Niemeyer, Mário Pinto de Miranda e Hélcio Simões Gomes, e é o seguinte o seu teor:

"Boletim médico. Confidencial. O presidente Arthur da Costa e Silva sofreu uma crise circulatória com manifestações neurológicas que lhe impõe repouso absoluto. Foi submetido a exames especializados, sendo satisfatórios suas condições gerais."

Por um lapso, os redatores do documento esqueceram-se de colocar a data, que foi acrescentada, pelo general Portela.

Pouco antes das 15 horas, o coronel Lair de Almeida chega de carro à residência do ministro Carlos Medeiros da Silva, para levá-lo ao Ministério do Exército. Lá, no gabinete do general Lyra Tavares, fardados, encontravam-se os três ministros, os chefes dos estados-maiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e outros líderes das Forças Armadas. Mostrando a minuta do AI-12 e da proclamação ao País, Carlos Medeiros da Silva ouviu do general Lyra Tav ares que era exatamente aquilo que eles desejavam. Passou-se à discussão de alguns detalhes, aparentemente de pouca importância, mas decisivos para o que iria acontecer depois, no futuro.

O ministro do Exército levanta a questão da procedência entre os três. Quem deveria assinar primeiros os documentos e sentar-se no lugar de honra, quando estivessem reunidos? Copiando o Ato Institucional nº 1, o jurista colocara o ministro do Exército em primeiro lugar, o da Marinha em segundo e, por último, o da Aeronáutica. Sua argumentação é a de que o próprio Costa e Silva, ao integrar o alto-comando revolucionário, em março de 1964, era quem representava seus demais companheiros, por coincidência, o almirante Rademaker e o marechal-do-ar Márcio e Melo. O general Lyra Tavares, no entanto, fez questão: a precedência deveria caber ao ministro da Marinha, já que esta é a mais antiga das corporações militares brasileiras. O ministro Rademaker agradece e aceita. (À noite, já presidirá à reunião do ministério.)

Outra pergunta do general Lyra, que tirava fumaça de um vistoso "Havana", na ocasião:

– Mas quem preside a junta?

O advogado responde que ninguém. Que os atos são assinados pelos três ministros, em igualdade de condições, e que as deliberações se tomam sem voto de qualidade de nenhum deles. O ministro retruca, aceitando o fato, mas é o próprio Carlos Medeiros quem levanta outro problema: acha que os três ministros militares, ao mesmo tempo em que divulgarem o ato e a proclamação, devem dar ao público o laudo médico comprovando a doença do presidente, assinado pelos especialistas. Todos concordam, mas o general Portela acentua já haver cuidado disso, e o diálogo se encerra após algumas explicações complementares sobre o ato e a mecânica de governo que se criava. Para ele, os ministros militares criavam uma situação institucional *sui generis,* não prevista na Constituição e, portanto, deviam preparar-se para resolver de improviso uma série de pequenas (e grandes) questões que surgiriam.

Despedindo-se de todos, Carlos Medeiros da Silva responde que poderá ser encontrado em sua residência. Retira-se de cena e não voltará mais, ao menos até a próxima crise.

Logo depois saem os três ministros militares. Eram mais de 17 horas e eles tinham curiosa missão a cumprir, dali a pouco, no Ministério da Marinha . . .

A temperatura subia no País inteiro, apesar do cair da tarde. No portão do Laranjeiras, desde cedo, amontoavam-se dezenas de jornalistas e fotógrafos – e depois o povo em geral. Queriam notícias, e periodicamente eu ia até eles. Nada podia dizer, senão que se realizaria uma reunião do ministério, às 20 horas, e em seguida uma proclamação ao País.

– É verdade que os três ministros militares assumiram o governo?

– Não.

– Soube que o Afonso não aceita essa solução?

– Ignoro.

– É que a Vila está inquieta, de prontidão?

– A Isabel?

– O presidente morreu?

– É mentira.

O País – ou o Rio – entrava naquele clima tão conhecido de nós, jornalistas, e tão freqüente de alguns anos para cá: o imprevisto e a iminência de alterações institucionais levam determinados e sempre os mesmos grupos de pessoas às mesmas reuniões conspiratórias, geralmente nas mesmas casas e apartamentos que funcionam como espécies de oásis de frustração, pois raras vezes as conversas dão em alguma coisa. Sem maiores alusões, já àquela altura várias reuniões aconteciam, paralelas às promovidas pelos ministros militares e seus comandados. O marechal Cordeiro de Farias, o general Afonso Alburquerque Lima, o almirante Sílvio Heck, o ex-governador Carlos Lacerda – entre outros – recebiam em suas residências amigo e admiradores, antigos auxiliares dos tempos de bonança. Justiça se faça, eram muito mais esses auxiliares que começavam o jogo: "A oportunidade chegou"; "Vamos salvar o Brasil"; "Não é possível o que estão fazendo"; "O senhor deve protestar"; "Contamos com o apoio do general fulano, do coronel beltrano, da guarnição tal e, principalmente, do povo"; "Chefe, aguardamos a sua palavra: dê ordens".

Não que nessas reuniões (e em outras) necessariamente se iniciem processos conspiratórios, mas, apenas que os amigos e admiradores levam seus delírios a níveis perigosos, pois começam a espalhar aos quatro ventos o que desejariam fosse realidade – a iminência de seu chefe chegar ao poder, dessa ou daquela maneira.

Outra característica, de tais ocasiões, é a procura incessante que se desencadeia em torno da opinião de figuras tradicionais, como a do ex-presidente Eurico Dutra, do brigadeiro Eduardo Gomes, do marechal Odílio Denys.

À parte as reuniões referidas, dentro de nossa rotina institucional,

registrava-se uma ebulição verdadeira. E, obviamente, militar. No Ministério do Exército, nos quartéis e principais corpos de tropa, em especial no Rio, a oficialidade sentia rompidas as regras do jogo prevalecente até poucas horas, e que marcava a liderança do marechal Costa e Silva. Não que todos se insurgissem, nos quartéis, desde logo, contra a solução da junta militar. Pelo contrário, até a aplaudiam, muito mais que a perspectiva da posse do dr. Pedro Aleixo. Apenas havia sido quebrado, e oficialmente, um princípio basilar de hierarquia: os chefes abandonaram a lei, o regulamento, pelo fato consumado.

A ebulição é completa. Reuniões são uma constante militar, em toda a cidade. E, no resto do País, também. Uma única tônica maior, em todos os líderes militares, quando a Nação toma oficialmente conhecimento da instalação da junta militar. Essa deve ser uma solução temporária, curta, jamais prolongada no tempo. O sentimento militar exige uma definição rápida.

Saídos do Ministério do Exército, depois de um telefonema para o Aeroporto do Galeão, os três ministros militares chegam ao Ministério da Marinha, pouco antes do vice-presidente Pedro Aleixo. No aeroporto, o almirante Barros Nunes aguardava o passageiro de Brasília. Passaram pelo Aeroporto Santo Dumont, onde o dr. Pedro pensava encontrar a filha, mas ali havia um recado: ela soubera do pouso no Galeão e fora para casa, esperá-lo.

Os três ministros militares recebem o vice-presidente no gabinete do almirante Rademaker. Fardados, fisionomias carregadas. São 17h30, e eles anunciam ter uma comunicação a fazer. O dono da casa falará pelos outros.

Começa dizendo do estado de saúde do presidente, que é grave, não lhe permitindo, em nenhuma hipótese, continuar governando, ao menos por enquanto. Fala que o presidente encontra-se temporariamente impedido de exercer suas funções, e mostra o laudo médico, naquelles termos. E entra no assunto, referindo-se à perspectiva próxima da abertura do Congresso e da edição da reforma constitucional.

– Todos nós o conhecemos, dr. Pedro, como um homem de brio, inflexível em seus princípios e determinações. Temos a certeza de que, assumindo o governo, o senhor cumpriria à risca e imediatamente o compromisso do presidente Costa e Silva (e seu também), abrindo o Congresso e promulgando a nova Constituição. Acontece que o presidente dispunha de condições para tomar essas medidas, mesmo contando com forte oposição de certos setores militares, que nós lhe transmitimos. Mas o senhor não, dr. Pedro. Não haveria clima e o País entraria em caos.

O vice-presidente mantém-se calado. Ouve, a seguir, considerações sobre a segurança nacional, que está afeta aos três ministros militares, ainda mais num momento como aquele. Lyra Tavares intervém no mo-

nólogo. A ele compete zelar pela segurança nacional, em perigo. É missão à qual não se pode furtar. Em função da segurança nacional, o almirante Rademaker relata a decisão adotada na véspera: eles assumirão temporariamente as funções do marechal Costa e Silva. Responderão pela Presidência da República enquanto durar seu impedimento. Fala da reunião do alto-comando das Forças Armadas e da unanimidade de pontos de vista. Volta à tecla de que o vice-presidente não dispõe de condições conjunturais para assumir.

E completa:

— Além do mais, dr. Pedro, o senhor foi contra o Ato 5. (Num instante voltam à lembrança do vice-presidente as cenas passadas no dia 13 de dezembro de 1968. O chamado do presidente para que viesse de Belo Horizonte para o Rio. O encontro a sós com ele, antes da reunião do Conselho de Segurança Nacional, à tardinha, no segundo andar do Laranjeiras. A opinião que expressou ao presidente, de que deveria resistir até o fim, e resistir com a Constituição. Resistir na Constituição. Aplicá-la ao máximo, se necessário. Decretar o estado de sítio e executá-lo com rigor. Mas jamais abandonar a trincheira constitucional; depois , a reunião: o ministro Gama e Silva lendo o Ato Institucional número 5 e concluindo: "Este ato institucionalizará a revolução." E ele, Pedro Aleixo, chamado imediatamente pelo presidente a dar o seu depoimento: "Discordo do ministro Gama e Silva; a revolução está institucionalizada pela Constituição de 67, uma Constituição forte, contendo todos os remédios para males políticos. O ato lido agora vai institucionalizar a ditadura. Pelo que ouvi, acaba com o Legislativo, colocando-o em recesso pelo livre arbítrio do Executivo. E torna o Judiciário um apêndice do Palácio do Planalto, ao suspender a inamovibilidade e vitaliciedade de seus membros. O sentido discricionário e de exceção contido nesse documento é um perigo permanente para as instituições". O ministro Gama e Silva atalhou: "Mas não será instrumento discricionário ou perigoso, pois estará nas mãos honradas do presidente Costa e Silva!"

E a sua réplica: "Mas nem ao honrado presidente é dado o dom de ubiqüidade e da onisciência. O sistema de cascata determinará os poderes de exceção aplicados pelo mais reles esbirro policial. Na suspensão do *habeas-corpus*, por exemplo, que, segundo a minuta lida, não prevalecerá para crimes políticos ou contra ordem econômica, quem estabelecerá a tipicidade de cada fato? Quem dirá se tal e qual crime tem implicações políticas ou se relaciona com a ordem econômica? Muitas vezes, matéria tão importante estará em mãos de um recalcado, ao arbítrio de um despreparado."

O presidente se dirigiu, então, aos presentes, dizendo que as palavras do dr. Pedro Aleixo haviam sido gravadas, e que naquele momento mesmo ele mandaria repeti-las para que todos prestassem atenção e para

que as ouvissem os que se encontravam do outro lado da mesa.)

Rademaker fala do telefonema de José Maria Alkimin (como teria sa bido? Estaria sob censura o telefone do vice-presidente da República?). Acentua que a lealdade de Pedro Aleixo para com os princípios que ele julgava certos poderia ser dada pelos termos daquela ligação. E uma insinuação final: sabia que o vice-presidente dissera ao marechal Costa e Silva, uma vez, estar disposto a renunciar.

A tudo Pedro Aleixo ouviu calado. Agora, ia falar. Não que julgasse necessário. Mas preparouse para responder. Intimamente, em outro segundo, recordou o júri, onde tantas vezes funcionou como advogado de defesa. Lá, ao iniciar sua fala, tinha a certeza de poder convencer os jurados. Para absolver o réu, bastaria argumentar bem. Com lógica. Mostrando os fatos. Mas naquele momento não havia jurados. E os promotores eram, a um só tempo, os próprios juízes. E já haviam condenado o réu, antes de sua defesa. Mas seria ele mesmo o réu? Ou a ordem institucional?

– Não quero minhas palavras levadas como a defesa de meus próprios interesses. Que não se pense estar aqui o vice-presidente visando objetivos pessoais. Os senhores convocaram-me ao Rio não para um exame da situação, uma consulta ou uma decisão comum. Convocaram-me para que tomasse conhecimento de um fato consumado, de uma decisão adotada sob suas responsabilidades. Lamento-a, não pelo que me causará de mal, mas pelo mal que causará ao País. Essa solução de os senhores assumirem o poder fere os princípios constitucionais. Quando falei em renunciar, ao presidente Costa e Silva, foi para deixar bem claro que jamais eu permitira qualquer civil ou militar usando-me de arma contra o presidente, como aconteceu no passado, com outros vice-presidentes. Deixei claro que se, em qualquer dificuldade ou crise, ele fosse levado à renúncia, deveria, antes de anunciar a dele, proclamar a minha. Eu estaria a seu lado, acima de tudo. Como estarei, ainda agora, quando não configurar-se qualquer dos casos referidos.

O vice-presidente agradeceu as referências dos ministros ao seu brio e à sua firmeza, acentuando que eles realmente acertaram: empossado, não hesitaria em dar prosseguimento ao compromisso assumido com o presidente e a Nação: determinaria a abertura do Congresso e promulgaria a reforma constitucional.

Despediu-se dizendo:

– Não vejo a necessidade de minha presença aqui.

E virando-se para Márcio e Melo:

– Se o senhor puder conseguir-me os meios, eu gostaria de voltar ainda hoje para Brasília.

– Pois não, o avião está à sua disposição.

Por volta das 18 horas, todos os generais do I Exército são convocados

para uma reunião do gabinete de Sizeno Sarmento. Anuncia-se que o chefe do Estado-Maior do Exército, general Antônio Carlos Murici, vai dar uma explicação oficial sobre a crise e a solução já praticamente adotada. Murici, desde a véspera, participara de tudo, integrado no espírito da decisão dos generais Lyra Tavares e Jaime Portela.

Na ampla sala do comandante do I Exército, o clima é de tensão. Sentados na mesa retangular de reuniões, os generais de quatro estrelas, Silzeno, Aragão e Isaac Nahoun; Murici de pé. Do outro lado, junto à parede, dezenas de generais-de-divisão e de brigada. E muitos coronéis também.

A partir daqui multiplicam-se as versões. Mas a maioria concorda que o ambiente estava carregado, e que o próprio Murici teve dificuldades em relatar a crise. Foi interrompido várias vezes. Muitos generais fizeram-lhe ver que não concordavam com a solução. Aragão e Afonso, principalmente.

Para alguns, o general Antônio Carlos Murici foi muito bem, na sua explanação, a primeira oficial sobre a crise. Para outros, não conseguiu convencer a maioria dos companheiros de que aquela era a melhor solução. Mas ele não consultava nem pedia conselhos. Participava um fato consumado.

Depois que acabou, encaminhou-se para a porta. Como todos os demais, estava fardado. Foi quando Sizeno, calado até aquele momento, pede-lhe que espere. A tensão é grande, e chega a um de seus graus máximos, nesta hora.

Se todos estão fardados, Sizeno é o único a não usar a túnica. Em mangas de camisa, aproxima-se de Murici e, ao mesmo tempo, volta-se para todos os companheiros. Monstrando uma folha de papel, fala que tomou nota de alguns pontos da comunicação do chefe do Estado-Maior do Exército, e vai analisá-los; seu pensamento é mais ou menos o seguinte:

"Fomos todos surpreendidos com os acontecimentos. O que houve, com a doença do presidente, foi um fato consumado, uma decisão de cúpula, baseada na vontade de poucos. Lamento que assim tenha acontecido. Compreendo as razões de ordem revolucionária, ligadas à segurança nacional que levaram as Forças Armadas a impedir a linha sucessória constitucional.

Aceitamos a decisão porque não desejamos criar problemas maiores. Porque o País não suportaria mais uma divisão interna nas forças que, há alguns anos, vêm impedindo o casos. No entanto, fica uma palavra: outros fatos consumados não serão aceitos de forma alguma. Que este tenha sido o último, a título precário, apenas temporário, enquanto não se tomam as decisões maiores e definitivas."

O general Murici nada fala. Pede a Sizeno suas anotações para examiná-las. Sizeno entrega o papel, mas dois segundos depois pede-o de

volta. "Depois eu lhe mando. Quero primeiro tirar cópia, pois não tenho outro."

Depois, Lyra vai chamar Murici:

– Procurei-o e soube que você foi ao I Exército! Como? Não estava combinado que eles viriam aqui?

– Não foi bem assim. Eu ia ouvi-los em meu gabinete, mas quando soube que eles estavam reunidos, resolvi descer. Entrar na toca da onça!

Naquele momento, o general Murici terá pensado, mais uma vez, nas palavras que disse ao general Moniz de Aragão, horas antes, ao interpelá-lo a respeito de suas veementes reações à situação:

– Aragão, devemos estar preparados para engolir sapos, Aragão, e em posição de sentido!

A tarde vai caindo. O general Portela desce a ampla escadaria do segundo para o primeiro andar do Laranjeiras. Tapetes, vitrais, vasos e pinturas raras, se algum dia lhe chamaram a atenção, agora constituem apenas sombras pelas quais ele passa. Semblante mais carregado que nunca, dirige-se a seu gabinete. Vem do primeiro encontro com o chefe enfermo. Um encontro unilateral, pois só ele falou. Pareceu-lhe estar perdido em meio ao grande quarto do presidente.

Quando comunicou a fórmula encontrada, dos ministros militares responderem temporariamente pela Presidência, julgou sentir um mínimo indício de concordância do marechal. Mas logo depois dobreveio-lhe a impressão de que as paredes ouviram e conscientizaram-se da decisão tanto quanto o presidente.

Naquele domingo, o chefe do governo continuava inteiramente fora de si. Até o fim permaneceria sem contatar com o mundo, a não ser por alguns momentos, mas, naquele dia, nem o mundo nem ele mesmo. O alheamento era completo, de tudo e por tudo.

Assim, Portela carrega, ainda uma vez, o peso das grandes decisões. Ou a decisão dos grandes pesos, já agora, pois a ele caberá confirmar perante o ministério que o presidente Costa e Silva concordou com a decisão de entregar temporariamente o poder à junta militar.

Em carro oficial do Ministério da Marinha, acompanhado de um capitão-de-fragata, o vice-presidente vai à casa de sua filha, em Copacabana. Nem sobe com sua mala, deixando-a no carro. Diz ao oficial que não se demorará muito, e que aguardará lá em cima comunicação do ministro da Aeronáutica, para retornar ao Galeão e embarcar para a Capital.

Sua filha recebe com surpresa a notícia de que ele não vai assumir. Pouco depois, um telefonema do general Calderari, que coloca na linha o ministro Lyra Tavares. Avisa-lhe que uma pane irá deter o avião no Rio aquela noite, mas que, no dia seguinte, a partir das nove horas, ele estará à sua disposição.

– Para onde mesmo o senhor vai, dr. Pedro?
– Para Brasília.
– Ah, então está ótimo.
O genro do vice-presidente desce à rua para dispensar o carro e pegar sua mala. Pouco depois, novo telefonema do general Calderari:
– Desculpe o transtorno, dr. Pedro. Mas amanhã o senhor viajará.
Não tem importância; por via das dúvidas, mandarei tomar uma passagem em avião comercial, pois a pane poderá não ter sido recuperada até amanhã.
– O ministro Lyra está muito preocupado com a sua segurança, dr. Pedro. Teme que algo possa acontecer ao senhor. E pergunta se o senhor necessita de alguma coisa, além das providências já tomadas.
– Não, não preciso de mais nada. E agradeço-lhes pelas providências tomadas, que eu mesmo estou anotando. Lá na portaria permanecem vários desconhecidos interrogando as pessoas que me vêm visitar. Deve ser parte da preocupação do ministro.
Nessa noite, Pedro Aleixo falaria com José Maria Alkmin pela terceira vez. Quer alertá-lo de que o telefonema é conhecido, e que poderão interpretá-lo mal. Quando fala, recomenda o máximo de cuidado. Que transmita a Israel Pinheiro e ao comandante da Polícia Militar as maiores cautelas. Não devem dar pretextos a que algo se faça contra Minas, e devem ficar certos de que Minas não pode fazer nada a não ser o reconhecimento de um estado de fato.
À residência da sra. Heloísa Aleixo Lustosa começam a acorrer amigos – agora sim, apenas amigos – do dr. Pedro Aleixo, entre eles o governador Luiz Viana Filho e Rondon Pacheco, que chegará mais tarde.
(No futuro, bem no futuro, Alkimin se encarregará de explicitar todo o sentido de seu telefonema, cracterizando abertamente o que o narrador apenas sugere. Digo no futuro, e bem longíquo, porque sua versão atual, pós-crise, a mim transmitida três meses depois de tudo serenado, é um primor de coisa vaga. Preocupado com o presente ele quer deixar o passado bastante enevoado. A sua atual versão – e são as versões que valem, ele mesmo criou a máxima – dá conta que telefonou para Pedro Aleixo unicamente buscando inteirar-se da saúde do presidente. Que nunca teve intenção de dar conselhos a Pedro Aleixo, e que quando lhe propôs que descesse em Belo Horizonte foi apenas porque a cidade achava-se tomada de boatos sobre a morte do presidente, e ninguém melhor que o seu vice para esclarecê-los. "O inesperado da doença do presidente" – diz agora Alkmin – "predominava de tal forma em meu espírito que não tive qualquer outra preocupação, muito menos institucional, mesmo porque a minha função não estava ligada à ordem política.")
No Ministério do Exército, a reunião começou depois das 20 horas. Ao redor da grande mesa, sentaram-se todos os ministros. À cabeceira, diri-

gindo os trabalhos, o almirante Rademaker, já envestido na precedência hierárquica da junta militar. Depois de um relato da situação e das conclusões a que chegaram as chefias militares, afirmou que a decisão contava com o apoio do presidente Costa e Silva. E leu o Ato Institucional nº 12 e a proclamação ao País. Nada se está deliberando, na ocasião. O ministério toma conhecimento de uma decisão já adotada e os ministros ficam sabendo que continuarão em seus cargos.

Pede a palavra o ministro Gama e Silva. Congratula-se com a solução e faz profissão de fé revolucionária. Desde a manhã que ninguém, no Gabinete Militar, conseguia localizá-lo. Ele estava doente, em sua residência em São Paulo, e sua primeira reação foi não acreditar no que lhe dizia o general Cid Camargo Osório, seu grande amigo, a respeito da saúde do presidente. Mas, alertado, veio para o Rio de táxi-aéreo. O general Cid esperou-o no aeroporto e levou-o imediatamente para o Ministério do Exército. Lá, ele conversou por longo tempo com o general Sizeno Sarmento. Depois, com os três ministros militares. Apresentou-lhes a minuta de um ato de sua autoria (nele trabalhara em segredo, durante a tarde). O ministro do Exército afirma já possuir outro, e tão bom como o seu.

(Essa história já tinha acontecido uma vez: quando da edição do Ato Institucional nº 5, na presença do presidente Costa e Silva e do então chefe do Serviço Nacional de Informações, general Carrastazu Médici, o ministro da Justiça apresentara duas versões de documento. A primeira começava dissolvendo o Congresso, as Assembléias e o Supremo Tribunal Federal, bem como decretando a intervenção federal em todos os Estados. Quando ia passar ao artigo 4º, foi interrompido pelo general Médici: "Chega, Gama, assim é demais", e prevaleceu mesmo a fórmula mais branda.)

A reunião ministerial não se demorou muito. Outra intervenção, embora rápida, foi do ministro Magalhães Pinto, falando no ângulo internacional do problema que lhe cabia diretamente. Já que os ministros militares afirmavam ter o presidente Costa e Silva concordado com a solução, ele se congratulava com ela: em seu entender, não haveria problemas de reconhecimento externo do governo, que continuava o mesmo. Os três ministros militares faziam as vezes apenas, de procuradores do presidente. Aqui e ali saem perguntas: decretos, prazos, despachos, a nova mecânica institucional, enfim. O ministro Lyra Tavaresque também é advogado, responde a todas elas. Nada mais há a tratar. Todos retiram-se para suas casas. A segunda-feira seria um novo dia. Ninguém dá sinal de contentamento. Nem de tristeza. São, a partir de agora, ministros da junta militar.

(A Magalhães Pinto, quando da eleição do Ato Institucional nº 5, o presidente confidenciou que não poderia ir contra o Exército, e que o

Exército, em sua maioria, mostrava-se favorável à edição de instrumentos excepcionais. O chanceler ponderou:

– Estamos do seu lado, presidente, para onde o senhor se inclinar. Mas deixe-me dar uma opinião: com este ato caminharemos para um precipício e o senhor deixará de ser um chefe de governo constitucional.)

A JUNTA
MILITAR

CAPÍTULO V

A junta militar estabeleceu uma rotina de trabalho. Era a segunda vez, desde a proclamação da República, que o poder ficava em mãos dos militares, sem outro artifício de investidura que não a imposição da força. Os três ministros despachavam no Palácio das Laranjeiras, utilizando-se dos Gabinetes Civil e Militar do presidente Costa e Silva para facilitar a parte burocrática. Compareciam fardados e o ministro da Marinha, almirante Rademaker, pela condição de ser a Arma mais antiga, presidia a mesa, tendo o ministro do Exército à sua direita e o da Aeronáutica à esquerda. Cada ministro militar fazia acompanhar-se de seus ajudantes-de-ordens e secretários, que permaneciam no saguão todo o tempo. Os despachos eram encerrados às 19 horas.

O general Portela visitava o presidente enfermo pela manhã e pela tarde, informando à junta do andamento da moléstia.

A notícia da instalação da junta provocou manifestações contrárias de alguns políticos, inclusive dos deputados Raimundo Padilha e Clóvis Stenzel.

Pedro Aleixo declarou a alguns amigos que não renunciaria ao cargo, aguardando os acontecimentos.

Foi quando sobreveio um acontecimento de repercussão internacional, criando o primeiro problema grave para a junta, como o descreve o general Portela.

"Era a Semana da Pátria e uma série de solenidades programadas com a presença do chefe de Estado se realizavam com um seu representante,

em regra um ministro de Estado. Tudo corria bem, quando, na tarde do dia 4, cerca de 15 horas, chegou a notícia de que o embaixador Elbrik, dos Estados Unidos, havia sido seqüestrado quando saía de sua residência, à rua São Clemente. Foram acionados os órgãos de segurança e de informações para verificar a veracidade da notícia e, em breve, era confirmado inclusive pelo Ministério do Exterior, o qual recebera a informação da própria embaixada americana."

Os ministros militares, que estavam no seu despacho normal, receberam a notícia com certa apreensão, convocando ao palácio os ministros das Relações Exteriores e da Justiça para uma tomada de providências. Era a primeira vez que o seqüestro de um diplomata estrangeiro ocorria no Brasil e era natural que se criasse um clima de apreensão, ainda mais na situação em que se encontrava o governo, com o presidente enfermo. Chegados aqueles ministros, passou-se a fazer uma análise da situação criada, assentando-se as primeiras providências para a localização do embaixador e o seu resgate.

Foram chegando ao palácio informações mais precisas da ocorrência, à medida que os órgãos de segurança e de informações iam-se empenhando nas buscas. O ministro Magalhães Pinto era chamado ao telefone, pelo seu chefe de gabinete, que informava ter ido ao Itamaraty o conselheiro da embaixada dos Estados Unidos comunicar o seqüestro e pedir providências ao governo brasileiro para o resgate do embaixador.

Os ministros militares recomendaram ao ministro Magalhães Pinto para retornar ao seu ministério e responder à nota da embaixada dos Estados Unidos, esclarecendo que o governo já estava em curso de providências e tinha todo o interesse no resgate do diplomata, o mais breve possível. O ministro, ao chegar ao seu gabinete, foi informado de que estava no Itamaraty o Núncio Apostólico. Levado à sua presença, disse que era portador de um apelo do corpo diplomático acreditado no País, para que o governo envidasse providências para o resgate e pedia segurança para os demais embaixadores. O ministro Magalhães Pinto respondeu-lhe que o governo já estava com providências em curso para o resgate do diplomata e prometeu-lhe que seria dada a segurança necessária aos demais chefes de representações diplomáticas. Transmitiu o objetivo da audiência do Núncio Apostólico, pelo telefone, aos ministros militares, no Palácio Laranjeiras, bem como a resposta que lhe havia dado.

Teve-se a informação de como se processara o seqüestro do embaixador, que saiu de sua residência sem levar qualquer agente de segurança, apesar de dispor, na embaixada, de agentes próprios. O embaixador, com uma preciosa rede de informações, não podia ignorar que sua pessoa era vulnerável a um ato daquele tipo, pois o seu país sempre fora alvo dos maiores ataques por parte da imprensa subversiva, tanto no Brasil como em outros países.

Os seqüestradores soltaram o seu primeiro comunicado pouco tempo mais tarde, responsabilizando-se pelo ato e fazendo sua exigência, que consistia na libertação, pelo governo brasileiro, de 45 dos seus companheiros que estavam presos por atos de subversão e terrorismo, alguns já condenados pela Justiça. Essa exigência eclodiu da maneira mais revoltante, nas Forças Armadas, que logo fizeram sentir aos seus chefes que era inaceitável.

O general Sizeno Sarmento, comandante do I Exército, compareceu ao Palácio das Laranjeiras e levou ao ministro Lyra Tavares a repulsa dos seus oficiais, no tocante àquela exigência dos seqüestradores.

O ministro, após ouvi-lo, levou-o à presença dos ministros Rademaker e Márcio, aos quais o general Sizeno relatou a apreensão dos seus comandados em serem atendidos os subversivos. Os ministros esclareceram ao general Sizeno que estavam examinando o fato e iam decidir, numa reunião com os ministros do Exterior e da Justiça, em termos de governo, sendo ele informado da solução, bem como as Forças Armadas. Os ministros militares decidiram convocar uma reunião no Itamaraty, às 20h30, para tomar uma decisão, em vista da exigência dos seqüestradores e do problema diplomático criado, à qual deviam comparecer, além deles, o chefe da Casa Militar, o ministro do Exterior e o ministro da Justiça.

Nesse meio tempo, chegaram ao Gabinete Militar da Presidência informações dos órgãos competentes e outras, muitas das quais desencontradas, sobre o problema do seqüestro.

À hora estabelecida, chegaram ao Itamaraty os ministros militares da Justiça e eu, passando-se à reunião com o ministro Magalhães Pinto, em seu gabinete. Uma outra comunicação dos seqüestradores dizia que os seus companheiros a serem libertados deveriam ser levados ao Chile ou ao México, comprometendo-se o governo a colocá-los num daqueles países e que, só após a chegada deles ao destino, quando as emissoras de rádio e televisão do Brasil noticiassem oficialmente a chegada, então seria liberado o embaixador americano.

Foram analisadas as exigências dos seqüestradores, assim como a repercussão que causara, não só nos Estados Unidos, mas na maioria dos países democratas, o seqüestro daquele diplomata.

Após um série de considerações, chegou-se à solução que talvez não fosse a melhor, mas a que convinha ao País naquele momento difícil que atravessava, com o governo sendo exercido pelos ministros militares e o presidente enfermo.

Devia atender-se à exigência dos seqüestradores, de sorte a obter o resgate do diplomata. A solução permitia ao País dar uma prova de respeito à pessoa do diplomata e atender à solicitação do seu governo. E mostrava às demais nações, com as quais o Brasil tinha relações diplomáticas, que

para manter boa amizade com os Estados Unidos eram atendidas as exigências dos seqüestradores.

Os ministros militares decidiram que aquela seria a solução a ser adotada no caso e que o Ministério das Relações Exteriores providenciaria uma nota informativa à embaixada dos Estados Unidos, esclarecendo a decisão do governo brasileiro. Foi determinado ao ministro da Justiça que providenciasse a resposta às comunicações dos seqüestradores, dizendo que as exigências seriam atendidas e que os presos que estavam custodiados nos outros Estados seriam transportados para o Rio de Janeiro, para seguirem destino para o Exterior com os que se achavam na antiga Guanabara. Providenciasse, também, outro comunicado para quando os presos estivessem concentrados no Rio, dizendo que embarcariam em avião da Força Aérea para o México.

Ao ministro da Aeronáutica foi recomendado que providenciasse avião para transportar os presos para o México, e conduzisse de São Paulo, Belo Horizonte e Recife os que se encontravam em custódia das organizações militares. Os três ministros acertaram que os seus comandos subordinados fariam os entendimentos com o Ministério da Aeronáutica para entrega dos presos, ficando responsável pela concentração dos mesmos na Base Aérea do Galeão. O ministro Lyra Tavares achou por bem convocar o Ministério do Exterior, naquele momento, e o general Sizeno Sarmento, comandante do I Exército, para tomar conhecimento da decisão governamental e receber ordens a respeito.

O general Sizeno atendeu imediatamente à convocação, indo para o gabinete do ministro Magalhães Pinto.

Na ocasião em que chegava ao gabinete do ministro do Exterior, um assessor do ministro Gama e Silva lhe perguntou se já sabia do falecimento do brigadeiro José Faria Lima, ex-prefeito de São Paulo e grande amigo daquele general. Este ainda não sabia do infausto desaparecimento do seu amigo e levou um choque com a notícia que lhe fora levada tão subitamente.

O general Sizeno apresentou-se aos ministros militares, tomando assento à mesa, e o ministro Lyra Tavares comunicou-lhe a decisão do governo e que ele, responsável pela segurança dos Estados da Guanabara, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, se entendesse com as autoridades da Aeronáutica para entrega dos presos que seriam concentrados no Galeão para seguirem destino. O general Sizeno achou a solução boa, dizendo que, ao regressar do Palácio das Laranjeiras, havia feito uma análise com o seu Estado-Maior das soluções possíveis para obter o resgate do embaixador americano e aquela foi considerada a mais aceitável. O general Lyra Tavares recomendou ao general Sizeno que desse conhecimento da solução aos seus comandos subordinados e que iria fazer

o mesmo aos demais comandos. Os outros ministros também disseram que iriam informar aos seus comandados.

Ao chefe do Gabinete Militar foi determinado que providenciasse para que os comunicados às emissoras de rádio e televisão fossem feitos em ligação com o Ministério da Justiça.

Todas as providências foram tomadas e a reunião foi encerrada.

Naquela mesma noite, era dada a primeira resposta aos seqüestradores e, na manhã seguinte, a segunda comunicação foi transmitida.

A embaixada dos Estados Unidos ficou satisfeita com a solução, bem como o corpo diplomático.

Os ministros militares assinaram o Ato Complementar nº 63, de 4 de setembro, isentando a Rede Ferroviária Federal e suas subsidiárias, enquanto subvencionados pelo Tesouro Nacional, do pagamento dos impostos de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos sobre a propriedade predial e territorial urbana e sobre serviços de qualquer natureza. E, entre vários decretos-leis, assinaram o de nº 808, estabelecendo que o Conselho Interministerial de Preços era o órgão através do qual o governo federal fixava e fazia executar a política de preços do mercado interno, harmonizando com a política econômico-financeira global; e o de nº 814 dispondo sobre o seguro obrigatório de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores.

No dia 5, correu tudo bem e todas providências para o resgate do embaixador americano entraram em execução.

Era antevéspera da parada de 7 de setembro, quando as organizações militares se apresentavam para aquela grande homenagem ao Dia da Pátria.

Os ministros militares, tendo em vista a situação criada com o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, em que o governo atendeu que os subversivos e terroristas presos fossem enviados para o Exterior, para obter o resgate do referido diplomata, editaram o Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro, banindo do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornasse inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional, ficando suspensos os processos ou a execução da pena a que, por ventura, estivesse respondendo o condenado ou banido.

Os ministros militares editaram o Ato Institucional nº 14, alterando o § 11 do Art. 150 da Constituição, que ficou assim redigido: "Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva, nos termos que a lei determinar.

Esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso do enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego da administração pública, direta ou indireta."

Foi incluído um Art. 2º, no Ato, que estatuía: "Continuam em vigor os

atos institucionais, atos complementares, leis, decretos-leis, decretos e regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito."

Os ministros militares baixaram o Ato Complementar nº 64, na mesma data, banindo do território nacional 15 subversivos constantes da relação que os seqüestradores do embaixador dos Estados Unidos exigiam a libertação e a colocação no Exterior, em troca do resgate do referido diplomata. Assinaram vários outros atos administrativos, destacando-se o Decreto-Lei nº 824, estabelecendo que as editoras e gráficas brasileiras, situadas em qualquer parte do território nacional, ficavam obrigadas a remeter ao Instituto Nacional do Livro um exemplar de cada obra editada.

À tarde daquele dia, na Vila Militar, vários oficiais, em sua maioria pára-quedistas, manifestaram ao general João Dutra de Castilho, comandante da guarnição, o seu descontentamento pela decisão do governo em atender as exigências dos seqüestradores do embaixador dos Estados Unidos, libertando 15 subversivos presos e mandados para o Exterior. O ambiente ficou bastante tenso, pois os oficiais estavam dispostos a impedir que os subversivos embarcassem para fora do País. Era uma atitude de absoluta indisciplina, pois se estavam insurgindo contra a decisão do governo, que inclusive já havia assinado o ato de banimento dos subversivos.

Nessa ocasião preponderaram a sensatez e a prudência do general José de Azevedo Silva, comandante da Artilharia Divisionária, e do coronel Milton Câmara Sena, comandante do Grupo-Escolar de Artilharia, que conseguiram convencer a oficialidade de que deveria acatar a decisão do governo, sobretudo porque estava em jogo a vida do embaixador dos Estados Unidos, a cujo governo os ministros militares já haviam notificado que acederam às exigências dos seqüestradores, em troca do resgate do diplomata. Mostraram aqueles oficiais que o governo brasileiro não podia mais voltar atrás na sua decisão, pois criaria um caso diplomático muito sério com o país amigo, além de estabelecer uma desconfiança geral às demais nações que tinham relações diplomáticas com o Brasil, por não poderem mais acreditar na palavra de seu governo.

Mas quando o clima na Vila Militar estava no seu apogeu, o comandante do I Exército, general Sizeno Sarmento, foi informado do que ali se passava pelo general Dutra de Castilho, que também participava do pensamento dos oficiais que protestavam contra o ato do governo. Telefonou para o Palácio das Laranjeiras e pediu ao ministro Lyra Tavares para recebê-lo, pois que queria expor a situação que ocorria na Vila Militar, em face da saída dos subversivos para fora do País. O general Lyra Tavares atendeu ao telefone, dizendo-lhe que seria recebido. O general Sizeno foi levado à sala de despachos dos ministros militares e expôs o clima reinante da Vila Militar e se mostrou apreensivo com a situação. Os ministros

mostraram que a decisão estava tomada e não poderia mais ser reformulada, sob pena de desmoralização do governo e o seu descrédito para com os Estados Unidos, pois já os haviam notificado da solução adotada. Lembraram ao general Sizeno que ele assistiu a parte da reunião, no Itamaraty, em que o governo decidiu atender às exigências dos seqüestradores para obtenção do resgate do diplomata, e nada objetou. Assim, naquele momento, a decisão estava tomada e as medidas para o banimento dos subversivos em plena execução, devendo a ordem ser cumprida pelos seus subordinados. O general Sizeno deixou a reunião com os ministros um tanto contrariado, pois sabia que estava levando a última palavra e de certo os seus subordinados não iriam gostar, tendo ele de ficar com o governo, acatando as suas ordens. Mas, quando a notícia chegou à Vila Militar, o ambiente já estava amenizado. Entretanto, alguns oficiais pára-quedistas não se conformaram com a solução do governo e, na tarde de 6 de setembro, quando os subversivos iam ser embarcados na Base Aérea do Galeão, tentaram impedir o embarque, sendo obstados pelo comandante daquela base, que os fez retirar do recinto da organização militar. Os oficiais pára-quedistas entretanto, ao passarem pela estação transmissora da Rádio Nacional, emitiram um manifesto protestando contra a decisão governamental, sem maiores conseqüências, porém.

O governo mandou garantir as emissoras em geral para que não se repetisse a insubordinação.

Os 15 subversivos foram embarcados em avião da Força Aérea e conduzidos para o México, onde chegaram no dia seguinte. O embaixador do Brasil comunicara ao governo brasileiro a chegada dos banidos ao México.

Os oficiais do Grupo de Obuses dos pára-quedistas, à frente o seu comandante, tenente-coronel Dickson M. Grael, decidiram, em protesto ao ato do governo, não desfilar na parada de 7 de setembro, e aquela unidade não participou, de fato, da solenidade militar. Não conseguiram o comandante da Divisão Aéro-Terrestre nem os comandantes da Vila Militar e do I Exército demover os oficiais daquela unidade de sua atitude e fazê-los participar da grande festa do Dia da Pátria. O ministro Lyra Tavares, em face da indisciplina dos oficiais, determinou ao comandante do I Exército a punição disciplinar dos mesmos.

Recebida pelo governo do Brasil a informação de que os subversivos haviam chegado e estavam exilados no México, fez divulgar a nota nas emissoras de rádio e televisão, última parte das exigências dos seqüestradores para libertarem o diplomata norte-americano. Veiculada a nota do governo, à noite, os seqüestradores libertaram o embaixador dos Estados Unidos, ficando o incidente encerrado, embora com certo desgaste para o governo brasileiro em certas áreas revolucionárias, ganhando porém expressão no mundo diplomático.

Na manhã de 7, realizou-se a grande parada militar de 7 de setembro, que todos os anos era presidida pelo presidente da República. Entretanto, aquela fora pelos três ministros militares, que, em conjunto, passaram revista às tropas e, após tomarem lugar no palanque, armado no panteão de Caxias, na praça da República, presidiram à solenidade ao lado das altas autoridades militares e civis do País.

Eu, que sempre acompanhei o presidente naquela festa militar e cívica, permaneci ao lado do chefe do governo, no Palácio das Laranjeiras, dando-lhe o conforto moral com a minha presença, ao mesmo tempo em que acompanhava tudo quanto acontecia no País, inclusive as notícias vindas do México com relação à chegada dos banidos.

O presidente, dado o seu estado de saúde, não tomou conhecimento do episódio do seqüestro do embaixador americano.

A atuação da junta militar, auto-investida de plenos poderes, não agradava a alguns círculos militares e a muitas áreas civis. O seqüestro do embaixador americano e a decisão de negociar com os seqüestradores foi mais um motivo para que aquele descontentamento se manifestasse. A situação é assinalada pelo general Portela e confirmada, com uma versão diferente, pelo jornalista Carlos Chagas.

De Brasília, chegaram notícias de que os deputados Raimundo Padilha e Clóvis Stenzel continuavam desenvolvendo grande atividade no sentido da substituição do presidente enfermo por um novo presidente.

Os oficiais servindo no Emfa, ligados ao general Orlando Geisel, passaram a trabalhar para que este fosse candidato à substituição do presidente enfermo.

O ministro da Justiça, professor Gama e Silva, que não tinha ficado satisfeito com a solução dos ministros militares responderem pelo governo, passou a conversar com alguns parlamentares sugerindo a idéia de que deveria ser eleito um vice-presidente, convindo que o dr. Pedro Aleixo renunciasse. Credenciou um parlamentar para sondar o vice-presidente Pedro Aleixo, aduzindo que era pensamento da linha militar revolucionária com a qual estava em contato, mas recebeu resposta negativa.

Os ministros militares não o haviam autorizado a fazer aquela sondagem junto ao vice-presidente da República e foram surpreendidos com a notícia.

Os ministros vinham assinando uma gama de decretos-leis que o presidente havia mandado preparar, para baixá-los, antes do levantamento do recesso do Congresso, mas que a enfermidade impediu que o fizesse.

Outro ato importante foi o Ato Institucional nº 15, de 9 de setembro, que também já estava elaborado pelo Ministério da Justiça, dando nova redação ao Art. 1º do Ato Institucional nº 11, de agosto daquele ano, que ficou assim: "No dia 30 de novembro de 1969, realizar-se-ão eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores nos municípios que, durante o ano de

1969, devessem realizar eleições gerais ou parciais, ainda que alguns desses municípios se encontrem sob o regime de intervenção federal, nos termos do Art. 3º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ou § 1º do Art. 7º do Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969."

Simultaneamente baixaram o Ato Complementar nº 65, fixando a data para a eleição das comissões executivas dos diretórios regionais em 1º de outubro daquele ano.

A 10, foi baixado o Decreto-Lei nº 851, estabelecendo que a propaganda eleitoral para eleições municipais previstas para 30 de novembro só poderiam ter início a 3 do mesmo mês, e que a utilização do rádio e da televisão para aquela finalidade só poderia ter exercício no período entre 10 e 20 do referido mês.

Com esses atos todos, estava estabelecido o conjunto de normas que iria regular o estabelecimento das eleições municipais de novembro para os diretórios, prefeitos e vereadores.

Dava-se prosseguimento ao estabelecimento da ordem democrática do País, como o presidente Costa e Silva havia idealizado.

Os ministros militares resolveram retornar ao problema das cassações de mandatos e direitos políticos. Determinaram ao secretário geral do Conselho de Segurança Nacional cassar os mandatos e direitos políticos dos parlamentares: Antônio Ferreira de Oliveira Brito e Júlia Vaena Steimbruck, deputados federais do MDB, e Miécimo da Silva e Agnello Alves, deputados estaduais da antiga Guanabara. Ouvidos os membros do CSN, com respostas afirmativas, a 11 de setembro foram baixados os decretos cassando os mandatos parlamentares dos citados deputados, bem como os seus direitos políticos por dez anos.

O general Sizeno passou a desenvolver grande atividade no sentido da substituição da junta militar por um vice-presidente a ser eleito pelo Congresso. O general Afonso Albuquerque Lima também passou a atuar com mais interesse na substituição do presidente enfermo, conversando com oficiais das Forças Armadas e com alguns parlamentares, entre os quais o deputado Clóvis Stenzel.

Alguns generais, entre os quais Augusto Moniz de Aragão, Sizeno Sarmento e Afonso Albuquerque Lima, que não haviam ficado satisfeitos com a decisão do alto comando das Forças Armadas, designando os ministros militares para responderem pelo presidente enfermo, pois se arrogavam o direito de terem sido consultados *a priori*, como se fossem os mais revolucionários entre todos os que participaram do movimento de 31 de março, passaram a fazer sentir ao ministro Lyra Tavares o seu inconformismo.

Davam guarida aos boatos que eram veiculados sobre a enfermidade do presidente: diziam que o seu estado era gravíssimo e que não tinha mais condições de retornar ao cargo; que estava à morte; que seu desen-

lace dar-se-ia a qualquer momento. Chegaram a inventar que ele estava morto e embalsamado, escondido nos seus aposentos pelo chefe da Casa Militar, que queria continuar brincando de governar, usando os ministros militares como seus executivos.

Outros boatos eram também de que os boletins médicos não expressavam a verdade ou eram forjados no gabinete militar, como se os ilustres professores Abrahão Ackerman e Paulo Niemeyer, médicos de renome nacional e mundial, se prestassem a tal papel ou se deixassem submeter às imposições governamentais, ou, ainda, se intimidassem por qualquer ameaça para praticar atos incorretos, aceitando que os seus honrados nomes constassem de boletins fictícios.

Os oficiais seguidores daqueles generais acharam que havia chegado a hora de lançar uma campanha de desprestígio dos ministros militares, com vistas à substituição da chamada junta militar por um daqueles generais. O general Sizeno, comandante do I Exército, era visto pelos seus admiradores como o mais em evidência para assumir o governo, pela força que dispunha sob o seu comando e por ter sob as suas ordens o controle da imprensa escrita, falada e televisionada, no Rio de Janeiro.

Os seguidores do general Sizeno e do general Afonso passaram a lançar, nos meios de divulgação, uma campanha subterrânea contra os atos do governo e chegaram à audácia de querer que o I Exército censurasse os atos oficiais, quando fossem à publicação.

O general Sizeno chegou ao cúmulo de exigir do ministro do Exército que a Agência Nacional, órgão da Presidência da República, nenhum ato ou notícia divulgasse sem a chancela do seu comando, o que, evidentemente, não conseguiu, pois os outros ministros não concordaram.

De resto, queria que os boletins médicos emitidos sobre o estado de saúde do presidente Costa e Silva passassem pela censura do I Exército, para serem publicados, o que também não conseguiu.

Mas o mais incrível e absurdo era o general Sizeno dar endosso a esses atos insensatos e intempestivos dos seus assessores e levar ao ministro Lyra Tavares reclamações contra mim, dizendo que não queria acatar as ordens do I Exército no setor da censura à imprensa. Perderam inteiramente o censo de respeito à ordem hierárquica de governo. Nesse meio tempo, a família do presidente resolveu consultar um médico estrangeiro especializado em *stress* e doenças similares. Foi lembrado por amigos o nome do professor francês François Lhermitte. Eu e o ministro Leonel Miranda aconselhamos a família a ouvir os médicos assistentes, pois que eram homens de largo conceito internacional nas suas especialidades e não se devia magoá-los, porquanto assistiam o presidente com a maior dedicação e cuidado.

A esposa do presidente, acompanhada do ministro Leonel Miranda, consultou os drs. Ackerman e Paulo Niemeyer da possibilidade de ser

chamado o cientista francês para examinar o chefe do governo, pois era mais um grande especialista cuja palavra tinha importância.

Aqueles dois grandes médicos nada objetaram e concordaram que ele viesse e disseram que o dr. François era seu velho conhecido, com quem haviam participado de conferências e congressos médicos em outros países.

Foi feito o contato com o dr. François Lhermitte, em Paris, através da embaixada do Brasil, e o médico aceitou vir examinar o presidente enfermo. Chegado ao Brasil, foi recebido pelos ilustres professores Ackerman e Niemeyer e conduzido ao Palácio das Laranjeiras.

Examinou o presidente na presença de seus colegas brasileiros e expendeu o mesmo diagnóstico por eles emitido. Chegou a dizer que era desnecessária a sua vinda ao Brasil para examinar o ilustre enfermo, pois estava sob os cuidados de grandes médicos conhecidos no mundo inteiro. Teve uma conferência reservada com os seus colegas brasileiros, sobre a doença do presidente Costa e Silva, e com eles traçou uma norma de recuperação.

No outro dia, o dr. François voltou a visitar o presidente enfermo, em companhia dos drs. Ackerman e Paulo Niemeyer, e após novos exames não teve dúvida de confirmar o seu diagnóstico da véspera. Mas, sendo ele um especialista em caso de *stress* com a perda da voz, empregando métodos modernos para a sua recuperação, estabeleceu com os seus colegas brasileiros o processo a ser seguido no tratamento, usando inclusive foniatra brasileiro, sem necessidade de trazer especialistas estrangeiros.

Afirmou com os médicos Ackerman e Niemeyer que a melhora do paciente estava se processando, mas que a reeducação da voz só deveria ter início ao fim da sexta semana da doença, e a recuperação da mobilidade, na quarta semana. Os sintomas de recuperação iriam logo se fazendo sentir.

Por ocasião dessa última visita do dr. François ao presidente, os ministros militares estavam no Palácio das Laranjeiras e tiveram oportunidade de conversar com o cientista sobre a enfermidade do chefe de Estado, abordando inclusive o prazo que estimaria para a sua recuperação. Este achou que somente ao fim da sexta semana a recuperação far-se-ia sentir, mas que a recuperação útil só se daria a partir do terceiro mês, quando teria possibilidade de produzir algum trabalho intelectual.

A declaração do médico francês impressionou de certa maneira o ministro Lyra Tavares, que achou o prazo longo, tendo conversado com o dr. Lhermitte em francês, porquanto dominava fluentemente aquela língua. Era compreensível para o autor e para os ministros Rademaker e Márcio que o general Lyra ficasse preocupado com o prazo de recuperação do presidente, pois estava sentindo em seus calcanhares as pressões de certos generais. Os ministros Rademaker e Márcio não se preocuparam tanto

com o prazo da recuperação do chefe de Estado, uma vez que não estavam sendo pressionados em suas respectivas Forças e as comandavam com a mesma normalidade de antes de assumirem o governo.

Após os exames realizados pelo professor François Lhermitte, os drs. Abrahão Ackerman, Paulo Niemeyer e Mário Miranda expediram um boletim médico com o seguinte teor:

"Boletim médico – 14 de setembro de 1969

"O Exmo. Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva foi examinado nos dias 13 e 14 pelo professor François Lhermitte.

Seu estado geral permanece satisfatório, nenhuma complicação ocorreu e os exames biológicos são normais.

As manifestações neurológicas de seu acidente circulatório cerebral caracterizam-se por uma deficiência da mobilidade do lado direito do corpo e da palavra. Tais manifestações persistem. Alguns indícios de melhora foram observados como ocorre habitualmente nesses casos. Sua consciência e lucidez não foram atingidas.

Seu estado necessita de repouso absoluto e os medicamentos destinados a favorecer a circulação foram mantidos.

Prosseguirão as medidas tomadas para facilitar a reabilitação.

Ass.: Prof. François Lhermitte, dr. Abrahão Ackerman, dr. Paulo Niemeyer, dr. Mário Miranda."

A essa altura, com permissão dos médicos assistentes, e da família, providenciei para que fosse feita uma fotografia do presidente, sentado na cadeira que já revezava com a cama, ao lado do capitão-médico Élcio Simões, seu médico assistente. A fotografia foi feita pelo repórter Jader Neves, da *Manchete*, com certo cuidado e sem que o presidente percebesse.

Não podia ser tirada diretamente de dentro dos aposentos porque o presidente, lúcido e senhor de si como estava, não permitiria que fosse feita.

Essa fotografia foi publicada por toda a imprensa brasileira. A sua finalidade era desmascarar os boateiros que o davam até mesmo como morto e embalsamado. Teve, de fato, grande repercussão nacional, pois o povo viu a pessoa do chefe de Estado, mostrando achar-se em franca recuperação.

A 18 de setembro, os ministros militares baixaram o Decreto-Lei nº 880, instituindo o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, e criando o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo. Os recursos para aquele fundo eram derivados, principalmente, do Decreto-Lei nº 157 de 10 de fevereiro de 1967, de dotações federais e outros incentivos fiscais. A instituição do Fundo de Recuperação do Espírito Santo era fruto de um compromisso assumido pelo presidente Costa e Silva, quando visitou aquele Estado em

1968, para promover seu desenvolvimento. O estudo estava pronto quando sobreveio a enfermidade do presidente, mas o ministro Hélio Beltrão e eu falamos com os ministros que respondiam pelo governo e eles atenderam aquele compromisso.

A 19 de setembro, os ministros militares baixaram o Ato Complementar nº 66, transferindo para o dia 5 de março de 1970, a data da realização da Convenção Nacional que deveria proceder à eleição dos membros do Diretório Nacional dos partidos políticos, com a prorrogação para 10 de fevereiro daquele ano, o término do prazo para registro de candidatos.

A 19, os médicos assistentes emitiram o seguinte boletim médico referente ao estado de saúde do presidente Costa e Silva:

BOLETIM MÉDICO

"A enfermidade do Exmo. Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva evolui favoravelmente, conforme as previsões médicas.

Seu estado geral permanece excelente e a pressão arterial, pulso, temperatura e respiração continuam normais. Os exames bioquímicos do sangue são normais.

Os testes até agora realizados e facilitados pela lucidez e cooperação do presidente mostram progressos na comunicação e na recuperação motora.

Em vista dessas melhoras, foi suspenso o repouso e S. Exa. foi autorizado a permanecer fora do leito grande parte do dia e receber seus amigos e auxiliares diretos, assim como a ouvir estações de rádio e televisão.

Ass.: dr. Abrahão Ackerman, dr. Paulo Niemeyer, dr. Mário Pinto de Miranda e dr. Élcio Simões Gomes."

Continuava, porém, a campanha contra os atos dos ministros militares, em certas áreas do Exército, notadamente no Rio de Janeiro, com maior freqüência no quartel-general do I Exército, contando com a cobertura do seu comandante, general Sizeno Sarmento.

As queixas contra mim sucediam-se, sendo levadas ao ministro Lyra Tavares, que não dava crédito, pois me conhecia muito bem e sabia que agia com a maior lisura e lealdade. Mas os seguidores do general Sizeno Sarmento acharam que era chegada a hora dele ir para o governo; então, faziam uma campanha contra a gestão dos ministros militares. Eu era um alvo importante da campanha, pois achavam que, se me derrubassem, o caminho lhes estaria facilitado, os ministros seriam destituídos do governo e o general Sizeno chegaria ao poder.

Mas acontecia que eu tinha amigos dentro do I Exército, como em todos os setores militares, e acompanhava o trabalho em curso para aqueles intentos e alertava aos ministros sobre o que ocorria.

Continuavam os trabalhos dos adeptos à substituição do presidente Costa e Silva, tendo como elementos destacados, na área parlamentar, os

deputados Raymundo Padilha e Clóvis Stenzel. O ministro Gama e Silva já era adepto da candidatura do general Sizeno Sarmento a vice-presidente e desenvolvia o seu trabalho entre os militares que lhe tinham acesso e alguns deputados. O grupo do general Afonso Albuquerque passou a trabalhar com mais empenho, o que desagradou aos deputados Clóvis Stenzel e Raymundo Padilha, que preferiam o general Muricy ou outro general. Os oficiais integrantes do SNI não escondiam a sua preferência pelo general Médici.

Certo dia, o general Sizeno foi ao general Lyra Tavares protestar pela publicação de uma entrevista que a esposa do presidente Costa e Silva havia concedido ao jornalista Heron Domingues, para publicação no *Diário de Notícias* e que ele havia feito retirar da impressão, levando o recorte da coluna ao ministro.

A entrevista não continha nada demais, ela falava sobre a doença do marido e outras coisas sem maior importância, não tratando de problema de governo e o ministro não deu maior atenção à reclamação.

A 22 de setembro, os ministros militares assinaram o Ato Complementar nº 67. decretando o recesso da Câmara Municipal do Município de Piraquera-Açu, no Estado de São Paulo, conforme representação do Ministério da Justiça.

Certo dia, à noite, a esposa do presidente quis falar ao general Sizeno Sarmento pelo telefone para pedir-lhe determinado favor e ele,apesar de velho amigo da família, negou-se a atendê-la, com a desculpa de que não se encontrava no quartel-general, quando eu procurei verificar e soube que ele ali se encontrava.

Ele supunha que ela fosse tratar da entrevista que ele impediu a publicação.

Certa ocasião, mandou que fosse chamado o diretor da Agência Nacional ao seu quartel-general e ordenou-lhe que nada desse publicidade sem a sua aprovação. O dr. Madeira Bastos comunicou o fato ao cel. Hernani D'Aguiar, assessor de Relações Públicas da Presidência da República, que levou ao meu conhecimento. Não concordei com a recomendação do general Sizeno, pois não tinha atribuições de controlar um órgão da Presidência da República. Outra ocasião, o comandante do I Exército mandou impedir a divulgação, pela Agência Nacional, de uma nota da Presidência e um oficial do seu Estado-Maior comunicou ao cel. Hernani D'Aguiar que havia necessidade da nota passar pelo seu crivo para ter publicidade. É evidente que não dei atenção à imposição insólita e a enviei para Brasília para ser difundida.

A essa altura, os oficiais adeptos do general Sizeno desencadearam uma campanha pela candidatura de seu chefe à Presidência da República, entre as organizações militares do I Exército, antes mesmo de qual-

quer decisão dos ministros militares sobre a sua continuação ou não no governo.

O general Augusto Moniz de Aragão criticava os atos dos ministros militares e reclamava ao ministro Lyra Tavares, através de cartas e insistia em ser ouvido como general de quatro estrelas, e não era por estar sem comissão.

Os partidários do general Afonso Albuquerque Lima também aproveitaram a oportunidade para lançar o nome de seu chefe à sucessão, que não estava decidida. Ele tratou logo de organizar um estado-maior particular para cuidar da sua candidatura. A sua propaganda estendeu-se à Marinha e à Aeronáutica e ao meio civil, explorando a sua gestão à frente do Ministério do Interior, onde dizia ter apresentado excelente administração. O seu apartamento se apresentava sempre cheio de adeptos, quando discutiam o problema da sucessão, pois achavam que os ministros não tinham condições de prosseguir governando e que o presidente também não podia retornar ao governo pela sua situação de saúde. Passou a contestar com os seus admiradores os boletins médicos emitidos pelo professor Ackerman e dr. Niemeyer, dizendo que não expressavam a verdade, porquanto o presidente estava incapacitado a voltar ao governo.

De outra parte, no Estado-Maior do Exército, o general Antônio Carlos Muricy, chefe daquele órgão, cargo de confiança do presidente da República e do ministro do Exército, também passou a fazer o seu trabalho de candidato à sucessão.

Em face do quadro de boatos da incapacidade física do presidente Costa e Silva, impossibilitando-o de voltar ao cargo, obtive autorização da família do ilustre enfermo para levar um ilustre médico a visitá-lo. Tratava-se do general-médico dr. Olívio Vieira Filho, diretor geral de Saúde do Exército, a quem o presidente dispensava muita consideração e era meu amigo pessoal. Desejava que ele levasse aos companheiros do Exército, a verdadeira notícia do estado de recuperação do chefe do Estado e amenizasse aquele ambiente de boatos tão desfavorável e que causava tumulto dentro do Exército.

O dr. Olívio visitou o presidente, viu de perto o seu estado, e eu mandei que o capitão-médico, dr. Élcio Simões, que o assiatia, mostrasse todos os exames radiológicos e outros documentos para que ele constatasse a verdade e verificasse que os boletins médicos não eram forjados e refletiam rigorosamente a verdade do estado do enfermo.

O general Olívio, apesar de ver tudo com a maior lisura e franqueza, não quis revelar-me o que achava, supondo eu que era em razão de não ser especialista em *stress*, pois a sua especialidade era otorrinolaringologia. Mas, em se tratando de um médico e homem de bem, poderia dar o

testemunho do que vira. A visita, porém, não surtiu o efeito que eu desejava obter.

Eu havia informado ao ministro Lyra Tavares que convidara o general Olívio para visitar o presidente, com objetivo de aliviar os boatos. E, logo em seguida, numa reunião de generais do alto comando, perguntou ao general Olívio o que achara do estado do presidente, tendo ele respondido que achava grave e que não teria condições de voltar ao exercício do governo. Aquela resposta teve uma repercussão estranha entre os presentes, pois a informação que os generais recebiam do gabinete do ministro e através dos boletins médicos davam o presidente como se recuperando. O ministro Lyra Tavares, para descarregar o ambiente, perguntou ao general Olívio qual era a sua especialidade e ele declinou ser otorrino. O ministro respondeu-lhe que a sua impressão não era a dos especialistas de conceito internacional.

Estava dando aos seus companheiros uma impressão que não era verdadeira, sobretudo porque, não sendo ele especialista em neurologia, não podia fazê-lo. A impressão dada pelo Olívio calou em alguns presentes e reforçou o ponto de vista do general Muricy.

Mas a impressão do general Olívio chegou ao grupo do general Afonso, que lhe deu o maior crédito e propiciou intensificar a campanha para a sucessão do chefe de Estado. O general Afonso tratou logo de constituir uma assessoria-núcleo de ministério, levando pessoas influentes para organizar o plano do seu governo, inclusive algumas figuras do segundo e terceiro escalões governamentais. Aquela impressão do general Olívio espalhou-se dentro do Exército, despertando mais as ambições dos generais Sizeno, Afonso e Muricy, que passaram a pressionar o ministro Lyra Tavares para acabar com a chamada "junta militar" e partir para a substituição do chefe de Estado por um outro general.

As pressões sobre o ministro Lyra Tavares eram tantas que, certo dia, chegou ao Palácio das Laranjeiras, para o despacho normal com os outros dois ministros militares, visivelmente irritado e angustiado. Disse aos seus companheiros que não agüentava mais, pediu-lhes que o exonerassem de membro do governo.

Os ministros Rademaker e Márcio não concordaram e, juntamente comigo, procuraram acalmá-lo e mostrar-lhe que, com a sua saída do governo, estava fazendo o jogo daqueles generais interessados em tumultuar, para tirar partido e ver o presidente Costa e Silva pelas costas. Disseram-lhe que ele tinha assumido um compromisso, quando da decisão dos três ministros, e que respondiam pelo governo. Não podia abandonar o barco naquela hora e precisava reagir. Lembraram-lhe que a disciplina tinha de ser mantida dentro das Forças Armadas, em apoio a eles na chefia do governo. O general Lyra, depois dos argumentos dos seus companheiros. já mais calmo, disse-lhe que o general Sizeno não lhe dava

tréguas para o trabalho e só aparecia em seu gabinete para reclamar contra atos do governo. O almirante Rademaker, sem perda da calma, com plena compostura de alto chefe militar, disse ao general Lyra Tavares que se para ser mantida a disciplina dentro do Exército houvesse necessidade de demitir o comandante do I Exército, que se o fizesse, seria apoiado pelo ministro Márcio e por mim.

O general Lyra Tavares, que não esperava aquela reação do almirante Rademaker, preferiu aceitar os argumentos dos seus companheiros e prosseguir integrando o governo. Naquela tarde, o general Lyra dava a impressão de que não tinha mais forças para conter os generais ambiciosos pelo cargo de presidente da República. Continuou o despacho com os seus companheiros, mas sem ânimo, assim como quem estava profundamente angustiado. Ele, que era de temperamento brincalhão, mesmo despachando com os outros naquele dia era um homem triste.

No dia seguinte, ele não estava refeito do acontecimento da véspera. Chegou para o despacho ainda convicto de que tinha de deixar o governo, sendo dissuadido pelos ministros Márcio e Rademaker e por mim. Reforçando os argumentos usados na tarde anterior, conseguimos convencê-lo de que não podia tomar aquela decisão, que os seus compromissos para com o País estavam acima da quelas questiúnculas e ambições do general Sizeno e dos outros.

As pressões não cessaram sobre o ministro do Exército. Ao contrário, intensificaram-se e diziam os seus opositores que os três ministros não governavam nada e era preciso que se estabelecesse um prazo para o término da missão da junta, se o presidente não pudesse assumir dentro de pouco tempo. Diziam que eles estavam sendo manobrados por mim, que não queria perder o cargo de chefe do Gabinete Militar e que era eu quem de fato governava.

Uma tarde, o ministro Lyra Tavares chegou para o despacho muito desanimado, já demonstrando um certo reflexo daquele estado de coisas em sua saúde, queixando-se das impertinências daqueles companheiros do Exército que não lhe davam tréguas. Sugeriu aos ministros Rademaker e Márcio para terem uma conversa com os médicos assistentes do presidente enfermo e obter uma avaliação da sua recuperação, com uma previsão de quando poderia retornar ao exercício do cargo. Dessa forma, ficariam capacitados a tomar uma decisão de permanecerem no cumprimento da missão que o Alto-Comando das Forças Armadas lhes atribuiu, ou adotando outra solução.

Após uma análise mais profunda da situação decorrente da doença do presidente, os ministros acordaram ter uma conferência com os drs. Abrahão Ackerman e Paulo Niemeyer, quando ouviriam a palavra deles, como propusera o general Lyra Tavares. Incumbiram-me de acertar com

aqueles ilustres médicos o contato para o dia seguinte, após a visita matinal que faziam ao presidente no Palácio das Laranjeiras.

À noite, combinei com aqueles eminentes professores o encontro com os ministros militares, na manhã seguinte, e comuniquei a estes que os médicos estariam à disposição, como desejavam.

Na manhã do outro dia, os ministros foram ao Palácio das Laranjeiras para o encontro com os médicos, com os quais conversaram e indagaram o que desejavam saber sobre a saúde do presidente. Eu preferi não estar naquela reunião por uma questão de escrúpulo, mas fiz com que o capitão-médico, dr. Élcio Simões, a assistisse.

Os drs. Ackerman e Paulo Niemeyer informaram que o presidente se estava recuperando bem, mas que não era possível prever com precisão o prazo em que estaria recuperado, mas que, nos casos semelhantes ao dele, a partir da sexta semana entraria na fase de recuperação, como já se estava verificando. Informaram que o estágio a que ele havia alcançado era excelente, pois que reagia muito bem, sendo muito promissor o seu estado. Disseram-lhe ainda os médicos que a previsão feita pelo professor François Lhermitte, há duas semanas, estava-se processando. Informaram também que o presidente já estava saindo da cama para a cadeira, apoiado por um enfermeiro, e que isso era bastante promissor.

Sugeri aos ministros uma visita deles ao presidente, pois os médicos assistentes permitiam que o fizessem, podendo, a partir dali, serem permitidas algumas visitas de amigos e ministros, de pouca duração, apenas para que ele fosse retomando os contatos com as pessoas que o cercavam.

Foi aceita a sugestão da visita e os ministros Lyra Tavares, Rademaker e Márcio foram conduzidos aos aposentos do presidente pelo autor, já estando ali aguardando a esposa e o dr. Élcio Simões. Todos procuraram conter as emoções, pois desde que ele adoecera era a primeira vez que o viam. O presidente, porém, não pôde conter as lágrimas. A emoção era uma das características da doença. Mas o almirante Rademaker, mais sereno, procurou amenizar o ambiente, falando ao chefe do governo, dizendo que o achavam muito bem, com uma boa recuperação e que, em breve, estaria voltando ao trabalho. Os outros dois, já refeitos do impacto emocional, também lhe dirigiram algumas palavras alegres como era do seu feitio brincalhão. A visita foi curta e eles se retiraram, dizendo que voltariam com mais freqüência, pois os médicos haviam liberado as visitas. Informaram ao presidente que tudo ia bem, o País tranqüilo e que eles estavam seguindo a sua diretriz de trabalho.

A idéia da visita foi magnífica, pois viram o presidente, perceberam que ele os entendia e que ficara satisfeito em vê-los. Além disso, podiam dizer aos seus comandados que o presidente, de fato, estava-se recuperando, pois que não estavam com notícias só dos médicos: puderam constatar, de viso, que melhorava.

O general Lyra Tavares saíra da visita como que refeito daquele estado de amargura que estava sofrendo pelas pressões de alguns generais. Poderia dizer-lhes que o chefe de Estado estava-se recuperando e não era boato como atribuíam alguns.

Após a visita, os ministros fizeram um balanço da situação e acharam que podiam prosseguir dentro da missão de governar, pois o presidente estava em franca recuperação e poderia retornar dentro de mais algum tempo ao cargo.

O general Afonso Albuquerque Lima continuava com o seu futuro ministério, reunindo-se em sua residência, na presunção de que haveria substituição do presidente. Não dava a mínima atenção às notícias de recuperação do chefe de Estado.

O general Sizeno, por seu lado, também não dava crédito às notícias de melhora do presidente e permitia que os seus auxiliares prosseguissem no trabalho de arregimentação para a sua candidatura.

Já sabia que o presidente estava recebendo visitas dos seus amigos mais íntimos. Ele era um deles, pois assim era considerado pela família presidencial, e jamais procurou visitá-lo.

A 29 de setembro, os ministros assinaram o Ato Complementar nº 68, decretando o recesso da Câmara dos Vereadores da Cidade de Sobral, no Ceará, consoante representação do ministro da Justiça e após ter sido ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

Os ministros deram prosseguimento ao processo de cassação de mandatos eletivos e de direitos políticos.

Mandaram que o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional ouvisse os membros do Conselho de Segurança para aplicar a pena de cassação de mandatos e de direitos políticos dos seguintes parlamentares: senador Pedro Ludovico Teixeira, do MDB de Goiás; deputados federais da Arena, Arnaldo dos Santos Cerdeira, de São Paulo, e presidente regional da Arena e Gilberto Ronaldo Campelo de Azevedo; deputados pelo MDB, Carlos Murilo Felício dos Santos, Lígia Moelhmann Doutel de Andrade, Maria Lúcia de Melo Araújo, Nísia Coimbra Flores Carone e Geraldo Magalhães Mello Mourão.

O Conselho de Segurança Nacional pronunciou-se favorável à aplicação do AI-5 nos referidos parlamentares e, a 29 de setembro, os ministros militares baixaram os decretos cassando os mandatos eletivos e os direitos políticos por dez anos dos mesmos.

Os ministros haviam recomendado que eu mandasse elaborar, pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança, um trabalho de revisão da Lei de Segurança Nacional, consubstanciada nos Decretos-leis nºs 314, de 15 de março de 1967, e, 510, de 20 de março de 1969, de sorte a torná-la mais rígida e incluir, entre as suas disposições, a alteração feita no § 1º do Art. 150 da Constituição de 1967, pelo Ato Institucional nº 14. Esse novo

dispositivo constitucional introduziu penas máximas, nos casos de atentados terroristas, e tinha em vista reprimir as atividades subversivas, que tinham alcançado elevados índices, culminando com o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos.

O trabalho foi elaborado com a assessoria jurídica do dr. Jacy Pinheiro, subprocurador da Justiça Militar. Pronto o trabalho, foi apresentado aos ministros militares, que despacharam, encaminhando-o ao ministro da Justiça para apreciação e redação final.

A 29 de setembro, a nova Lei de Segurança foi promulgada, através do Decreto-lei nº 898, definindo os crimes contra a segurança e contra a ordem política e social.

O presidente Costa e Silva tinha determinado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral que fizesse a reformulação do Decreto-lei nº 200/67, que introduziu a reforma administrativa no País. A sua determinação era conseqüência de sugestões dos vários ministérios, dos gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, que no decorrer da aplicação da reforma administrativa sentiram necessidade de modificá-la em alguns aspectos.

A Secretaria do Conselho de Segurança Nacional também sugeriu modificações na doutrina de segurança e a necessidade de se ajustar o que estabelecia o Decreto-lei nº 200 à emenda constitucional que ia ser promulgada. Da mesma sorte, o capítulo "Forças Armadas" também precisava concordar com o que estava inscrito naquela emenda constitucional.

O ministro Hélio Beltrão fez um trabalho paciente e bem-orientado, compulsando as sugestões dos diferentes ministros e órgãos presidenciais e apresentou aos ministros militares o projeto de modificação do Decreto-lei nº 200.

A 29 de setembro, foi assinado o Decreto-lei nº 900, modificando várias disposições da reforma administrativa, que a tornaram mais exeqüível e flexível.

O presidente melhorava a cada dia e os médicos assistentes sentiam-se felizes com o progresso de sua recuperação e a declaravam nos boletins que emitiam. Os interessados em tumultuar a situação, com vistas à substituição do chefe do governo, continuavam não dando crédito às informações da sua melhora e propalavam que ele estava incapacitado para voltar ao cargo.

O comandante do I Exército, imbuído de ser o dono da verdade, procurava através dos seus assessores boicotar as notícias de melhoras do presidente, tentando impedir a publicação dos boletins médicos que davam aquele progresso.

O ministro Lyra Tavares havia cometido o erro de dar ao general Sizeno o controle de imprensa, nos Estados de jurisdição do I Exército e,

por isso, mostrava-se apreensivo, sem condições de tirar-lhe aquela atribuição.

Na Marinha e na Aeronáutica, a situação era diferente, porquanto nenhum almirante ou brigadeiro estava aspirando à Presidência da República e acreditava na palavra dos seus ministros.

Naquele final de setembro, o ministro Lyra Tavares reuniu o Alto-Comando do Exército para tratar de assunto específico da Força e aproveitou a ocasião para transmitir aos generais o estado de recuperação do presidente.

O general médico dr. Olívio Vieira Filho, que estava presente, manifestou o seu ponto de vista contrário, porquanto na sua visita, uma semana atrás, não o achara bem e considerava difícil a sua recuperação a curto prazo.

O ministro Lyra Tavares o contraditou com a informação que recebera com os outros ministros militares dos médicos assistentes e pela observação pessoal durante a visita que fizeram ao doente.

O general Antônio Carlos Muricy, também vislumbrando ser o substituto do chefe de Estado, entrou no debate em apoio ao general Olívio, pois dizia ter outras informações que não combinavam com as transmitidas pelo ministro Lyra.

O general Emílio Médici, presente à reunião, quando alguns generais disseram que a situação do País era difícil e mesmo insustentável pelo governo ("junta"), não concordou, sendo apoiado pelo general José Canavarro, comandante do II Exército. Este dizia não concordar com os outros generais, pois sua área de comando estava tranqüila.

O general Médici, brincando, disse que os II e III Exércitos formavam o "23" e nada poderia acontecer, pois estavam no mesmo pensamento.

O general Alfredo Malan, comandante do IV Exército, há pouco tempo no cargo, pintou uma situação dramática no seu comando. O general Médici perguntou-lhe se alguma das suas unidades já se haviam levantado contra o governo. Ele, embaraçado, teve que responder: "Ainda não."

O general Muricy propôs que o Alto-Comando designasse três dos seus membros para fazer apreciação da situação do País e apresentar uma solução, de vez que o presidente não poderia retornar ao seu cargo em curto prazo e o governo dos ministros militares estava perdendo substância, não tendo condições de se prolongar. A proposta entrou em debate e foi aprovada, sendo escolhidos o próprio general Muricy, o general Jurandyr Mamede e o general Médici para constituírem a comissão com aquela finalidade.

O ministro do Exército resolveu convocar nova reunião para apreciar a conclusão do trabalho dos três generais, logo que tivesse ultimado. O resultado daquela reunião do Alto-Comando do Exército foi comunicado

pelo ministro Lyra Tavares aos ministros Rademaker e Márcio na minha presença. Surpreenderam-se eles com a decisão de examinar a situação do País para que eles pudessem continuar ou não governando. O general Lyra procurou explicar a intenção dos generais, mas os seus argumentos não convenceram aos outros seus colegas e a mim.

O presidente Costa e Silva não falava mais. E só ouvia o que convinha à junta militar que ele ouvisse. Não decidia mais. A junta militar empolgara-se pelo poder e dele dispunha até que se resolvesse o impasse da substituição do presidente, já julgado imprestável para a função. As várias hipóteses e propostas de uma solução constitucional haviam sido arredadas. O vice-presidente da República, deputado Pedro Aleixo, fora vetado nos termos duros da entrevista com o ministro da Marinha. "Não merecia a confiança das Forças Armadas que haviam tomado conta do poder", nem os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal mereceram este crédito de confiança. Assim as experiências ocorridas na História da República: Floriano substituindo Deodoro; Manoel Vitorino substituindo Prudente de Morais; Nilo Peçanha substituindo Afonso Pena; Delfim Moreira substituindo Rodrigues Alves; Café Filho, depois, Carlos Luz, depois Nereu Ramos, substituindo Vargas; João Goulart substituindo Jânio Quadros; Ranieri Mazzilli substituindo Jânio e Jango. A Constituição, mais do que o Congresso, entrara em recesso. O poder militar auto-investido ditava as leis e as executava.

Havia um acordo de cavalheiros, ou de oficiais, para que nenhum dos três ministros se candidatasse. Assim ficava afastada, de início, a candidatura do ministro da Guerra, o condestável dos regimes fortes, o herdeiro presuntivo das ditaduras, o indicado natural na sucessão de Vargas e de Castello Branco. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica não tinham possibilidades de presidir a Nação, como chefe supremo das Forças Armadas, incluindo o Exército.

Na regência militar, que se estendeu por setembro e outubro, informa o general Jaime Portela, os ministros Rademaker e Márcio, como eu também, perceberam que o general Lyra havia perdido o controle do Exército, porquanto os generais do Alto-Comando, na sua maioria, já não obedeciam. Combinaram então sair para uma outra linha de ação, que seria: o impedimento definitivo do vice-presidente Pedro Aleixo e a escolha de um general para vice-presidente. Nesse acaso, o escolhido assumiria o governo, em lugar dos ministros militares.

Abordei o ministro Lyra Tavares para que ocupasse a vice-presidência com o impedimento definitivo do dr. Pedro Aleixo. Assumiria o governo até o restabelecimento do presidente enfermo. O general Lyra fez algumas considerações e recusou a indicação. Porém, não me dei por vencido e falei aos ministros Rademaker e Márcio para o convencerem a

aceitar a vice-presidência. Eles tentaram de toda a sorte influenciar o general Lyra na indicação para vice-presidente, mas ele declinou sob a alegação de que sua saúde estava até mesmo abalada com os últimos encargos.

Pensei em levantar o nome do general Emílio Médici para substituir o vice-presidente Pedro Aleixo, pois havia pertencido à equipe do governo, como chefe do SNI, e era amigo e pessoa de confiança do presidente Costa e Silva. Conversei sobre o assunto com os três ministros militares e todos acharam que seria uma boa solução. Tinham que aproveitar a sua permanência no Rio de Janeiro, onde participaria das reuniões da comissão designada para apreciar a proposta do general Muricy, conhecida como a "Comissão dos 3 M".

O general Médici foi ao Palácio das Laranjeiras para ter notícias do presidente e visitar seus ex-companheiros de governo. Eu já estava preparado para abordá-lo sobre a indicação de seu nome para a vice-presidência da República e convidei-o para uma conversa reservada. Mostrei-lhe as intenções dos outros generais, que era a de se aproveitarem do afastamento temporário do presidente Costa e Silva e assumir o governo, impedindo-o definitivamente por incapacidade física. Disse-lhe que os ministros militares aceitavam o seu nome para a vice-presidência, passando-lhe o governo, o qual ficaria exercendo até o restabelecimento do presidente enfermo. Ele apresentou uma série de argumentos contrários, inclusive de saúde, pois não desejava que lhe acontecesse o mesmo que acontecera ao presidente Costa e Silva. Retruquei-lhe, dizendo que ele não poderia ter aquela prevenção, pois estava bem e o cargo de chefe do governo não dava azar a quem o assumisse. O caso do presidente, como ele sabia, fora um acidente de ordem neurovascular.

A certa altura, vendo baldado os meus argumentos, aduzi que o presidente Costa e Silva ficaria satisfeito em vê-lo substituindo e, quando viesse a recuperar-se, por certo não iria querer mais voltar ao cargo e o general Médici concluiria o seu mandato.

Ainda mais que os médicos asseguravam que ele só teria uma recuperação útil ao fim do terceiro mês de tratamento.

Lembrei-lhe que, como ele bem sabia, o presidente era um homem simples e desprendido, que considerava a Presidência um fardo pesado e estava sempre contando os dias para voltar à sua vida de marechal reformado, livre das onerosas responsabilidades da função. Aduzi que ele sempre dizia que o seu grande dia seria aquele em que passasse a ser chamado de ex-presidente, como o marechal Dutra, cercado do respeito dos seus concidadãos e dos seus amigos.

Nenhum argumento convenceu o general Médici. Disse-me, por fim, rindo, "que procurasse um outro companheiro". Quando lhe fiz ver que outro nome aceitável só poderia ser o general Lyra, mas este já havia de-

clarado, em conversa com os ministros Rademaker e Márcio, que não aceitaria ser indicado. Portanto, o único nome aceito por todos seria o dele, Médici.

Não conseguindo convencer o meu ex-companheiro de governo, fiquei sem alternativa. Mas enquanto o general Médici ficou conversando com o dr. Rondon Pacheco e outros assessores dos gabinetes presidenciais, fui falar à esposa do presidente, que sabia da conversa que eu teria com o general Médici sobre o assunto da vice-presidência.

Informei a d. Yolanda que o general Médici não aceitava a indicação para a vice-presidência, que conversara com ele há cerca de duas horas e não conseguira convencê-lo que se lançasse o seu nome. Pedi-lhe então que tentasse convencê-lo a aceitar, aduzindo novas considerações. Ele iria visitá-la, embora não se sentisse preparado emocionalmente para ver o presidente.

O general Médici esteve com a esposa do chefe do governo, conversou longamente, ela tentou de todas as maneiras convencê-lo a aceitar a sua indicação para a vice-presidência da República, mas nada conseguiu.

No dia seguinte, o general Médici, após reunião com os companheiros da "Comissão dos 3 M", voltou ao Palácio das Laranjeiras. Aí, eu tive nova conversa reservada, tentando mais uma vez convencê-lo a aceitar a indicação, usando de novos argumentos. Mas o homem estava intransigente e não consegui demovê-lo da posição tomada.

As dificuldades que a junta encontrava para sair do impasse favoreciam o boato de que a junta militar arquitetava a institucionalização, definitivamente, no poder até 1971, término do mandato do presidente Costa e Silva. A versão é mencionada por Carlos Chagas, comentando que a notícia era para acirrar os ânimos dos militares que acreditavam em um ato excepcional *legalizando* a situação no dia 7 de setembro: "O general Albuquerque Lima foi dos que acreditaram nessa versão."

Dia 5 de setembro, sexta-feira, a ebulição é completa e a junta militar não dá sinais de estar preparando sua imediata substituição. Afonso procura Muricy em seu gabinete, no Ministério do Exército. Quer uma conversa franca.

Fala da necessidade de o novo presidente ser escolhido de imediato, o mais breve possível, com a mais ampla participação das Forças Armadas. Frisa que o substituto do marechal Costa e Silva deve ter o consenso geral e o apoio do Exército, Marinha e Aeronáutica, cúpulas e bases; que não poderá ser imposto pelas cúpulas e nem surgir como indicação de apenas uma parcela das bases. Ressalta mais uma vez o seu repúdio a fatos consumados e a imposições. E passa a algumas análises de ordem geral: os chefes não poderão ser ultrapassados por suas bases. O nacionalismo precisa aparecer como constante revolucionária, princípio básico a

pautar todas as ações. Há necessidade de um programa revolucionário de metas.

– Tudo isso – disse o general Afonso ao general Muricy – eu venho pregando a quantos me procuram. São essas as recomendações que faço, de peito aberto, sem manobras ou insinuações.

Ainda outro tema de conversa: Afonso acrescenta que a situação do general Moniz de Aragão, sem comando, e do coronel Boaventura Cavalcanti, degradado, deve ser objeto de imediata revisão revolucionária. Tratam-se, em seu entender, de pontos de estrangulamento e de crise na situação militar. De viva voz, pede a Muricy que leve suas ponderações ao ministro do Exército. Que seja portador, também, de uma solicitação: ele deseja avistar-se pessoalmente com o general Lyra Tavares.

No dia 7 de setembro, na formatura comemorativa da independência, há um fato narrado por Carlos Chagas.

Por que Pedro Aleixo não renunciou imediatamente, após a participação de que não assumiria? A pergunta, formulada na ocasião, persiste hoje, e até de forma pejorativa.

A resposta é simples: não renunciou para não ceder. Para não tornar as coisas mais fáceis. Para não dar pretexto a que se dissesse, depois, ter facilitado o caminho para soluções institucionais acima da Constituição. Ficou com o presidente, como seu vice, até que se consideraram extintos os seus mandatos e interrompida a linha de sucessão, que ia até o presidente da Câmara, o presidente do Senado e o presidente do Supremo Tribunal Federal.

Durante o tempo que vai de sua chegada a Brasília até a extinção de seu cargo, o dr. Pedro deixou de freqüentar o gabinete que possuía, no Congresso. E irá mais tarde devolver a ajuda de custo a que tinha direito, naqueles dias.

Para sair completamente de cena, ainda um episódio envolvendo o vice-presidente: a parada de 7 de setembro, a que ele compareceu, em Brasília, presidindo-a e recebendo as continências e homenagens maiores da tropa. Depois de ter chegado ao Rio, um portador do comando militar sediado na Capital entregou-lhe o convite para a parada. Se não fosse daria motivos a que se dissesse ter desprestigiado as Forças Armadas ou sucedâneo.

A crise militar progredia. Na noite de 6 de setembro, quando a Rádio Nacional programava o jogo de futebol entre o Fluminense e o América, o locutor foi substituído, de repente, por uma voz apressada, lendo uma proclamação subversiva, conclamando o povo e militares a protestar contra a solução já encaminhada contra o seqüestro: "Atenção povo. Aqui falam os pára-quedistas, insurgindo-se contra a entrega de prisioneiros subversivos . . ."

Mais de 20 oficiais, pára-quedistas, sargentos e praças da Brigada de

Artilharia Aerotransportada, em verdadeira operação de guerra, invadiram os transmissores da rádio oficial do governo, em Parada de Lucas. Logo providências foram tomadas e o Corpo de Fuzileiros Navais retomou os transmissores da Rádio Nacional, quando já os outros militares se haviam retirado. Dali, os invasores dirigiram-se à Praia Vermelha, onde havia uma reunião de oficiais-alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, àquela hora, pedindo a presença de seu comandante, general Paulo Couto, para orientação e explicação sobre a crise. Chegaram fardados e armados, mas se retiraram logo para suas unidades.

O movimento de inconformismo no meio militar centrava-se na pessoa do general Albuquerque Lima. Há reuniões freqüentes na residência desse oficial, uma troca de correspondências, nem sempre amistosa, com o ministro da Guerra, general Lyra Tavares.

Por essa ocasião, era considerada uma proposta do general Antônio Carlos Muricy, ao Alto-Comando. Segundo depoimento do general Jaime Portela:

A proposta do general Muricy ao Alto-Comando era conseqüente de um trabalho que ele mandara proceder no Estado-Maior do Exército, sob a direção do general Reynaldo Melo de Almeida. Dizia que o momento exigia um presidente investido de plena autoridade e que se impusesse pela sua capacidade de liderança, de independência e de plenitude física, o que não poderia ocorrer mais com o presidente Costa e Silva, mesmo porque a sua recuperação não se faria em prazo curto. Por isso, sugeriu que se tratasse da substituição do presidente, pois o governo não poderia continuar sendo exercido pelos ministros militares. Era uma sugestão, dizia o proponente, "objetiva, realista, serena e desinteressada", pois visava aos melhores destinos do País. Dizia ainda que o presidente a ser escolhido deveria contar com o apoio das Forças Armadas e a escolha se processaria através de consulta aos oficiais-generais, em reunião restrita, em cada uma das Forças. Aludia também que se deveria evitar o acirramento dos ânimos entre os adeptos dos candidatos, para não provocar a eclosão de desentendimentos entre as correntes formadas em apoio.

Recomendava, bem assim, que uma vez realizada a escolha do nome, dever-se-ia submetê-lo ao Referendum do Congresso para legitimá-lo como presidente. Lembrava que, se a legitimação não fosse feita pelo Congresso Nacional, o novo presidente seria acoimado de militarista, o que se deveria evitar pelas repercussões negativas que teria tanto interna como externamente. Ademais, iria dificultar o restabelecimento da plenitude democrática, o que comprometia o prestígio das Forças Armadas. O Congresso teria o recesso levantado e deveria ser convocado para formalizar aquela escolha. Sugeria, também, que a duração do mandato do

novo presidente deveria ser por um período de quatro anos, adicionando-se o restante do tempo que restava ao presidente enfermo.

É oportuno lembrar que o general Muricy fora um dos generais mais ardorosos no 13 de dezembro de 1968, quando propugnava pelo fechamento do Congresso e achava que o presidente Costa e Silva estava vacilando em se decidir. Mas, com o advento da enfermidade do chefe de governo, ele via a sua candidatura em pauta, tanto que se apressou em elaborar a proposição para o impedimento. É preciso que se recorde que ele não fora favorável à candidatura do presidente Costa e Silva, pois era da linha dos correligionários do presidente Castello Branco.

Da mesma forma, o general Reynaldo Almeida, encarregado de elaborar a proposta, não fora adepto daquela candidatura e jamais se ligou aos companheiros assessores do presidente, embora tivesse sido promovido pelo presidente Costa e Silva a general-de-divisão.

A proposição concluía dizendo que se deveria ter em vista:

– o levantamento urgente da situação política e militar do País e ter pressa na solução, para evitar agravamento da situação nacional;

– resguardo da figura do presidente Costa e Silva;

– a solução adotada não deveria depender da definição do prazo de habilitação do presidente, para reinvestir-se no cargo;

– deveria evitar qualquer agravamento da situação econômico-financeira, política e social do País e não desfigurar a imagem das Forças Armadas junto à opinião pública;

– deveria contar com o apoio de todos os chefes militares, como se fora a opinião única;

– a escolha dos novos presidentes e vice-presidentes deveria recair em generais integrantes da revolução e merecedores da absoluta confiança das Forças Armadas e que ambos tivessem idênticos pontos de vista;

– a escolha dos nomes não deveria preceder à adoção da solução adotada;

– seriam considerados vagos os cargos atuais de presidente e vice-presidente e feita a ruptura da linha de sucessão prevista na Constituição através de ato institucional baixado a respeito;

– a escolha seria pelo Alto-Comando de cada Força e pelo chefe do Emfa.

O general Muricy sugeriu, por fim, que cada membro do Alto-Comando ali presente, propusesse, após ouvir a sua área de comando, a conveniência de substituir o presidente enfermo. Nesse caso, seria conveniente escolher apenas um vice-presidente para concluir o mandato do presidente doente ou um novo presidente para tirar um mandato completo, acrescido do tempo que restava ao chefe do governo doente.

Mas durante a reunião do Alto-Comando do Exército apareceram algumas sugestões: a reconstituição do comando revolucionário, que assu-

miria o governo de fato, afastando-se a forma adotada de os ministros responderem; a escolha do presidente deveria recair apenas em general-de-exército; a escolha deveria ser objeto de consulta a todos os oficiais-generais; feita a escolha, o Alto-Comando das Forças Armadas daria posse ao escolhido, sem necessidade do referendo do Congresso.

O general Augusto César Moniz de Aragão, que jamais apreciou o presidente Costa e Silva, embora não participando do Alto-Comando, pois se achava sem comissão, fez a esse órgão uma proposta escrita, sugerindo urgência na escolha do novo presidente e que deveria recair no nome de um oficial-general das Forças Armadas.

Era favorável à candidatura do general Afonso Albuquerque de Lima, na ocasião ainda general-de-divisão. Ele receava que prevalecesse a tese da escolha de um vice-presidente e que o presidente enfermo pudesse retornar ao governo, o que lhe seria bem desagradável, pois estava sofrendo a suave punição, pela carta que escrevera, de se encontrar sem comissão.

O general Alfredo Malan também não fora favorável à candidatura do presidente Costa e Silva, que o ressarciu do acesso a general-do-exército. Havia sido preterido, na última promoção realizada pelo presidente Castello, pelo general Ernesto Geisel. Recebera o comando do IV Exército, mas achou que o presidente enfermo deveria ser afastado o mais breve possível, não se devendo perder tempo "com filigranas jurídicas".

O general Sizeno Sarmento, que só merecera considerações do presidente Costa e Silva, também havia sido ressarcido na promoção a general-de-exército (fora preterido da última vez no governo do presidente Castello Branco) e que recebera os comandos dos II e I Exércitos. Mas foi partidário de uma decisão rápida, para afastar os ministros militares do exercício do governo e substituir o presidente enfermo. O general Sizeno era mais ingrato que os outros, pois o presidente o havia feito chefe do gabinete do Ministério da Guerra, após a Revolução, promoveu-o a general-de-divisão e mandou-o para comandar a Força da ONU, na região de Suez. Tinha por ele um carinho todo especial. Acontecia, porém, que guardava a mágoa de o presidente não lhe ter feito ministro do Exército, como esperava.

A verdade é que aqueles generais, sem grandeza e sem reconhecimento pelas atenções que receberam do presidente Costa e Silva, não queriam mais vê-lo de volta ao governo e tinham que aproveitar a oportunidade da doença para afastá-lo de uma vez. O problema todo girava em torno da sucessão presidencial: já estava nos jornais e apareceram os nomes dos candidatos.

A disputa pela sucessão presidencial se desencadearia no começo de 1970 e eles temiam que o presidente Costa e Silva escolhesse um candidato que não os agradasse. Era o momento de impedir que isso ocor-

resse. O nome do ministro Andreazza andava nas manchetes, embora não fosse o candidato do presidente, mas eles temiam que chegasse lá, ou o ministro Jarbas Passarinho. Mas não queriam um candidato com o ranço de coronel, como aqueles ministros e nem mesmo o general Médici, que na ocasião era o mais moderno dos generais-de-exército, embora um deles.

Os ministros da Marinha e da Aeronáutica não se deram por ultrapassados, continuaram comandando as suas Forças, alertas também para o que ocorria no Exército.

Os três ministros prosseguiam nos seus trabalhos diários, no Palácio das Laranjeiras, recebendo os ministros civis e despachando o expediente que lhes submetiam. Os gabinetes da Presidência trabalhavam normalmente, assessorando os ministros militares na tarefa de governar o País.

O Alto-Comando do Exército reuniu-se, novamente, para apreciar o trabalho da "Comissão dos 3 M". Esta havia considerado as sugestões de vários generais e outros oficiais responsáveis pelas diversas áreas de comando. Avaliara com cuidado tudo quanto tinha em mãos, para apresentar proposta condizente com a situação. O que pegava era a maneira de impedir o presidente Costa e Silva, que se recuperava da enfermidade. Isto teria sérios reflexos dentro das Forças Armadas, na opinião pública e no Exterior.

Os membros da "Comissão dos 3 M" não estavam em bons lençóis, especialmente o general Emílio Médici, que era amigo pessoal do presidente enfermo. O general Jurandyr Mamede, homem correto, não alimentava qualquer ambição de cargo e não guardava qualquer ressentimento do presidente, que sempre o considerou. O general Antônio Murici defendia a sua proposição com ardor, pois ambicionava ser o sucessor do presidente enfermo.

À tarde daquele dia, o ministro Lyra Tavares foi despachar, juntamente com os ministros Rademaker e Márcio. Aos seus companheiros de governo, falou sobre a reunião da manhã.

Antes, porém, o general Lyra Tavares foi direto ao Gabinete Militar conversar comigo. Lá se encontrava também o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI, que já sabia do resultado da reunião do Alto-Comando, pois havia estado com o general Médici. O ministro Lyra falou cautelosamente do que ocorrera naquela reunião. Reportando os pronunciamentos dos generais Sizeno, Murici e Malan, interessados no impedimento do presidente enfermo e em fazer reparos ao governo dos ministros militares. Disse que o Alto-Comando se pronunciara pela substituição do presidente por um general de quatro estrelas.

Disse que o candidato deveria ser do Exército e que os generais-de-divisão tinham sido vetados de concorrer à substituição. Havia tendências para a substituição ser por um mandato completo, pois ninguém desejava aceitar o lugar de vice-presidente.

A essa altura da conversa, o general Carlos Alberto Fontoura também se manifestou favorável a que o substituto tivesse o mandato completo. Eu, que não esperava aquela opinião do seu companheiro de governo, disse-lhe que já achava um absurdo a proposta feita no Alto-Comando, para um mandato completo e muito mais me admirava em ouvir dele tal manifestação, em se tratando de um detentor de cargo de confiança do presidente enfermo e que deveria estar interessado em vê-lo recuperar-se e fazendo votos para que pudesse voltar ao governo. Era natural que eu falasse em tom acalorado. Foi quando o general Fontoura se descobriu mais ainda e disse que o general Médici não aceitaria o "mandatinho", isto é, substituir o presidente na qualidade de vice-presidente. Estava evidente que ele já havia trocado idéias com o general Médici, no sentido de só aceitar o mandato completo. Disse-lhe eu que esperava ouvir aquilo de qualquer outra pessoa, mas nunca de um homem que fora escolhido pelo presidente para o alto cargo de chefe do SNI e que gozava de toda a sua consideração.

Afirmei-lhe que jamais poderia supor que ele fosse capaz de achar que o presidente devesse ser impedido, ficando na linha dos generais ambiciosos, quando, naquela ocasião, a sua obrigação era ajudar a se encontrar um vice-presidente, inclusive procurando convencer o general Médici, seu amigo, a aceitar o cargo, conforme eu já fizera dias atrás.

O ministro Lyra Tavares, vendo que o ambiente ficara carregado, pois eu estava indignado com a atitude do general Fontoura, procurou amenizar a situação. Disse que não era candidato nem a "mandatinho" nem a "mandatão". Era favorável a que o general Médici aceitasse a vice-presidência, pelas relações de amizade que tinha com o presidente e se dava muito bem com toda a equipe do governo, da qual já fizera parte.

Continuei batendo-me pela tese da indicação do vice-presidente, mais lógica e de mais respeito e consideração ao presidente enfermo, vitimado no exercício do cargo, o qual vinha exercendo com alta dignidade, dando tudo de si e realizando um governo dos melhores já passados no País. Essa solução era a que os ministros da Marinha e da Aeronáutica consideravam a mais viável e consentânea.

A manifestação do general Fontoura revelara, sem dúvida, que ele havia conversado com o general Médici, e que tentara convencê-lo de adotar a solução do mandato completo embora ainda sem êxito.

Na conversa com os ministros Rademaker e Márcio, o general Lyra não se manifestava à vontade como era do seu temperamento. Queixou-se muito das atitudes dos generais Afonso, Sizeno e Murici, que trabalhavam pelas suas candidaturas antes de uma decisão do Alto-Comando das Forças Armadas.

Convenci-me de que o ministro Lyra Tavares havia perdido o controle do Exército, pois os generais do Alto-Comando, exceção dos generais

Canavarro e Médici, já não o obedeciam. Cada um pensava em si próprio e a maioria querendo ver os ministros militares fora do governo e o presidente enfermo, esbulhado do seu mandato. Comentou com os ministros que era preciso haver entendimento dentro de cada Força Armada e entre elas. Os ministros Rademaker e Márcio ainda comandavam as suas Forças, mas, diante do que estava ocorrendo no Exército, também iriam ser atingidos, certamente. O general Murici dominava inteiramente o Alto-Comando do Exército e o ministro Lyra Tavares estava neutralizado e sem ação sobre o órgão.

A candidatura do general Afonso Albuquerque Lima estava lançada e ganhava muita penetração, até mesmo na Marinha e na Aeronáutica. Embora, já se soubesse que uma pequena ala da Marinha achava que deveria dar o substituto do presidente Costa e Silva, pois o Exército havia dado o atual e o ex-presidente Castello Branco. O ministro Rademaker não se mostrou preocupado com aquela dissidência, pois achava que conseguiria levar a maioria dos almirantes para a solução que o Exército adotasse.

O ministro Márcio Souza e Mello sabia da penetração do general Afonso na Força Aérea, mas ainda não sentira a intenção do lançamento de um brigadeiro, por qualquer facção. Achava que conduziria a maioria dos brigadeiros para o nome que aglutinasse mais prestígio no Exército, como o do general Lyra Tavares.

Os ministros Rademaker e Márcio, após essas considerações, decidiram convocar, com a maior urgência, reuniões do almirantado e dos brigadeiros para tratarem do problema da substituição do presidente, tendo em vista a sugestão do Alto-Comando do Exército.

Para a apreciação do trabalho elaborado pela "Comissão dos 3 M" eu estava tranqüilo quanto à impressão que o general Lyra Tavares levava sobre o estado de saúde do presidente, pois já o havia visitado e recebia, diariamente, informação da evolução da sua recuperação. De outra parte, o general Médici, na véspera à tarde, havia estado no Palácio Laranjeiras e tomara conhecimento do verdadeiro estado do presidente através das conversas que tivera com a esposa, comigo e o capitão médico, dr. Hélcio Simões, seu médico permanente e que também o fora do chefe do SNI.

O documento apresentado pela "Comissão dos 3 M" fazia um preâmbulo com a apreciação do quadro político-militar da ocasião e indicava a solução para o caso, consubstanciada nos seguintes itens:

a) "A vacância do cargo de presidente da República deve ser declarada logo após concretizar-se a declaração de incapacitação do marechal Costa e Silva, por parecer médico, ou pela sua renúncia. Sendo considerada sem funcionalidade a linha constitucional de sucessão.

b) Os mandatos dos novos presidente e vice-presidente devem englo-

bar novo período integral a ser iniciado com a posse.

c) No âmbito do Exército, a indicação dos nomes para o cargo de presidente deve decorrer da decisão do Alto-Comando do Exército, já estabelecida pelo mesmo, levando-se também em consideração a opinião apresentada por escrito por alguns de seus membros.

d) O nome do futuro presidente da República deve ser escolhido pelo Alto-Comando das Forças Armadas e o vice-presidente indicado por aquele e ouvido o Alto-Comando das Forças Armadas.

e) Os ministros militares devem declarar vago o cargo de presidente, bem como suspender a vigência da linha sucessória, reiniciando logo a revisão da Constituição e admitindo que a sua promulgação se faça por eles, ministros, e não pelo governo.

f) Os nomes dos novos presidente e vice-presidente devem ser levados ao Congresso para apreciação e eleição, após indicação pelo Alto-Comando das Forças Armadas."

O documento foi discutido, mas prevaleceu o que estabelecia por decisão do Alto-Comando reunido.

O general Lyra Tavares fez uma declaração de que não desejava ser candidato e que proibia que se levantasse o seu nome.

O general Médici, por sua vez, também declarou que não aceitava ser candidato, pela amizade que dedicava ao presidente Costa e Silva, e ainda, porque sua saúde não estava em condições de enfrentar as durezas do cargo.

Os demais não fizeram qualquer declaração de que não aceitavam a candidatura, permanecendo calados ou fazendo outras considerações.

O Alto-Comando do Exército decidiu, também, que aquelas conclusões deveriam ser levadas aos generais-de-exército situados em todas as guarnições do País. Com base nelas, os comandantes dos Exércitos, os chefes do Estado-Maior do Exército e dos Departamentos e os comandantes militares da Amazônia e de Brasília deveriam fazer sondagens sem indicação prévia de nomes, para informar ao ministro os que teriam maior receptividade.

Um dos membros presentes indagou se os comandos subordinados e os oficiais superiores poderiam ser ouvidos. O ministro Lyra Tavares achou que podiam, mas sem descer aos postos inferiores, pois o que interessava ao Alto-Comando era a impressão dos grandes comandos.

No Alto-Comando do Exército, os generais Alfredo Malan e Olívio Filho eram absolutamente favoráveis à candidatura do general Afonso Albuquerque Lima, que sofria restrição dos demais por ser general-de-divisão. Mas os adeptos do candidato Afonso tomaram conhecimento da sugestão do Alto-Comando aprovando o trabalho da "Comissão dos 3 M" e, já naquela tarde, saíram a campo, fazendo a propaganda do seu

candidato, enviando emissários às guarnições nos Estados e aos quartéis do Rio de Janeiro.

Os partidários do general Sizeno também não perderam tempo e lançaram-se aos quartéis, da área do I Exército, fazendo a sua propaganda.

Os generais Murici e Orlando Geisel não dispunham de grupos de cabos eleitorais, como aqueles outros generais, mas seus partidários trataram de organizar e partir para a luta.

O ministro Lyra Tavares foi para o despacho normal com os ministros Rademaker e Márcio. Chegara bem diferente dos dias anteriores, não mais deprimido, mas no estilo do seu temperamento, alegre e loquaz. Relatou aos seus colegas as conclusões a que chegara o Alto-Comando, na reunião da manhã, aprovando o trabalho da comissão composta pelos generais Murici, Mamede e Médici. Disse-lhes que, naquela reunião, um dos presentes indagou, caso decidida a substituição imediata do presidente enfermo, o que deveria ser feito com ele, uma vez que merecia todo o respeito. Surgiram algumas idéias de mandá-lo para o Exterior concluir o tratamento, na Europa ou nos Estados Unidos, mas prevaleceu a de adotar a solução definitiva somente após a consulta aos generais e comandos. Mas que havia sido levada em consideração a preocupação da maioria com o destino a ser dado ao presidente Costa e Silva. Falou também que, uma vez escolhido o nome dentro do Exército, este seria levado às Forças irmãs, para ser discutido e considerado.

O general Lyra mostrou aos seus colegas uma nota que havia mandado divulgar a respeito da reunião, que dizia: "O Alto-Comando do Exército reuniu-se para completar os trabalhos iniciados na semana anterior, versando sobre assuntos de segurança interna e outros de interesse exclusivo do Exército. Todos, com a mais absoluta união de pontos de vista, examinaram os problemas da atual conjuntura e as possíveis perspectivas de sua evolução."

O ministro do Exército lembrou aos seus dois companheiros a conveniência de ouvirem os seus altos-comandos, sobre a decisão assentada pelo Alto-Comando do Exército. Os dois ministros concordaram com a sugestão e disseram que a levariam à consideração do conselho do almirantado e do comando da Aeronáutica.

Naquela mesma tarde, o general Médici voltou ao Palácio das Laranjeiras, indo direto ao meu gabinete, onde ambos passamos a conversar, em caráter reservado. Contou ao chefe do Gabinete Militar como decorrera a reunião da manhã do Alto-Comando, detalhando os pontos assentados. Disse que havia feito a declaração de que não aceitaria a indicação do seu nome e que iria dizer isto aos generais seus comandados e outros de sua amizade. Lembrou que eu e ele éramos testemunhas do esforço e sacrifício que o presidente fizera para exercer o cargo e que não sentia nenhum estímulo ou vontade para aquele sacrifício, preferindo terminar

os dias no Exército, junto a seus netos no Rio Grande do Sul.

Voltei a insistir com ele para que aceitasse ser substituto, como vice-presidente, embora soubesse que a decisão do Alto-Comando do Exército era pelo mandato completo, com o impedimento do presidente. Lembrei-lhe que o presidente não poderia voltar ao cargo antes de quatro meses, quando estaria em recuperação útil para executar algum trabalho mas, assim mesmo, ainda poupado. Mas que ele o conhecia bem e podia ter a certeza de que não desejaria voltar ao governo, ainda mais se o encontrasse no cargo. Disse-lhe que o nome dele contava com grande simpatia do Exército e que, na Marinha e na Aeronáutica, os ministros desenvolviam um trabalho para apoiá-lo.

Situei-o bem no quadro sucessório, com as atividades desenvolvidas pelos partidários dos generais Sizeno, Orlando Geisel, Murici e Afonso. Dei-lhe ciência do que havia ocorrido nas reuniões do Conselho do Almirantado e do Alto-Comando da Aeronáutica, onde o nome do general Afonso ganhava penetração. E ele sabia que o Afonso não poderia chegar ao governo, pois iria contestar tudo o que fora realizado pelo presidente enfermo. Bem assim o Sizeno, o Murici, ou o Orlando Geisel não iriam dar continuidade ao programa de governo do presidente Costa e Silva, ainda mais que estavam ávidos de um mandato completo.

O general Médici respondeu que não aceitava, pois os laços de amizade que o ligavam ao presidente impediam que o fizesse. Ainda mais, sabia que o cargo era espinhoso e a sua saúde não permitira arcar com as responsabilidades exigidas. Disse que iria voltar para o Rio Grande do Sul e lá aguardaria os acontecimentos.

Lembrei que, em Porto Alegre, o seu nome estava sendo cogitado, até mesmo pela imprensa. Ele disse que isso era real e até mesmo a televisão tentara obter dele uma declaração. Negou-a e impediu que os seus auxiliares e amigos o fizessem.

Voltei a insistir, dizendo-lhe que seria o único capaz de dar prosseguimento à política do presidente Costa e Silva e não deixaria que levassem certos ministros ao pelourinho e a família presidencial a alguns vexames. E, mais uma vez, lembrei-lhe que o presidente ficaria satisfeito em saber que ele tinha sido o escolhido para substituí-lo. E que não tivesse dúvida. Ficaria no governo até o fim do mandato.

Como soubesse que a idéia do Alto-Comando era o impedimento com o mandato completo, lembrei-lhe que poderia ser o sucessor do presidente no período seguinte, dando-se-lhe um "mandatão". Tornar-se-ia elegível, através de Ato Institucional, para um novo período. Ele permaneceu na tese da recusa. Contou, porém, que quando a televisão em Porto Alegre falava em seu nome, ele ficava irritado, mas que um dos seus filhos disse que queria ver até onde ele iria resistir; não estava pleiteando nada e não via por que não aceitar a indicação.

Mas que lhe respondera que não aceitaria.

Aproveitei a informação e voltei à carga, reforçando com novos argumentos. Nada, porém, consegui.

O general Médici disse que o ministro Lyra Tavares era o nome ideal, mas que fechara a questão, não aceitando a sua indicação. Havia outros nomes a considerar. Lembrei-lhe que esses nomes não seriam convenientes ao governo e que o general Afonso era o que estava com mais possibilidades, e seria um desastre.

Fomos os dois para o andar superior, pois ele queria despedir-se de d. Yolanda. Deixei-os a sós, então. Ela voltou a tratar do problema com ele, insistindo para que aceitasse a vice-presidência; ele porém, foi categórico, dizendo que não desejava.

D. Yolanda convidou-o a visitar o presidente, mas ele disse que ainda não estava emocionalmente preparado para vê-lo; que o faria da próxima vez que viesse ao Rio.

O general Médici voltou ao meu gabinete, onde se encontravam vários ministros e com eles manteve animada palestra, sem falar em sucessão. Despediu-se de todos e eu o acompanhei até o automóvel.

Voltei a falar com a esposa do presidente e indaguei-lhe como achara a disposição de Médici. Respondeu-me que ele não queria mesmo e achava que a sua recusa era uma questão de escrúpulos, pelos laços de amizade que o ligavam ao presidente. Foi quando lhe disse da impressão de que ele não queria aceitar a vice-presidência mas que, pela conversa que tivera na véspera, com o general Carlos Alberto Fontoura, ficara a idéia de que só aceitaria o mandato completo e que não estava sendo sincero, nem com ela nem comigo. De qualquer sorte, ficava a esperança dele aceitar o mandato completo; era preferível, a cair o governo nas mãos de outros candidatos.

No dia seguinte, o general Médici regressou a Porto Alegre, onde, segundo ele, "aguardaria os acontecimentos".

Menos minucioso que o chefe da Casa Militar, o jornalista Carlos Chagas apresenta uma versão mais conclusiva para a escolha do sucessor de Costa e Silva: "Estava em campo a prévia eleitoral sugerida pela "Comissão dos 3 M", destinada à escolha de nomes. Pedia-se a cada oficial-general das três corporações que, por escrito, apontasse três oficiais-generais de Exército em condições de assumir a Presidência da República, para um período de quatro anos e meio de governo.

Na Marinha e na Aeronáutica não existiram maiores dificuldades para sua realização, pois simples reuniões do Alto-Comando da Aeronáutica e do Conselho do Almirantado no Rio, bastaram para as definições. Os ministros comandaram os pleitos. Na Marinha os mais votados foram Afonso Albuquerque Lima, Garrastazu Médici e Antônio Carlos Murici, mas a votação do ex-ministro do Interior foi espetacular. Dos 65 almiran-

tes, 42 votaram no general Afonso e, ao todo, 59 sufragaram seu nome. O general Médici teve 7 votos, o general Murici, menos ainda. Foi votado, também, o almirante Rademaker. Na Aeronáutica, Garrastazu Médici, Orlando Geisel e Afonso Albuquerque Lima, mais ou menos em igualdade de condições.

Viam-se assim dois nomes como constantes, enquanto os outros variavam – sinal que influiu nos resultados.

Quanto ao Exército, o ministro apelou para os quatro comandantes do Exército. Era impossível trazer ao Rio todos os 107 oficiais-generais em serviço no País, e cada comandante em sua sede, reuniu o eleitorado sob suas ordens. Os grupos eleitorais do Exército, especialmente as chamadas grandes unidades, antes dos seus votos, enviaram opiniões globais sobre a conjuntura e as soluções.

Um fato: o general Garrastazu Médici, em Porto Alegre, manda chamar os generais do III Exército, dando-lhes conta da prévia. Ao mesmo tempo, transmite-lhes a ordem, por escrito, do general Lyra Tavares, negando aceitar sua candidatura e proibindo terminantemente que se votasse em seu nome. E acrescenta:

– Eu, como comandante do III Exército, faço minhas as palavras do general Lyra. Os senhores estão proibidos de votar em mim.

O general João Baptista Figueiredo, hoje chefe do Gabinete Militar, dá um passo à frente:

– General, eu peço demissão de minhas funções de chefe do seu Estado-Maior. Vou desobedecer sua ordem e não gostaria de fazê-lo ocupando cargo de sua confiança.

Todos os outros generais presentes o imitam acentuando que votarão no general Médici.

Se na Marinha e na Aeronáutica votaram apenas almirantes e brigadeiros, no Exército, a critério de cada chefe, estabeleceram-se exceções . . . No Rio, especialmente em unidades mais afastadas do centro da cidade, em poucos casos a prévia desceu à oficialidade jovem, em tom consultivo, não decisório.

Os nomes, tanto no Exército como na Marinha e na Aeronáutica, foram formalmente definidos sem prioridades, mas o simples ato de votar, apontando os três, não deixa dúvida sobre a preferência de quem vota. O critério de somar-se os três votos de cada eleitor, em colunas separadas, deu logo a precedência. No Exército, saíram os nomes dos generais Garrastazu Médici, Orlando Geisel e Antônio Carlos Murici. Além de o mais votado nominalmente, o comandante do III Exército era o único indicado em todos os três resultados.

Os partidários do general Afonso Albuquerque Lima insurgiram-se contra dois fatos: o das consultas, no Exército, não terem sido levadas até o nível de oficialidade, ficando só nos generais, à exceção da Guanabara,

Estado do Rio, e Minas, e a divisão dos setores de votação que reuniram os 107 generais votantes de todo o País em discutíveis grupos eleitorais de influência. A Escola Superior de Guerra, por exemplo, apesar de subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas constitui uma unidade à parte, mas o Comando Militar da Amazônia, para fins de votação, é englobado no gabinete do ministro. A divisão dos setores, entre eles os quatro Exércitos, segundo os afonsistas, encobriu manobra do general Lyra Tavares para derrotar o ex-ministro do Interior, evitando que seu nome surgisse entre os três primeiros, no Exército.

Marcada para segunda-feira, dia 29, nova reunião do Alto-Comando do Exército. Examinar-se-iam os detalhes finais da mecânica sucessória, acertando-se em definitivo o mandato do novo presidente.E se apreciaria lista tríplice resultante da votação nos quatro Exércitos para ser então levada ao Alto-Comando das Forças Armadas, juntamente com os resultados da Marinha e da Aeronáutica. Na véspera, um primor de sutileza na nota que anunciou a agenda dos trabalhos: "Abertura: apreciação e aprovação da Ata da 45ª reunião; palavras do ministro, prosseguimento dos trabalhos da 45ª reunião; assuntos gerais; encerramento."

Durou 2h30m, iniciada às 9 horas. Segundo informação oficial liberada depois, decidiu-se encaminhar a lista tríplice ao Alto-Comando das Forças Armadas. Tudo concluído.

Resolveu-se, ou pelo menos surgiu naquela manhã, na sua forma final, a resposta para incômodo problema: o que fazer com o presidente, tornada necessária a interrupção de seu mandato? A perspectiva de se lhe concederem honras de chefe de Estado até o término de seu mandato real, a 15 de março de 1971, bem como um subsídio mensal igual ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal, deu bem a tônica de delicadeza da questão. Ainda mais quando se procurou, depois, fórmula genérica que disciplinasse o caso passado, de doença no exercício do cargo. O parágrafo único do artigo 184, das disposições transitórias da Constituição – versão Junta Militar – veio comprovar a existência de grande constrangimento, pois estabeleceu que "se o presidente da República, em razão do exercício do cargo, for atacado de moléstia que o inabilite para o desempenho de suas funções, as despesas de seu tratamento médico e hospitalar correrão por conta da União".

Foi um dia depois da reunião do Alto-Comando do Exército que se reuniu o Conselho do Almirantado, que, como em oportunidades anteriores, não concedeu a ninguém a prerrogativa de falar pela Marinha, sem prévias consultas e exames dos assuntos em debate.

Quarta-feira, dia 1º, o general Médici regressa a Porto Alegre, praticamente como o novo presidente da República, embora ainda continue indeciso, quanto à aceitação do cargo. Antes de tudo acertado, irá pronunciar-se, renunciando à indicação.

Mais do que qualquer outra escolha, a fixação majoritária no nome do general Médici ajustou-se às aspirações da Junta Militar e dos setores ligados ao presidente. Se o seu governo não aparecia como um prolongamento do anterior, agora quase extinto, ao menos não surgiria como sua contestação. A terceira fase revolucionária vai marcar, ou assim se espera, a união, se não de todas as correntes, ao menos de duas principais: castelistas e costistas.

Não se poderá dizer de homem algum que nunca desejou ser presidente da República, rei, imperador, primeiro-ministro ou sucedâneo. Ainda que em sonhos dos tempos de criança, todos já pensaram e desejaram embora alguns, justamente os que chegaram ao poder, façam do sonho a meta principal de suas vidas.

Mas há exceções, e o general Médici foi uma delas. Não planejou, ao longo de sua carreira militar, acabar no terceiro andar do Palácio do Planalto (no quarto ficava o seu gabinete de chefe do SNI). Desde o início, logo nas primeiras semanas, quando começaram a falar de seu nome, ele recusou. Além de uma série de outros argumentos, havia o de sua amizade com o presidente Costa e Silva e o seu constrangimento em interromper o mandato do amigo. Mesmo depois de escolhido relutou e não quis. Terminou aceitando quando o cargo lhe foi apresentado como missão a cumprir. Antes de aceitar, queimou todos os cartuchos da hipótese do presidente recuperar-se e, se não assumir, ao menos participar do processo.

O desfecho agrava o atrito entre os generais Lyra Tavares e Albuquerque Lima. O ministro do Exército respondera, em termos ríspidos às críticas do seu colega. A carta foi levada pelo coronel Moreno, do gabinete do ministro e dizia em um de seus tópicos: "Discordo, portanto, frontalmente da grave implicação que V. Exa. faz a oficiais-generais quanto à falta de seriedade e dignidade no apresentarem ao Alto-Comando a opinião geral de seus subordinados."

Afonso diz a Moreno que Lyra deseja lançá-lo contra o Exército, por meio daquela interpretação tendenciosa. Que o seu passado de lealdade não lhe permite aceitar aqueles termos. Quase na mesma hora, escreve nova carta, uma tréplica amarga. Chama a carta de Lyra de infeliz e acrescenta que jamais se escondeu atrás de meias verdades ou subterfúgios. Termina dizendo "que importa mais uma vez chamar a atenção do destinatário para a gravidade da situação nacional e para a responsabilidade que a ela cabe, como ministro do Exército, no decurso de todo o processo militar-político que atinge profundamente as Forças Armadas."

De tarde, um oficial do gabinete do general Afonso Albuquerque Lima dirige-se ao gabinete do ministro, levando a nova carta. Nem o general Calderari, chefe de gabinete, nem o coronel Moreno, nem qualquer outro oficial tem ordens para recebê-la. O portador volta com a carta,

que àquela altura era distribuída nos meios militares, junto com as anteriores, segundo o general Afonso prometera no último parágrafo.

Alguns generais solidarizaram-se com Afonso Albuquerque Lima. O comandante da Vila Militar, João Dutra de Castilhos, foi um deles.

Logo depois de enviar a carta ao ministro do Exército, o general Afonso de Albuquerque Lima decide comunicar-se com o general Médici. Quer acentuar que nada existe de pessoal, entre eles, e que sua contestação refere-se a métodos, não a pessoas. Como levar uma carta a Porto Alegre, no entanto? Mandar um portador especialmente para isso custará muito dinheiro, pois teria de fazê-lo por meios pessoais, e uma passagem de ida e volta à capital gaúcha vai para mais de um milhão.

Por coincidência, alguém diz que o coronel Baéri está de viagem marcada para lá, e é amigo pessoal do chefe do Estado-Maior do Comandante do III Exército, general João Baptista de Figueiredo. Não leva propriamente uma carta. É mais um bilhete, um recado informal, onde Afonso acentua que as críticas de Lyra não são pra atingir pessoalmente a Médici, um homem honrado.

* * *

Em Porto Alegre, Médici recebe o bilhete de Albuquerque Lima e a cópia de suas cartas a Lyra na manhã do dia 4 de outubro. Era, aquele momento, mais um argumento que buscava para desistir. Para não aceitar a Presidência da República, que nunca desejou. Naquele dia, dirige telegrama a Afonso que, no entanto, apenas irá recebê-lo dia 6.

"Acuso recebimento de sua carta. Acabo de dirigir rádio ao general Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, afirmando-lhe que no momento em que está para se reunir o Alto-Comando das Forças Armadas, reafirmo meu desejo veemente de não ver meu nome indicado por esse Alto-Comando, mormente agora que surge a contestação do general Afonso Albuquerque Lima, que relata possuir o apoio de inúmeros generais e almirantes. Reafirmo meu apoio a qualquer solução adotada pelo Alto-Comando. Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército."

No mesmo dia 6, o general Afonso responde ao telegrama de Médici:

"Acuso recebimento de rádio no qual V. Exa. transcreve mensagem dirigida ao general Orlando Geisel. Embora lacônico para comigo, quero afirmar mais uma vez ao prezado chefe e amigo que não faço nenhuma restrição ao seu digno e honrado nome, bem como às suas atitudes recentes. Apenas por convicção e certeza de grande inquietação reinante em conseqüência de distorções existentes no processo de consulta e outros fatos a ele interligados é que fui levado a assumir plena responsabilidade pela carta. Considero a contestação que fiz válida, em primeiro lugar para minha pessoa, que não aceitará nenhuma forma de poder pela sim-

ples ambição do poder. Da mesma forma continuarei a empregar todo o meu esforço para evitar qualquer maior divisão das Forças Armadas e reafirmo veementemente nenhuma imputação grave fiz a seu nome nem a oficiais-generais indistintamente, conforme texto de minha segunda carta ao senhor ministro do Exército e da qual lhe mandei cópia. Lamento profundamente qualquer outra interpretação de minha atitude franca, leal e sincera para com meus pares e apenas desejo, como o prezado chefe, chegar a uma alta e escorreita escolha que dê ao indicado a força moral e física para bem governar o País e restabelecer a unidade e coesão nas Forças Armadas. General-de-divisão Afonso Albuquerque Lima."

Tanto o general Geisel quanto o ministro Lyra Tavares dirigiram telegramas ao general Médici, procurando dissuadi-lo de não aceitar a missão de chefe supremo da Revolução. Seus telegramas seguiram no mesmo dia 4, e há quem veja relação de causa entre a sua preocupação diante do comunicado do general Médici e a demora com que o general Afonso recebeu o seu telegrama. Entre um e outro, um fim de semana que proporcionou aos antiafonsistas condições para organizar um esquema de ação, caso se concretizasse, mesmo, a decisão do general Médici de não aceitar.

Generalizavam-se as contestações. No Rio, amigos do general Sizeno Sarmento de novo sugerem-lhe que declare a Presidência da República vaga, de pleno direito, e a assuma, em nome da Revolução. Afinal é o I Exército quem comanda todas as ações de fato na Guanabara. Ele não aceita."

O ÚLTIMO A SABER

CAPÍTULO VI

O comando militar, que se apossara da Presidência da República, havia deliberado, em conseqüência, o impedimento do vice-presidente, quebrando, ainda uma vez, a linha da sucessão constitucional. Na verdade, o poder militar situava-se acima da Constituição porque nenhum de seus artigos, inúteis, porque desrespeitados, permitia que, na vacância, por doença do presidente da República, não o substituíssem, sucessivamente, o vice-presidente, eleito com ele, exatamente para substituí-lo; o presidente da Câmara dos Deputados; o presidente do Senado Federal; o presidente do Supremo Tribunal Federal. Reforçando aquele dispositivo a República firmara, sem exceção, a doutrina constitucional.

Quem tudo pode pode tudo. Acordes em não serem candidatos, os três ministros militares ordenaram a escolha, sem consulta alguma, nem ao Colégio Eleitoral nem às forças políticas, representadas no Congresso. Foi uma decisão tomada no Alto-Comando que selecionou os que tinham oportunidade de opinar. Assim, até nos círculos militares houve limitações, pois, quando uma maioria maciça de oficiais escolheu o general-de-divisão Afonso Albuquerque Lima, o seu nome foi afastado, em nome da hierarquia. Um general de três estrelas não poderia ser, na qualidade de presidente da República, o chefe supremo das Forças Armadas, comandando oficiais-generais de quatro estrelas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Este estranho critério, inovação curiosa nas escolhas presidenciais,

tornar-se-ia um imperativo mais respeitado do que o dispositivo da sucessão constitucional. Ao general de quatro estrelas, que ocupava a Presidência da República, Arthur da Costa e Silva, tinha de suceder um general de quatro estrelas, comandante do III Exército, Garrastazu Médici; a Médici sucederia outro general de quatro estrelas, Ernesto Geisel. Quando se cogitar da sucessão de Geisel e como surgira o candidato *in pecto,* general João Baptista de Oliveira Figueiredo, como este só tivesse três estrelas, far-se-á toda uma alteração no Almanaque, "caroneando" tantos generais quantos forem necessários para que o general Figueiredo recebesse a quarta estrela, habilitando-se à candidatura presidencial.

Tudo resolvido, faltava ouvir e ser ouvido o homem que, poucos dias antes, dispunha da soma absoluta de poderes que o regime revolucionário, instaurado a 1º de abril, concedeu aos generais-presidentes. O presidente-general Arthur da Costa e Silva era, de fato, o último a saber.

Preocupados com as complicadas e demoradas manobras sucessórias, os três ministros militares não haviam comunicado a Costa e Silva o seu afastamento definitivo. Eram sua mulher, d. Yolanda, e seu filho, coronel Álcio, que se preocupavam com a reação imprevista do enfermo. O coronel Álcio relutou em aceitar o afastamento definitivo de seu pai. Ele e sua mãe admitiam um novo vice-presidente, eleito, já que o impedimento de Pedro Aleixo era fato consumado. Note-se, de passagem, que Pedro Aleixo jamais renunciou ao cargo e, na condição de vice-presidente da República, na ausência do presidente, compareceu, no lugar de honra, aos desfiles comemorativos do 7 de setembro, em Brasília.

Para os dois parentes mais próximos do presidente uma nova eleição só poderia abranger o final do mandato. Jamais um novo "mandatão", alterando a cronologia das presidências e dando ao futuro ocupante um período presidencial completo.

A luta foi perdida. Não foi difícil aos ministros militares, por intermédio do ministro da Saúde, o médico Leonel Miranda, obter o laudo médico, autêntico e verídico, afirmando, claramente, que a doença decorrera do esforço desenvolvido na Presidência. O que deixava subentendido que a volta ao exercício seria expor o doente a uma recisiva.

Surgia o problema decorrente. Como participar ao presidente?

Como dizer-lhe, sem provocar um abalo perigoso para o seu precário estado de saúde, que fora afastado da Presidência por incapacidade física e haviam dado, à sua revelia, um substituto por tempo integral?

A primeira tentativa é narrada por Carlos Chagas: "A pedido do coronel Álcio Costa e Silva, seu amigo, e aproveitando a viagem do general Portela a Brasília, no dia 5 de outubro, domingo, pela manhã, irá ao Laranjeiras o general Antônio Carlos Murici, chefe do Estado-Maior do Exército. Não está fardado. Depois de longa conversa com d. Yolanda, entra no quarto. A seu lado, o dr. Hélcio. Depois de olhar profunda-

mente o velho chefe, recorda os tempos passados e se apresenta : "Capitão Murici, às suas ordens!" O presidente sorri. O general de viva voz, embargada pela emoção, conta ao presidente os derradeiros episódios institucionais. Fala da preocupação revolucionária das Forças Armadas e da unidade final concretizada em torno de seu grande amigo e colaborador, o general Médici. Refere-se à extraordinária contribuição do presidente à causa do desenvolvimento brasileiro e ao fato de que caiu lutando, na trincheira. Chegara a vez do repouso do guerreiro, agora era recuperar-se e viver para a família, cercado do carinho do País inteiro, cumprindo seu dever para com a Pátria.

Repete-se mais uma vez o drama do presidente: depois dos primeiros instantes de interesse, não quer que o visitante perceba o seu constrangimento. Levanta o polegar esquerdo, como a dizer "está bem, o que vocês decidirem está decidido, eu não sou empecilho a nada". Interessa-se pouco quando Murici fala das honras que lhe caberão.

Um dia antes da visita de Murici, sábado de noitinha, o general Sizeno Sarmento chega ao Laranjeiras, para longa conversa com d. Yolanda. Quer esclarecer e conversar sobre muitos acontecimentos recentes. Desfazer intrigas. E levar sua solidariedade à família do chefe. Não se avista com o presidente, àquela hora repousando, mas conversa bastante com o coronel Álcio, também.

Domingo à tarde o filho do presidente vai ao Ministério da Marinha, para demorado encontro com o almirante Rademaker. Combina com o ministro sua ida ao presidente, no dia seguinte. Pede-lhe que, como integrante da junta, complete o trabalho do chefe do Estado-Maior do Exército.

Uma palavra dos médicos: familiares e assessores preocupavam-se muito em saber como o presidente receberia a notícia de sua substituição definitiva. Temiam a emoção e o prejuízo de seu estado geral. Mas os médicos, não. Uma das peculiaridades da trombose é o progressivo alheamento das coisas. Claro que o presidente se emocionou, ao saber detalhes dos fatos novos. Ao ouvir referências ao seu esforço e à sua ação, que acabaram por levá-lo ao leito. Mas a comunicação não lhe causou mal. Outras despertariam efeitos idênticos, mesmo tão importantes como aquela, e o afetariam nada ou muito pouco.

Segunda-feira pela manhã o almirante Rademaker vai ao presidente, acompanhado do coronel Álcio. A emoção é grande, também.

Deitado, o marechal ouve considerações do almirante: no final de tudo, irá para o seu lugar um amigo participante de sua própria equipe de governo. Que continuará sua obra. As lágrimas caem-lhe pela face. Os olhos do ministro da Marinha também estão vermelhos. Ele não resiste. Chora. É um instante difícil. Imenso. Mas consumou-se tudo. O presidente não ignora mais nada. Depois, d. Yolanda e o filho irão colocando-o a par de outros detalhes.

Conforme seus auxiliares mais imediatos, a começar pelo comandante Peixoto, ajudante-de-ordens, o presidente desanuviou, a partir daquele momento. "Foi como se lhe tivessem tirado um grande peso dos ombros."

Um dia depois, também pela manhã, os ministros militares Márcio e Melo e Lyra Tavares vão ao presidente. Falam da solução Médici. E do dever cumprido por todos.

Um dos traços marcantes da personalidade do presidente era o desejo constante de não tornar-se obstáculo, de não servir como entrave a quaisquer entendimentos ou proposições, os mais pueris, desde que não dependessem dele. Mesmo depois de assumir, gostava do seu joguinho de pôquer, com amigos mais chegados, no fim de semana. Mas curvava-se sempre à imposição dos amigos, em questões de horário. Às vezes, já cansado ou necessitando estudar um assunto grave, falava em terminar a partida, com o que não concordavam os outros. Imediatamente, expressava um "está bem, não falo mais" e continuava à mesa por mais tempo.

Em todos os momentos de sua vida, até nos mais graves, foi assim, e seu filho depõe que assim continuou durante a doença. Muito da sua pressa em despedir os visitantes, depois de fracassada mais uma tentativa de comunicar-se com eles, vinha por conta daquela marca de personalidade. Nas visitas do general Murici e do almirante Rademaker – a impressão e a afirmativa são de Álcio – o presidente exprimiu bem o hábito antigo:inteirado das decisões do Alto-Comando, não quer tornar-se o objeto de constrangimento dos outros. Não quer ser o obstáculo. Muitas vezes, para os mais chegados, que lidavam com ele há muitos anos, determinadas expressões faciais queriam dizer: "Está bem, vão embora, eu não posso fazer nada, façam tudo, eu não interfiro."

"O Alto-Comando das Forças Armadas reuniu-se, ontem, dia 6 de outubro, às 10 horas, no edifício do Ministério da Marinha, para estudar a presente conjuntura nacional, particularmente quanto ao problema da subversão e às implicações decorrentes da enfermidade que acometeu o presidente da República. A análise da situação foi orientada no sentido de resguardar os objetivos da revolução e os seus compromissos com a democracia, tendo em conta que se trata de problemas em que estão em causa os interesses de toda a Nação, sobretudo no campo econômico, social e político. Nesse sentido, foram examinadas as soluções que possam assegurar, em curto prazo, a tranqüilidade e a normalidade da vida nacional para o fim de encaminhá-las, em consonância com os imperativos da segurança e do desenvolvimento do País, sem comprometer os programas gerais já estabelecidos no segundo governo da revolução, sob as diretrizes do presidente Costa e Silva. Tendo sido interrompida a reunião, para atendimento dos despachos normais dos ministros militares, reuniu-se, novamente, às 20 horas, no mesmo local, quando então foi escolhido, por unanimidade, o nome do general-de-exército Emílio Garras-

tazu Médici, como candidato à substituição do presidente Costa e Silva, na chefia do governo. Convocado Sua Excelência o general Médici, para tomar conhecimento dessa decisão, aquiesceu em aceitar a convocação, considerando-a como missão a ser cumprida."

A reunião com o presidente-eleito continuaria nesse dia, ainda no Ministério da Marinha. O Alto-Comando das Forças Armadas não sabatina o general Médici, embora se discutam assuntos relativos à conjuntura: segurança, abertura, perspectivas. O *modus faciendi* das coisas.

Nessa segunda reunião é que o general Médici convida o almirante Rademaker para seu vice-presidente. Criara-se a idéia de que, sendo o presidente do Exército, a Marinha deveria dar o vice, com o que a Aeronáutica concordou. Depois de alguns entendimentos no Alto-Comando das Forças Armadas e, obviamente, com o referendo da Marinha, surgirá o acordo final. O general Lyra e o marechal-do-ar Márcio e Melo apóiam a solução, deixando o companheiro de chapa à vontade.

O almirante Rademaker não aceitou de imediato. Pediu tempo para pensar. Também não desejou o posto, tanto que o problema fica alguns dias em suspenso, até que um seu emissário, o almirante Thedim Barreto, dia 10, voará para Porto Alegre levando carta ao general Médici. Além de aceitar formalmente a indicação, ele tece considerações sobre a temática do novo governo. Coloca-se inteiramente à disposição, para colaborar.

(Antes, durante alguns dias, germinou a ilusão de que o vice-presidente pudesse ser escolhido entre os chamados "anfíbios" do governo, isto é, antigos militares passados para a política, como o general-deputado Costa Cavalcanti e o coronel-senador Jarbas Passarinho. A tese não foi adiante.)

Terça-feira, 7 de outubro, ainda um dia cheio. Pela manhã o general Médici vai ao Laranjeiras. Fardado. Com o dr. Hélcio e o coronel Álcio, entra no quarto. Pela primeira vez, agora como presidente, fita o antecessor. Não falam. A voz falta aos dois. O presidente aperta a mão do general. Quer mostrar-se satisfeito. Concordar. Novamente se esforça. Se pudesse falar ao menos por uma vez. Uma frase apenas. Mas, em vez de palavras, lágrimas. Num e outro. Chama-o de "chefe". Pede-lhe que, novamente, dê as ordens. (A primeira vez foi em 31 de março de 1964, quando comandava a Academia Militar das Agulhas Negras e o então general Costa e Silva, pelo telefone, propõe-lhe aderir ao movimento anti-Jango.)

O encontro não durou mais que cinco minutos. Depois, Médici conversou longamente com dona Yolanda.

No andar térreo, reuniu-se com os três ministros militares e os generais Portela e Fontoura. Examinaram problemas ligados à posse e à mecânica. Como assumiria o governo? Com ou sem a participação posterior do Congresso? Por ato institucional ou declaração da Câmara e do Se-

nado? No fim, a solução é mesmo a clássica: convocar-se-iam a Arena e o Congresso para legitimação do estado de fato. Foi assim com Nereu Ramos, Castello Branco e Costa e Silva.

Naquela noite o novo presidente falará à Nação, pela Agência Nacional, em cadeia de rádio e TV. Suas palavras, mais que em futuros pronunciamentos, calam na opinião pública. Refere-se à integração, ao desenvolvimento e ao desarmamento dos espíritos. À necessidade de não mais se atirar pedras no passado, mas de se usar todas as pedras para se construir o futuro.

Quarta-feira, bem cedo, retorna à capital gaúcha. Lá começará a escolher o seu governo. Reunir-se-á com auxiliares mais chegados e dará entrevista à imprensa. Dia 13, segunda-feira, volta ao Rio. Cercado de chefes militares e políticos, embarca em Porto Alegre às nove horas. Fica no Galeão, na residência do ministro da Aeronáutica, conversando, recebendo, ouvindo. Nesse dia mandará chamar Rondon Pacheco, convidando-o para presidente nacional da Arena.

FORMALIDADES

No dia 14 os ministros militares editam os Atos Institucionais 16 e 17 e c Ato Complementar 71. O primeiro, em oito considerandos, fala da situação do presidente, "atacado de lamentável enfermidade, totalmente impedido para o exercício de sua funções, apesar da lucidez". Refere-se ao laudo reservado do dia 25, onde os médicos acentuaram que ele, "por hipótese recuperado, se reassumisse, ficaria exposto a situações de *stress*, iguais às que contribuíram para sua enfermidade, o que seria irreparável risco para sua saúde". Em seguida, uma grave afirmação: "Considerando que o marechal Costa e Silva, com o conhecimento de sua família, manifestou desejo de que se promovesse a sua substituição no cargo. E que os superiores interesses do País exigem o preenchimento imediato do cargo de presidente da República, em caráter permanente, e que o AI-12 atribuiu aos ministros militares a substituição temporária do chefe do governo."

O artigo 1º declara a vacância da Presidência da República, como vago, também, o cargo de vice-presidente. Fica suspensa, até à eleição e posse do novo presidente, a linha sucessória do artigo 80 da Constituição, que vai até os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal. O artigo 3º: "Enquanto não se realizarem a eleição e a posse do novo presidente da República, a chefia do Poder Executivo continuará a ser exercida pelos ministros militares." Marca-se a eleição para 25 do corrente, pelo Congresso, e a posse para o dia 30. Duração do mandato: até 15 de março de 1974.

O Ato 17 visa a problemas de ordem interna, na esfera militar: permite

a transferência para a reserva, por período determinado, "dos militares que porventura hajam atentado ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional". A medida fala na reintegração posterior do atingido. Dois dias depois, na Marinha, o almirante Melo Batista será transferido por um ano para a reserva, com base no AI-17, como autor do manifesto que contestou a sucessão presidencial.

O Ato Complementar 74 dá honras de chefe de Estado ao marechal Costa e Silva, até 15 de março de 1971, e cria o seu gabinete pessoal, com um chefe, um secretário particular e ajudante-de-ordens, que mais tarde serão escolhidos: o coronel Ernâni D'Aguiar, o coronel Lair de Almeida, o major Ariel, o comandante Peixoto e o capitão Betâmio. O Palácio Rio Negro é colocado à disposição do presidente, até aquela data.

Pela letra do Ato 16 o novo governo instalou-se no País, naquele momento. Os três ministros militares, até então no máximo "procuradores" do presidente, por inadvertência doutrinária e institucional assumem também de direito, eles que de fato já exerciam a Presidência da República. Acabava de ser destituído o marechal Costa e Silva.

Pelo que a junta militar assinou, seria necessário o reconhecimento internacional para que continuasse no poder. Em matéria jurídica, foi outra inovação.

Seguem-se os Atos Complementares 72 e 73; um, suspendendo o recesso do Congresso a partir do dia 22; outro, convocando Câmara e Senado para, a 25, procederem à eleição dos novos presidente e vice-presidente. A nova Constituição seria editada a 17.

Convocada pelo seu presidente, Filinto Müller, a Arena reuniu-se em Brasília no dia 16 e aclamou Garrastazu Médici e Augusto Rademaker para presidente e vice-presidente da República.

UM FINAL NÃO MUITO FELIZ

Ainda o jornalista Carlos Chagas revela um último encontro do general Afonso Albuquerque Lima com o general Lyra Tavares. O general Albuquerque Lima não queria encerrar o seu episódio epistolar sem que o ministro recebesse a sua segunda carta. Solicita, protocolarmente, a audiência. Após uma semana de espera a audiência é concedida. Ao sair de casa, Afonso despede-se de d. Helena, sua mulher. Ela separou alguns livros. Arrumou uma pequena maleta, com roupa e objetos de uso pessoal. E pergunta:

– Como se prende um general?

Afonso sorri e explica que por meio de um outro general, de patente

igual ou superior. Pede que ela não se preocupe. Se for preso, sera em alguma guarnição ou fortaleza, e um auxiliar virá buscar a mala e os livros. Mas ele não deve temer.

A audiência começa exatamente na hora: 9h30m. Afonso está fardado e apresenta-se a Lyra, que o manda sentar defronte à sua mesa de despachos. Há emoção nos dois oficiais, camaradas de muitos anos. Afonso fala da carta, e a entrega. Lyra não a lê, na hora (já havia lido uma de suas cópias, muitos dias atrás).

De repente o ministro fere diretamente o assunto:

– Você seria um bom presidente. Realizador, dinâmico. Mas sua candidatura apareceu como contestação ao presidente Costa e Silva, e não poderia ser aceita, nessas condições.

O diálogo cresce. Afonso debate. Diz que não contesta Costa e Silva, embora rompido com dois de seus ministros e em desacordo com vários aspectos de sua política. Vêm à baila todos os assuntos relacionados nas três cartas. São quase 11 horas quando terminam. Lyra se diz um homem doente, desejoso que acabe logo todo o processo de crise, para retornar a casa. Afonso insiste:

– O senhor tem a minha carta. Tome suas providências, de acordo com o regulamento.

– Não. Prefiro dar o incidente como encerrado. Não farei nada.

(Foi a última vez que se encontraram, até a morte do presidente, quando então trocaram cumprimentos formais.)

A CONSTITUIÇÃO EMENDADA

Uma tarefa importante a que se arrogaram os ministros militares era a emenda constitucional. Ela deveria ser promulgada antes da abertura do Congresso. Ele, em pleno exercício, teria a atribuição constituinte habilitando o novo presidente a governar dentro dos postulados que seriam estabelecidos. O general Jaime Portela, o mais categorizado porta-voz do poder militar, àquela época, informa que os ministros militares fizeram uma apreciação do texto da emenda que deveria ter sido outorgada pelo presidente Costa e Silva, ouvindo as suas respectivas assessorias jurídicas e concluíram que teriam de introduzir algumas modificações, em defesa do interesse da revolução.

O general Lyra Tavares contou com a assessoria do professor Leitão de Abreu, seu cunhado e professor de Direito, que, mais tarde, viria a ser chefe do Gabinete Civil do novo presidente da República.

Assim a alínea a), do § 1º do Art. 29, teve a sua redação modificada para: "Pelo presidente do Senado, em caso de decretação de estado de sítio e de intevenção federal." A modificação resultou no fato de que a presidência do Congresso, pelo projeto do presidente Costa e Silva, cabia

ao vice-presidente da República. O Art. 32 teve a redação dos parágrafos 1º, 2º e 3º modificada para o seguinte: § 1º – "Durante as sessões e quando para elas se dirigirem ou delas regressarem os deputados e senadores não poderão ser presos, salvo flagrante de crime comum ou perturbação da ordem pública"; § 2º – "Nos crimes comuns, os deputados e senadores serão submetidos a julgamentos perante o Supremo Tribunal Federal"; e § 3º – "A incorporação às Forças Armadas de deputados e senadores embora militares, e ainda que em tempo de guerra, dependerá de licença da Câmara respectiva." Pela redação anterior, os deputados e senadores não podiam ser presos nem processados, desde a expedição do respectivo diploma, sem a prévia licença da Câmara.

Ao Art. 57, que trata da competência do presidente da República, foi acrescentado o inciso VI, com o seguinte teor: "Conceder anistia relativa a crimes políticos, ouvido o Conselho de Segurança Nacional."

O Art. 77 teve o seu § 2º modificado, ficando com o seguinte teor: "Em lei complementar auxiliará o presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais". Na redação do projeto anterior, o vice-presidente exercia a presidência do Congresso Nacional.

O Art. 119, que trata da competência do Supremo Tribunal Federal, no inciso 1, alínea a), ficou com a seguinte redação: "Nos crimes comuns o presidente da República e o vice-presidente, os deputados e senadores, os ministros de Estado e procurador geral da República." A redação do projeto anterior só se referia ao presidente da República, aos ministros e ao procurador geral.

O Art. 125, inciso V, ficou com outra redação: "Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar." Esse artigo trata da competência dos juízes federais, de primeira instância. Pelo projeto da emenda constitucional anterior, o Art. 128, continua um § 3º, e a emenda nº 1 suprimiram aquele dispositivo, pelo qual eram transferidos para a reserva os generais nomeados ministros do Superior Tribunal Militar.

No Art. 129, o § 3º teve suprimida a expressão "em tempo de guerra", ficando com a seguinte redação: "A lei regulará a aplicação das penas de legislação militar."

O Art. 145, que trata dos brasileiros natos, teve a redação do seu parágrafo único acrescido do cargo de "governador do Distrito Federal". Este parágrafo discrimina os cargos privativos de brasileiros natos.

O Art. 151 teve o seu parágrafo único modificado para o seguinte: "Observar-se-ão as seguintes normas, desde já em vigor na elaboração da lei complementar." Foi intercalada a expressão "desde já em vigor" à redação anterior.

No Art. 152, o seu parágrafo único teve suprimida a palavra "reiteradamente", ficando assim redigido. "Perderá o mandato no Senado Fede-

ral, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurando o direito de ampla defesa."

O Art. 153 sofreu modificações nos parágrafos 8º, 11º e 28º. O § 8º ficou assim redigido: "É livre a manifestação do pensamento de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um nos termos da lei pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende da licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes."

Foi intercalada a expressão "e exteriorizações", na redação do projeto inicial. O§ 11 teve a sua redação modificada para: "Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva, nos termos que a lei determinar. Esta disporá também sobre os perdimentos de bens por danos causados ao erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício do cargo, função ou emprego na administração pública direta ou indireta." A redação do projeto inicial não cogitava das penas de prisão perpétua, de morte, de banimento, à exceção da pena capital em tempo de guerra externa. O § 28 ficou assim redigido: "É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida, senão em virtude de decisão judicial." Foi acrescentada a expressão "para fins lícitos" à redação do projeto inicial.

O Art. 156 teve a sua redação modificada para a seguinte : "A duração do estado de sítio, salvo em caso de guerra, não será superior a 180 dias, podendo ser prorrogada, se persistirem as razões que o determinarem."

Pelo projeto inicial, a duração do estado de sítio não poderia ser superior a 60 dias e a prorrogação só por igual prazo.

O Art. 179 também teve a redação modificada, ficando assim: "As ciências, as letras e as artes são livres, ressalvado o disposto no parágrafo 8º do Art. 153."

O Art. 181 teve mantida a redação do *Caput*, entretanto sofreu modificações nas redações dos incisos I e II. O inciso I ficou assim: "Os atos de governo federal, com base nos atos institucionais e nos atos complementares e seus efeitos, bem como todos os atos dos ministros militares e seus efeitos, quando no exercício temporário da Presidência da República, com base no Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969." Pelo pro-

jeto inicial, só não eram suscetíveis de apreciação judicial os atos do governo federal com base nos atos institucionais e complementares editados até à data da promulgação da emenda. O inciso II ficou assim redigido: "As resoluções, em atos institucionais das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais que hajam cassado mandatos efetivos ou declarado o impedimento de governadores, deputados, prefeitos, e vereadores quando no exercício dos referidos cargos." Foi acrescido, ao projeto inicial, a expressão "quando no exercício dos referidos cargos".

O Art. 182 teve a redação inteiramente modificada, ficando assim redigido: "Continuam em vigor o Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968 e os demais atos posteriormente baixados." Foi acrescido a esse artigo um parágrafo único com o seguinte teor: "O presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá decretar a cessação da vigência de qualquer desses atos ou dos seus dispositivos que foram considerados desnecessários." A redação do Artigo, no projeto inicial, é praticamente a do parágrafo único atual, pois que cogitou somente da cessação do Ato nº 5 e dos demais atos baixados após aquele quando o presidente da República considerasse do interesse nacional. Os ministros militares tiveram o cuidado de dar prosseguimento aos atos institucionais, não deixando à simples deliberação do presidente da República a cessação de suas vigências, mas condicionando-as à audiência do Conselho de Segurança Nacional.

Na ocasião da revisão da Emenda Constitucional, os ministros militares, no interesse do prosseguimento da Revolução, preferiram colocar um freio, de sorte a evitar que o presidente da República deliberasse de vontade própria a conveniência e a oportunidade de fazer cessar a vigência dos Atos Institucionais. Por isso, consideraram da maior importância a audiência do Conselho de Segurança Nacional, onde têm assento os seguintes representantes das Forças Armadas: ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, chefes dos Estados-Maiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o chefe do SNI, cargo que tem sido ocupado por general. Essa representação das Forças Armadas teria um peso específico substancial, quando da votação pelo órgão, para cessação de um daqueles diplomas ou de suas disposições. Ao pronunciarem os seus votos, expediriam o pensamento das Forças Armadas, calcados em estudos feitos nos seus respectivos Estados-Maiores.

O Art. 183 teve a redação modificada para o seguinte: "O mandato do presidente e do vice-presidente da República, eleitos na forma ao Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, terminará em 15 de março de 1974." O projeto inicial estabelecia que os mandatos do presidente e vice-presidente, eleitos em 3 de outubro de 1966, terminariam em 15 de

março de 1971. Como o presidente Costa e Silva teve o seu mandato interrompido, o Art. 183 ganhou nova redação em que se fixaram os mandatos do presidente e do vice-presidente eleitos na forma do AI-16.

O Art. 184 foi inteiramente modificado, ficando assim: "Cessada a investidura no cargo do presidente da República, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará juz, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício igual ao vencimento do cargo de ministro de Supremo Tribunal Federal." O subsídio mensal concedido ao presidente que tivesse exercido o cargo, em caráter permanente, era uma inovação que fora introduzida no texto constitucional, embora já existisse em outros países. A idéia inicial era fazer a concessão especial ao presidente Costa e Silva, que adoeceu no exercício do cargo e precisava continuar o seu tratamento, o que não podia ser atendido apenas com os proventos que ele tinha de marechal-de-exército. O estudo mais amplo do problema permitiu verificar que o fato ocorrido com ele poderia acontecer, no futuro, com outros presidentes. Então, os ministros militares acharam de bom acerto que a medida fosse extensiva a todos os presidentes que tivessem exercido o cargo em caráter permanente.

Foi acrescido ao Art. 184, um parágrafo único, estabelecendo: "Se o presidente da República, em razão do exercício do cargo, for atacado de moléstia que o inabilite para o desempenho de suas funções, as despesas de tratamento médico e hospitalar correrão por conta da União." O objeto desse parágrafo completava o amparo a ser dado ao presidente Costa e Silva e, bem assim, ao que viesse sofrer de moléstia que o inabilitasse no exercício do cargo no futuro. Até aquela data, as despesas com o tratamento do presidente já eram elevadas e era preciso que se desse cobertura ao pagamento por conta do Estado.

O Art. 185 foi introduzido, pois não constava do texto inicial. Com a seguinte redação: "São inelegíveis para os cargos do presidente e vice-presidente da República, de governador e vice-governador, de prefeito e vice-prefeito e demais cargos eletivos, os cidadãos que, mediante decreto do presidente da República, com fundamento em ato institucional, hajam sofrido a suspensão dos seus direitos políticos." Essa disposição tinha em vista impedir que se elegessem em futuro próximo, as pessoas que tivessem sido atingidas pelos atos institucionais, com a suspensão dos seus direitos políticos. Resguardava, assim, o prosseguimento da revolução, evitando que as pessoas que com ela tivessem se incompatibilizado tivessem acesso aos cargos eletivos.

Foi introduzido ao texto da emenda constitucional, o Art. 186 com o teor do parágrafo único do Art. 184 inicial: "O mandato das mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no período que se iniciará em 31 de março de 1970, será apenas de um ano, não podendo ser ree-

leito qualquer dos seus membros para a mesa do período seguinte." O *Caput* do art. suprimido prorrogava os mandatos dos membros das mesas daquelas Casas até 31 de março de 1970. Com a redação dada ao artigo 186, os mandatos daquelas mesas estavam tacitamente prorrogados até 31 de março de 1970.

Foi também introduzido ao texto constitucional o Art. 195: "Os atuais substitutos de auditor e promotor da Justiça Militar da União, que tenham adquirido estabilidade nessas funções, poderão ser aproveitados em cargo inicial dessas carreiras, respeitados os direitos dos candidatos aprovados em concurso." Foi a maneira encontrada, na ocasião, para amparar aqueles servidores da Justiça Militar, que vinham prestando relevantes serviços ao País, desde os dias da revolução.

Como se verifica, não foram de monta as alterações introduzidas no projeto de emenda constitucional que seria outorgada pelo presidente Costa e Silva, elaborado pela eminente comissão de juristas que teve a colaboração do Conselho de Segurança Nacional. Num texto com 200 artigos, apenas algumas disposições sofreram modificações, com a finalidade de ser mantida a tônica da revolução. Pode-se, assim, dizer que os retoques foram mínimos, em nada invalidando aquele precioso trabalho inicial, realizado sob a coordenação do presidente Costa e Silva.

Os ministros militares sabiam que o maior desejo do presidente Costa e Silva era ter podido promulgar a emenda constitucional e essa satisfação eles quiseram dar-lhe, já que não pôde vê-la realizada. Mandaram que o chefe do Gabinete Militar providenciasse para que o ato promulgado fosse revestido de solenidade e repercutisse no País.

No dia 17 de outubro, às 15 horas, perante todo o Ministério e outras altas autoridades do País, os ministros militares, assessorados pelos chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, no Salão Nobre do Palácio das Laranjeiras, promulgaram a emenda constitucional nº 01 à Constituição de 24 de janeiro de 1967, editando-a com um novo texto. O ato foi presenciado pelos jornalistas credenciados na Presidência da República e teve a cobertura de uma cadeia de rádio e televisão, através da Agência Nacional.

O almirante Augusto Rademaker, no ato de promulgação, pronunciou as seguintes palavras:

"Os ministros militares cumprem o firme propósito de assegurar a continuidade do programa traçado pelo presidente Costa e Silva, inclusive quanto ao restabelecimento da normalidade democrática. O roteiro por ele estabelecido sofreu, apenas, as modificações que se tornaram imperativas, no tempo e contexto."

Após a promulgação da emenda constitucional, os ministros militares, acompanhados dos chefes de gabinete presidenciais, subiram aos aposentos do presidente Costa e Silva e deram-lhe conhecimento do ato que

acabavam de praticar, ofetando-lhe um exemplar em encadernação especial. O presidente não pôde prender a sua emoção, vindo as lágrimas aos olhos. Demonstrava a sua satisfação em receber aquela notícia. Na ocasião, os ministros também lhe comunicaram que haviam levantado o recesso do Congresso.

Foi realmente durante o período da doença um momento de alegria para o presidente, pois ele via concretizada a sua intenção de reabrir o Congresso e de promulgar a emenda constitucional.

Os ministros permaneceram algum tempo naquela visita, dando-lhe notícias de certos atos que praticaram em seu nome, que estavam por ele preparados.

Naquela tarde aconteceu, porém, um fato interessante. O presidente, com o treinamento da fala com uma moça especialista, já pronunciava vocábulos, especialmente monossílabos. Mas, aquela tarde, sua esposa juntamente com o dr. Elcio, como sempre fazia após o almoço, ficavam com ele, e procuravam conversar para distraí-lo. Naqueles dias, já falavam sobre assuntos de governo, embora de maneira muito suave. E na ocasião, ela focalizou o meu nome, pelo trabalho desenvolvido durante o período de sua doença. O presidente, então, querendo indagar algo sobre o seu Gabinete Militar, pronunciou o meu nome. Com dificuldade, mas o fez. A d. Yolanda ficou entusiasmada ao vê-lo pronunciar "Portela". Pediu que ele repetisse o nome e o fez mais uma vez, também demonstrando satisfação por ter podido mencioná-lo. A d. Yolanda fez com que ele pronunciasse o meu nome mais algumas vezes e disse-lhe que queria que o pronunciasse na presença do próprio, quando fosse vê-lo. Ele consentiu, com um "sim".

Quando os ministros militares, eu e o dr. Rondon Pacheco chegamos à ante-sala dos aposentos presidenciais, d. Yolanda, que nos aguardava, pediu que somente o chefe do Gabinete Militar se aproximasse do leito presidencial, pois tinha uma surpresa. Os demais ficaram à entrada. Aproximei-me do leito e ela perguntou ao presidente, apontando para o seu chefe de Gabinete Militar: "Quem é este? Ele respondeu com a voz arrastada, pausando nas sílabas "Por-te-la".

Foi um momento da maior emoção para mim, que o abracei com muito desvanecimento. Os ministros e o sr. Rondon também demonstraram satisfação em assistir àquele gesto com que o presidente brindava o seu auxiliar.

O ministro Lyra Tavares, pilheriando, disse-lhe que assim era parcialidade demais. Todos riram e ele também não se conteve e esboçou o seu sorriso."

Após a promulgação da emenda constitucional, chamei ao meu gabinete os assessores de Relações Públicas, Cel. Hernâni D'Aguiar e o de Imprensa, jornalista Carlos Chagas, e forneci alguns exemplares para

distribuir aos jornalistas credenciados no Palácio. O assessor de Imprensa achou poucos os exemplares que lhe eram distribuídos, pois queria fazer uma difusão maior. Expliquei-lhe que a imprensa nacional havia entregue um número reduzido de exemplares, sendo reservados os destinados ao Congresso Nacional, aos gabinetes dos ministros de Estado, ao Supremo Tribunal Federal e aos órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, e somente no dia seguinte chegariam mais volumes. Mas que ele poderia utilizar o aparelho de xerox e tirar as cópias que estava precisando. O assessor de Imprensa não ficou satisfeito, respondendo-lhe eu que era tudo que podia fazer.

O jornalista Carlos Chagas fora para a assessoria de Imprensa em maio de 1969, em plena vigência do AI-5, quando substituiu o jornalista Heráclito Sales, que foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas de Brasília. Ele não se integrou bem no ambiente da Presidência da República, pois era um homem de formação política muito liberal e não se ajustava ao regime de exceção que o País vivia. E era natural que não estivesse satisfeito com os atos fortes praticados pelo governo com fundamento no AI-5, sobretudo durante o período da doença do presidente Costa e Silva.

O ambiente da Presidência da República não lhe era favorável, sobretudo com relação ao Gabinete Militar e Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, onde eram elaborados ou providenciados os atos com base no AI-5. Ele, era, portanto, uma pessoa que não se ajustava ao meio, mas preferiu continuar no cargo, assim mesmo. No período da doença do presidente, a situação dele ficou mais difícil, pois não se conformava com as imposições da censura imposta pelo I Exército e mesmo as restricões que os ministros militares impunham à divulgação de certas notícias.

As minhas relações com o assessor de Imprensa sempre foram cordiais e ele sempre teve, para com o chefe do Gabinete Militar, manifestações de maior respeito, mesmo porque sempre fui um homem moralizado e muito cioso das responsabilidade do meu cargo, não me deixando ultrapassar ou permitir que algum auxiliar do governo dirigisse qualquer palavra inamistosa. O jornalista Carlos Chagas, segundo vim a saber por terceiros, não se conformou com o impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo, mas também não procurou exonerar-se da assessoria de Imprensa. Foi permanecendo no cargo e ficou até à posse do novo presidente.

O ministro Lyra Tavares, quando o jornal *La Nacion*, de Buenos Aires, publicou uma declaração daquele jornalista, quis dispensá-lo do cargo. Eu defendi a sua permanência no cargo, assim como o ministro Rondon Pacheco o fez.

A 20 de outubro, os ministros militares assinaram o Ato Complementar nº 74, fixando as normas para a correta aplicação da correção mone-

tária às concessionárias dos serviços portuários, para efeito de fixação do respectivo capital reconhecido, atendendo-se todos os princípios da lei tributária, especialmente, o referente à prévia dedução da depreciação sofrida pelo bem avaliado. Esse Ato Complementar regulava, em definitivo, a questão da reavalização dos bens das empresas portuárias, que vinham pleiteando nas esferas administrativas e judiciárias que fossem os seus bens avaliados de outra maneira.

Assinaram, bem assim, o Decreto-lei nº 975, definindo os crimes de contrabando e transporte de terroristas e subversivos por meio de aeronaves, além dos previstos na Lei de Segurança Nacional. Vinham se avolumando, no País, o contrabando de mercadorias, armas, munições, minérios e pedras preciosas, não só pelos transportes terrestres como por meio de aeronaves, e não havia uma legislação especí fica para reprimi-los. Além disso, era preciso que esses crimes fossem capitulados como contra a Segurança Nacional e também se incluísse no seu rol de seqüestro de aeronaves. Daí ter sido preparado, pelos orgãos incumbidos da segurança interna, o importante diploma.

No dia 21, os ministros baixaram o Ato Complementar nº 75 pelo qual ficavam os professores, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público proibidos de exercer atividades ou empregos em estabelecimentos de ensino, em fundações criadas ou subvencionadas pelos poderes públicos ou ainda em instituições de ensino e pesquisa de interesse da Segurança Nacional, se tivessem incorrido ou viessem a incorrer em faltas que resultassem na aplicação de sanções com fundamentos em atos institucionais.

Assinaram, ainda naquela mesma data, o Ato Complementar nº 76, que dava nova redação aos artigos 1º, 7º, 8º e 10º do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, que ficaram assim:

"Art. 1º – O Poder Executivo elaborará Planos Nacionais de Desenvolvimento, de duração igual à do mandato do presidente da República, os quais serão submetidos à deliberação do Congresso Nacional até 15 de setembro do primeiro ano do mandato presidencial."

"Art. 7º – Aplicam-se ao Orçamento Plurianual de Investimentos o Art. 65 e seus parágrafos da Constituição."

"Art. 8º – O Congresso Nacional apreciará os Orçamentos Plurianuais de Investimentos no prazo de (90) noventa dias e na forma prevista no Art. 766 e seus parágrafos da Constituição."

"Art. 10º – O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento será encaminhado ao Congresso Nacional até 15 de setembro de 1971 e terá vigência nos exercícios de 1972, 1973 e 1974."

O Ato Complementar nº 76 era fruto de um trabalho realizado pelo Ministério do Planejamento para ajustá-lo à Emenda Constitucional nº

01, desde que essa alteração da Carta Magna foi preparada sob a orientação do presidente Costa e Silva.

Apresentada a proposição aos ministros militares, pelo ministro Hélio Beltrão, eles não tiveram dúvidas em aprová-la.

Ainda naquele dia, os ministros militares, assinaram o Decreto-Lei nº 1.034, dispondo sobre as medidas de segurança das instituições bancárias e cooperativas de crédito. Por esse ato, aqueles estabelecimentos deveriam adotar, no prazo máximo de um ano, dispositivos de segurança contra roubos e assaltos. Esse decreto-lei foi conseqüência da onda de assaltos que assolou os estabelecimentos de crédito, que estavam sem defesa própria.

Outro ato de grande importância, também assinado naquela data, foi o Decreto-Lei nº1.060, obrigando as pessoas físicas a declararem, sem prejuízo da legislação do Imposto de Renda e na forma, nos limites e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ao Banco Central, os seus bens e valores que possuíssem no Exterior, podendo ser exigida a justificação dos recursos empregados na sua aquisição. Considerava como produto de enriquecimento ilícito os bens não declarados ao Banco Central. Ficavam os infratores sujeitos à pena de prisão administrativa, por proposta do ministro da Fazenda à Justiça Federal.

Outro ato também, da maior importância, foi o Decreto-Lei nº 1.063 assinado naquela data, estabelecendo de conformidade com a Emenda Constitucional nº 01, os casos de inelegibilidades. Entre estes estavam os que: fossem inalistáveis, os atingidos pelos atos institucionais, e pelo Decreto 477/69, os que participassem de organizações ou partidos políticos contrários ao regime democrático, os que por atos de subversão tenham sido condenados à destituição de cargos ou funções, os que tivessem atentado contra os direitos individuais, à liberdade, à vida, à segurança e à propriedade em detrimento do regime democrático etc. Definia os demais casos de inelegibilidade, inclusive para presidente da República, governadores, prefeitos, senadores e deputados.

A MORTE DO PRESIDENTE

CAPÍTULO VII

O diário da enfermidade do presidente Costa e Silva é mais minucioso no adido de imprensa Carlos Chagas do que no chefe da Casa Militar, general Jaime Portela. O primeiro é afetuoso e sentimental, o segundo protocolar. Costa e Silva aparentava melhoras. Movimentava-se no quarto, ouvia rádio. Parecia recuperar-se. A posse do novo presidente não afetara seu estado de saúde, aliás, justificava certo alheamento.

Na última semana de novembro, ao levantar-se da cama, tentou firmar a perna direita no chão, e ela lhe falhou. Caiu, logo levantado pelo mordomo e enfermeiro. Estava lúcido. Mas a imobilidade no leito,outra vez, entristeceu-o. Veio a gripe. O enfarte fulminante às 15h40 do dia 17, acabou seu sofrimento. O padre Walder Solha, do Colégio Santo Inácio, chamado pelo telefone, veio dar-lhe a extrema-unção. Preparam o corpo. Veste a farda de general, que não usava desde que deixou o Ministério do Exército. Túnica azul-marinho, gola fechada até o pescoço. Sem condecorações. Calça preta. Sapatos de verniz. Procuram as platinas de marechal. Nunca trocara as de general. Seu filho Álcio Souto pede emprestado as do marechal Denys. Conseguem a espada dourada, o símbolo de oficial general.

O general Emílio G. Médici presidia uma reunião do Ministério quando lhe comunicaram a morte de Costa e Silva. Transmitiu a notícia aos seus ministros e terminou a reunião.

No Palácio das Laranjeiras os portões foram abertos. Começou o des-

file ao lado do caixão fúnebre. Chegavam amigos e ex-auxiliares. Rondon Pacheco, Carlos Marcondes Ferraz, Dinarte Mariz, Gilberto Marinho, Carlos Machado, general Luiz Carlos de Freitas, Andreazza e muitos outros. Às 11 horas da manhã seguinte, monsenhor Bessa reza a missa de corpo presente. Compareceu o marechal Eurico Gaspar Dutra. Às 15 horas o cardeal d. Jaime de Barros Câmara encomenda o corpo. Vai ser fechado o caixão. Seu filho retira a espada. São os cadetes da Marinha e da Aeronáutica que carregam o ataúde. O féretro desce a rua das Laranjeiras, praça José de Alencar, praia do Flamengo, av. Osvaldo Cruz, praia de Botafogo, rua Voluntários da Pátria, rua São João Batista. Batalhões do Exército e da Aeronáutica estão postos no percurso. As bandas militares silenciaram. Apenas, uma que toca a marcha fúnebre. No cemitério São João Batista ouvem-se as salvas da artilharia. A esquadrilha da fumaça faz evoluções sobre o cemitério. O corneteiro toca o silêncio.

ÍNDICE

Edições ISTOÉ

Costa e Silva

22º Presidente do Brasil 1967-1969

ISBN 85-7368-761-4
9 788573 687613 22

TRÊS